

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-IPARDES

SUBSÍDIOS AO DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO
DO PARANÁ
INDÚSTRIA E AGRICULTURA -
ANÁLISE PRELIMINAR

VOLUME II

CURITIBA

ABRIL/1978

SUMÁRIO

VOLUME I

APRESENTAÇÃO	1
PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO: DO "ARQUIPÉLADO" REGIONAL À ECONOMIA NACIONAL .	13
I PARTE - AS ORIGENS DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO SUDESTE	
I - AS ECONOMIAS REGIONAIS E O DESENVOLVIMENTO MERCANTIL...	28
1.1 - AS ECONOMIAS REGIONAIS NO BRASIL.....	28
1.2 - A ECONOMIA RURAL COMO "COMPLEXO RURAL".....	33
1.3 - O SURGIMENTO DA INDÚSTRIA NAS ECONOMIAS REGIO- NAIS	40
2 - OS PRIMÓRDIOS DA UNIFICAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL	47
2.1 - O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	52
2.2 - COMÉRCIO INTER-REGIONAL A PARTIR DO SUDESTE.....	60
2.3 - A DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA PAULISTA	68
2.4 - NASCIMENTO E EXPANSÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁ- RIO	71
2.5 - CONCLUSÕES	74

3 - A UNIFICAÇÃO CONSUMADA: EXPANSÃO INDUSTRIAL; DESTRUICÃO DO "COMPLEXO RURAL" E MIGRAÇÕES INTERNAS.....	80
3.1 - AS MIGRAÇÕES INTERNAS	82
3.2 - A "NACIONALIZAÇÃO" DO CAPITAL INDUSTRIAL DO SUDESTE	85
3.3 - CONCLUSÕES	99

VOLUME II

II PARTE - A AGRICULTURA E A INDÚSTRIA NA ECONOMIA NACIONAL

4 - AGRICULTURA - INTRODUÇÃO	110
4.1 - ANÁLISE INTER-REGIONAL	112
4.1.1 - Composição Regional da Renda Interna Nacional	112
4.1.2 - Composição Setorial da Renda Interna Nacional	113
4.1.3 - Composição Regional da Renda Interna Nacional, por setor	114
4.1.4 - Distribuição geográfica da população e Renda per capita	120
4.1.5 - Composição setorial da Renda Interna Regional	125
4.1.6 - A agricultura como base da Economia das Regiões não industriais	128
4.1.7 - A agricultura na Economia Nacional	131
4.1.8 - Tabelas Complementares	138

4.2 - ANÁLISE DA REGIÃO SUL.....	143
4.2.1 - Participação dos Estados na Renda	
Interna Nacional	143
4.2.1.1 - Renda Total	143
4.2.1.2 - Renda dos setores	145
4.2.1.3 - Renda per capita relativa total.....	153
4.2.1.4 - Renda per capita relativa seto- rial	155
4.2.2 - Posição dos Estados na Região Sul.....	157
4.2.2.1 - Renda total	157
4.2.2.2 - Renda setorial	158
4.2.2.3 - Renda per capita relativa glo- bal	163
4.2.2.4 - Renda per capita relativa seto- rial	165
4.2.2.5 - Renda per capita rural relativa	167
4.2.3 - Composição setorial da renda da Região Sul	167
4.2.4 - Composição setorial da renda dos Estados	168
4.2.5 - A agricultura na Região Sul e no Paraná	169
4.2.6 - Tabelas Complementares	175
 5 - INDÚSTRIA	 179
5.1 - INTRODUÇÃO	179
5.2 - COMPOSIÇÃO DO SETOR SECUNDÁRIO SEGUNDO A RENDA E O PRODUTO	184

5.2.1 - Renda Interna	185
5.2.2 - Produto e Emprego	188
5.3 - A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: SUA ESTRUTURA	
E SUA DESAGREGAÇÃO REGIONAL.....	202
5.3.1 - Indústria Tradicional e Dinâmica	210
5.3.2 - Estrutura Industrial por Catego- rias de Demanda	228
ANEXO A - Observações Referentes às Informações Censitárias	241
ANEXO B - Procedimentos adotados na estimativas de 1973	250
ANEXO C - Quadros Estatísticos.....	260
6 - POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR COMO FATOR DE UNIFICAÇÃO	
DO ESPAÇO ECONÓMICO NACIONAL - INTRODUÇÃO	271
6.1 - PERÍODO 1947/53	273
6.2 - PERÍODO 1953/57	279
6.3 - PERÍODO 1957/61	284
6.4 - PERÍODO 1961/64	286
6.5 - PERÍODO 1964/68	295
6.6 - PERÍODO 1968/75	301
6.7 - CONCLUSÃO	306
VOLUME III	
III PARTE - DISCUSSÕES DOS RESULTADOS GERAIS E ANEXOS	
7 - DISCUSSÕES DOS RESULTADOS GERAIS	325

ANEXO I - INVENTÁRIO DA INFRA-ESTRUTURA ESTADUAL	360
1 - INTRODUÇÃO	361
2 - OBJETIVOS	362
3 - METODOLOGIA	363
4 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO	366
4.1 - INTRODUÇÃO	367
4.2 - CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FERROVIÁRIO BRASILEIRO	369
4.3 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS FERROVIAS NO PARANÁ	381
4.4 - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DAS FERROVIAS NO PARANÁ	392
4.5 - CARACTERÍSTICAS DE UTILIZAÇÃO DAS FER- ROVIAS NO PARANÁ	392
4.6 - CONCLUSÃO	410
ANEXOS	
ANEXOS II - EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS CAFEEIRAS	429
EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS CAFEEIRAS - INTRODUÇÃO	430
1 - ORIENTAÇÃO À PRODUÇÃO INTERNA E REFLEXOS DO MER- CADO EXTERNO.	432
2 - DIRETRIZES PARA OS ACORDOS INTERNACIONAIS	452
3 - CONCLUSÕES	462
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	471
EQUIPE TÉCNICA	477

II PARTE - A AGRICULTURA E A INDÚSTRIA NA ECONOMIA NACIONAL

4. AGRICULTURA - INTRODUÇÃO

A primeira parte deste trabalho consiste em uma análise da evolução da economia nacional no período 1947-1969 a partir dos dados agregados de Renda Interna por Unidade da Federação, fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, publicados na Conjuntura Econômica de setembro de 1971. Esta análise já havia sido iniciada quando, no número de julho de 1977, vieram a público novos dados, retificando a série anterior, sem entretanto apresentar uma nova série completa. Promete-se para breve a publicação da nova série inteira, prevendo-se alterações mesmo nos números agora publicados.

São sobejamente conhecidos os problemas relacionados ao cálculo das estimativas da renda interna e os cuidados que devem ser tomados quando da sua manipulação analítica. Tais problemas e cuidados foram, na medida do possível, levados em consideração ao longo da análise que aqui se apresenta. Parece desnecessário voltar a insistir nestas deficiências discutindo-as individualmente.¹

1. Os interessados em conhecê-las em maior detalhe devem consultar os números da Conjuntura Econômica em que as estimativas foram publicadas, além do volume que contém os "Conceitos e Metodologia", publicado em 1972. As inovações metodológicas e conceituais introduzidas mais recentemente, nas quais se baseiam as estimativas publicadas no corrente ano ainda não estão disponíveis. Indicações adicionais sobre a construção e o uso dos dados das contas nacionais podem ser encontrados nos seguintes textos: E.L.BACHA - Algumas dificuldades de Interpretação dos Dados sobre a Indústria de Transformação nas Contas Nacionais. *Pesq. e Planej. Econ.*, 1(2):p.367-372; C.CAVALCANTI - Uma Avaliação das Estimativas de Renda e Produto do Brasil. *PPE*, 2(2):p.381-397; W.SUZIGAN - Contas Nacionais do Brasil, conceitos e metodologia - Um comentário. *PPE*, 3(2):389-404; R.M.ZERKOWSKI - Contas Nacionais do Brasil - Conceitos e Metodologia. *PPE*, 4(1):139-156; R.M.ZERKOWSKI - Usos e Limitações do Sistema de Contas Nacionais. *PPE*, 5(2):593-602; INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA DE SÃO PAULO - Desenvolvimento da Agricultura Paulista. Anexo I - Estimativa da Renda Líquida interna de São Paulo, p.304-312. São Paulo, 1971.

Apesar da nova série, incompleta, publicada em 1977, o presente trabalho utilizou, basicamente, a série antiga. Isto se deve a três motivos principais: em primeiro lugar, a nova série é incompleta, dispondo-se apenas das estimativas referentes aos anos censitários, para as Unidades da Federação; em segundo lugar, os conceitos e a metodologia utilizados nas novas estimativas ainda não estão disponíveis. Todavia, transparecem nelas indicações de que inovações substanciais foram introduzidas. Parece certo, por exemplo, que foram introduzidas estimativas do consumo intermediário na agricultura, por Unidade da Federação, anteriormente inexistentes. Em terceiro lugar, cada sistema de contas deve apresentar um mínimo de coerência interna, dado o sistema de informações em que se baseia. Assim, desde que o interesse da análise não se concentre na precisão de dados isolados ou de taxas anuais de crescimento, mas na identificação de tendências e características estruturais, isto é, desde que leve em conta as limitações das estimativas com as quais trabalha, o uso da série antiga, enquanto uma nova série completa não existir, não apresenta maiores inconvenientes. Nas palavras introdutórias às novas estimativas parciais: "... não devemos apenas comparar estimativas feitas em diferentes épocas, pois estas se fundamentam em estatísticas básicas diferentes. O essencial é preservar a coerência interna do sistema de contas. Nesse ponto, os testes de articulação das componentes do sistema garantem razoável grau de confiabilidade. Todavia, os dados correspondentes à nova série da FGV serão apresentados também, em anexo, no fim do capítulo. Assim, as tabelas indexadas com a letra (a) apresentam os dados novos, correspondentes aos da série antiga das tabelas de mesmo número,

Finalmente, convém esclarecer que se utilizou, na maior parte do trabalho, as estimativas em valores correntes, portanto não deflacionados. Isto se deve, essencialmente, à inexistência de deflatores implícitos por Unidades da Federação. O uso dos deflatores nacionais nada acrescentaria à análise, salvo o cálculo de taxas "reais" de crescimento, que provavelmente teriam muito pouco de real. As tendências e as relações entre agrega-

dos continuariam exatamente as mesmas.

4.1 - ANÁLISE INTER-REGIONAL

4.1.1 - Composição Regional da Renda Interna Nacional

No período 1947-1969, a economia nacional experimentou um desenvolvimento acentuado, cujo aspecto mais importante foi o processo de industrialização. O país foi palco de fenômenos de grande importância, dos quais ressaltam os grandes movimentos migratórios internos que provocaram uma substancial redistribuição territorial da população; as diversas regiões integraram-se, progressivamente, no processo de unificação do espaço econômico, intensificando-se o intercâmbio inter-regional de bens e de capitais; a fronteira agrícola expandiu-se, pela incorporação de regiões antes quase inabitadas.

Entretanto, apesar das gigantescas transformações que o país sofreu, o padrão de distribuição inter-regional da renda interna praticamente não se alterou, conforme se pode verificar no Gráfico . A Região Sudeste, detentora de quase dois terços da renda interna nacional, manteve praticamente inalterada a sua posição ao longo de todo o período, como se verifica pela tabela condensada seguinte:

TABELA I - PARTICIPAÇÃO REGIONAL NA RENDA INTERNA NACIONAL; MÉDIAS TRIENAIS DE VALORES CORRENTES, 1947/49-1967/69 (%)

Região	1947/49	1960/62	1967/69	Variação
				47/49-67/69 (%)
NORTE	2,0	2,2	2,0	0,0
NORDESTE	14,9	14,7	14,3	- 4,0
SUDESTE	65,0	62,2	62,8	- 3,4
SUL	16,3	17,6	17,8	9,2
CENTRO-OESTE	1,8	3,3	3,2	77,8

FONTE: FGV, Contas Nacionais do Brasil, 1971, 1973.

Sem levar em conta, neste momento, as modificações na distribuição regional da população, verifica-se que as alterações foram insignificantes. Devem ser mencionadas, entretanto, a deterioração da posição do Nordeste, que não se alterou mesmo após a instalação da SUDENE; e a ascensão das Regiões Sul e Centro-Oeste, especialmente desta última. No caso da Região Sul, a pequena melhora justifica-se pela incorporação da fronteira agrícola paranaense à economia nacional, embora pareça modesta diante da magnitude do fenômeno paranaense. A Região Centro-Oeste elevou gradualmente sua participação mas, embora a tenha quase duplicado, constitui ainda uma parcela reduzida da renda nacional. Foi apenas na década de 60, praticamente, que começaram a ser criadas as condições para a efetiva incorporação desta Região à economia nacional, através da implantação dos grandes eixos rodoviários. Apesar disto, é curioso constatar que, exatamente neste período, a posição desta Região, ao invés de elevar-se, mostra tendência de decréscimo.

De modo geral, o triênio 1960/62 parece constituir um marco de transição entre duas tendências. Até esta data, havia uma leve tendência à redistribuição regional da renda interna, excetuado apenas o caso do Nordeste, cuja posição praticamente se manteve constante. A partir deste triênio, porém, acentuou-se a perda de posição do Nordeste, o Sul praticamente estabilizou a sua, enquanto o Norte e o Centro-Oeste apresentaram tendência a regredir.

4.1.2 - Composição Setorial da Renda Interna Nacional

Pode-se verificar como variou, no período 1947/69, a participação de cada setor na geração da renda nacional. Para este cálculo, utilizar-se-ão os dados das contas agregadas da renda interna, que, conforme já foi esclarecido, diferem dos dados da seção anterior em relação aos ajustamentos feitos no setor primário e terciário, principalmente.

TABELA 2.- BRASIL: COMPOSIÇÃO SETORIAL DA RENDA
MÉDIAS TRIENAIS DE VALORES CORRENTES, 1947/49-
1967/69 (%)

Setor	1947/49	1967/69
PRIMÁRIO	27,2	17,8
SECUNDÁRIO	21,7	28,4
TERCIÁRIO	51,2	53,8

FONTE: FGV, Contas Nacionais, 1971/1973.

Verifica-se que a estrutura da renda interna do país sofreu uma importante transformação, que foi o decréscimo da participação relativa da agricultura e o aumento do setor industrial. Esta transformação reflete o surto de desenvolvimento industrial do período, constituindo um fenômeno comum aos países em vias de industrialização, conhecido como lei da importância relativa decrescente da agricultura.

Ademais, não apenas os setores primário e secundário variaram em sentido inverso mas, além disto, o secundário ultrapassou, em importância relativa, o setor primário, fenômeno que se deu nos anos 1955/56. Ao longo de todo o período, o setor primário perdeu 9,4 pontos percentuais, os quais se distribuíram entre os outros dois setores da seguinte forma: o secundário sofreu um acréscimo de 6,7 pontos e o terciário de 2,6 pontos.

Os aspectos fundamentais do período, do ponto de vista da composição setorial da renda, são, portanto, a mudança de posições entre os setores primário e secundário e a relativa estabilidade do terciário. Estes resultados são por demais conhecidos, e apenas são destacados como ponto de referência da análise posterior.

4.1.3 - Composição Regional da Renda Interna Nacional por Setor

As análises feitas até este momento permitiram identi-

car duas importantes características da evolução da economia nacional no período 1947/49-1967/69:

a) o padrão de distribuição inter-regional da renda não se alterou substancialmente;

b) a estrutura setorial da renda, porém, sofreu uma alteração essencial, devido à ascensão da indústria ao papel de setor dinâmico da economia.

Deseja-se agora identificar a maneira pela qual esta mudança estrutural da renda repercutiu sobre as diferentes regiões de modo que, ao final do período, a distribuição regional da renda permanecesse praticamente idêntica ao início. Para este fim, a Tabela 3 apresenta a participação regional na renda nacional, desagregada setorialmente.

TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO REGIONAL NA RENDA INTERNA NACIONAL, POR SETOR, MÉDIAS MÓVEIS TRIENAIS DE VALORES CORRENTES, 1947/49-1967/69 (%)

REGIÃO	PRIMÁRIO			SECUNDÁRIO			TERCIÁRIO		
	1947/49	60/62	1967/69	1947/49	60/62	1967/69	1947/49	60/62	67/69
NORTE	2,0	2,0	2,0	1,2	1,9	1,4	2,4	3,0	2,4
NORDESTE	19,3	22,7	24,0	9,7	7,2	6,3	14,2	13,5	14,0
SUDESTE	53,2	41,2	38,1	75,1	78,7	80,6	68,6	66,6	64,9
SUL	22,3	27,9	29,7	13,5	11,6	11,0	13,6	14,5	15,9
CENTRO-OESTE	3,2	6,2	6,2	0,6	0,7	0,7	1,4	2,9	3,0

FONTE: FGV, Contas Nacionais, 1971, 1973.

Observa-se que, durante o período analisado, ocorreu uma redivisão setorial, na renda entre as regiões, que teve como centro o processo de industrialização ocorrido na região Sudeste. O Sudeste, que tinha, até um certo momento, toda uma estrutura produtiva voltada para a agricultura, quando começa a industrializar-se repassa esta tarefa para o Nordeste e o Sul,

para ter como atividade principal a indústria ². Portanto, o processo de redivisão inter-regional da renda setorial corresponde a um processo de aprofundamento da divisão inter-regional do trabalho.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar que houve uma transformação qualitativa do espaço econômico brasileiro: "o processo em causa é o da substituição de uma economia nacional formada por várias economias regionais para uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional. Isto não é uma mudança de ordem semântica, mas significa precisamente que é o crescimento industrial da região Sudeste que está formando ou reformando a distribuição espacial das atividades econômicas no território do país. A diferença é fundamental em relação à situação anterior, em que as ligações externas, para fora do país, determinavam a localização das atividades, sem mediação ou com uma escassa mediação por parte de algum setor propriamente nacional (de que o crescimento do Rio de Janeiro, como metrópole, centro de decisões políticas e de serviços, era o aspecto mais relevante). Esta diferença faz sentido e tem importância para todo o conjunto das atividades econômicas de cada uma das regiões, mas é particularmente mais importante do ponto de vista da localização da indústria, que é o setor agora motor do crescimento econômico" (...) Neste sentido, usando-se a imagem de Chenery, a estrutura industrial que se implantou (em cada região) era uma função direta do tamanho da população e do nível da renda per capita de cada região".

"O crescimento industrial da região Sudeste, baseado numa série de fatores de sobra conhecidos - e que não vale a pena reenumerar - vai mudar o quadro radicalmente; neste sentido, ele redefine a divisão social do trabalho em primeiro lugar ao nível do seu próprio espaço, e em segundo lugar, redefine a divisão social do trabalho em termos do espaço nacional mais amplo.

² OLIVEIRA, F, & REICHSTUL, H. Mudanças na divisão Inter-regional do trabalho no Brasil. Estudos CEBRAP, (4):131-168, 1973. p.140.

Tem-se a partir daqui a criação de uma economia nacional regionalmente localizada. A divisão social do trabalho ao nível de cada região, isoladamente considerada, será função do tipo e natureza das ligações que ela mantiver com a região-líder ; particularmente, a estrutura industrial seguramente já não guardará correspondência com variáveis do tipo de tamanho da população e nível da renda per capita. Isto é, a divisão social do trabalho não é reflexo de um mercado regional ou vice-versa".³

Pode-se dizer, portanto, que o período se caracterizou por uma redistribuição quantitativa da renda setorial entre as regiões e uma redefinição qualitativa da divisão social do trabalho. Esta redefinição assenta-se sobre a transição de uma economia nacional composta de um conjunto de espaços econômicos regionais mais ou menos autônomos para uma economia nacional baseada num espaço econômico unificado. Isto significa que os níveis de produção, antes definidos pelo mercado regional (exceto para os produtos de exportação), passam a ser definidos pelo mercado nacional. Este é um processo progressivo que ainda não se completou: cada região (sejam as Grandes Regiões, os Estados ou as regiões subestaduais) e cada ramo de atividade apresentam diferentes graus de integração ao mercado nacional.

A Tabela 3 reflete claramente este processo, do ponto de vista qualitativo e quantitativo. A participação do Sudeste na renda do setor primário reduziu-se consideravelmente, perdendo 15 pontos percentuais, os quais se distribuíram entre as regiões Nordeste (4,7), Sul (7,4) e Centro-Oeste (3,0). Enquanto isto, o Sudeste aumentava sua participação na renda do setor secundário em 5,5 pontos percentuais, que se distribuíram, agora como perdas de posição, entre as regiões Nordeste (-3,4) e Sul (-2,5).

³ Ibidem, p.148-149.

O setor terciário apresenta uma evolução diferente e de análise mais difícil, dado o conjunto heterogêneo de subsectores que o compõem, devendo, de preferência, ser sujeito a uma análise ao nível dos próprios subsectores. De qualquer maneira, o crescimento relativo do terciário nas regiões Sul e Centro-Oeste pode ser o reflexo da ocupação de territórios despovoados, carentes de toda infra-estrutura de serviços que, ao instalar-se, necessariamente reduz o valor da participação relativa das demais regiões.

Resta acrescentar que, ao nível setorial de agregação, não é possível identificar as mudanças na composição subsectorial da renda.

Entretanto, parece evidente que a composição regional da renda de cada setor não é apenas uma questão quantitativa, mas reflete também uma divisão inter-regional de trabalho ao nível de cada setor, segundo o qual cada região especializa-se em certos ramos de atividade. Como exemplo, sugerir-se-ia que nas regiões agrícolas o setor secundário seja composto, principalmente, pelos ramos agroindustriais.

Devese observar que a região Sudeste, apesar de haver reduzido sua participação no setor primário nacional, constituía ainda, no final do período, a maior região agrícola do país. Este fato, que aparentemente contradiz a tese da especialização industrial nesta região, pode ser compreendido se se tomar em consideração as seguintes circunstâncias: a) que o processo de redivisão inter-regional do trabalho está em andamento; b) e elevada participação desta região na população nacional, como se verá mais adiante; e c) a acentuada redução da participação do setor primário na renda interna da região.

Finalmente, é preciso explicar a aparente contradição entre as profundas transformações da estrutura da renda nacional, global e regionalmente, e a relativa estabilidade da distribui-

ção inter-regional da renda.

Em primeiro lugar, verifica-se que, a nível nacional, o setor secundário cresceu mais rapidamente que o primário. Esta diferença de ritmos de crescimento foi muito maior na região mais desenvolvida: o Sudeste. Em segundo lugar, as regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste aumentaram sua participação no setor primário nacional, exatamente aquele que perde posição rapidamente na renda nacional. Em terceiro lugar, os setores industriais destas regiões não conseguiram acompanhar o ritmo de expansão da indústria do Sudeste - onde se concentravam os investimentos privados e os esforços governamentais - e perdiam posição relativa neste setor.

Sendo assim, o bom desempenho do setor primário nestas regiões era compensado por duas forças contrárias; a perda de posição do setor primário como proporção da renda nacional e o mau desempenho das indústrias regionais em relação à indústria do Sudeste.

É preciso chamar a atenção para o fato de que se está tratando de valores relativos, que permitem conclusões limitadas. Por exemplo, a queda em participação relativa não significa que não haja crescimento em termos absolutos, mas a apenas que há ritmos diferentes de crescimento. No caso presente, está sendo analisado um processo em que sobressai um fenômeno: o elevado ritmo de expansão da indústria e o modesto ritmo em que evolui a agricultura do Sudeste. Em função destes fenômenos é que os valores relativos variam. Tome-se o seguinte caso:

Uma região eleva sua participação no setor primário nacional enquanto a do secundário diminui. Daí se pode concluir, falsamente, ter o setor secundário apresentado um mau desempenho. Entretanto, ao se analisar a composição setorial da renda interna da região, percebe-se que a participação do setor primário na verdade diminui, enquanto aumentou a do secundário, evidenciando um crescimento mais rápido deste último. A expli-

cação do fenômeno está, simplesmente, no fato de que a expansão da indústria do Sudeste foi tão rápida que, apesar do crescimento da indústria regional ter sido também satisfatório, não foi entretanto suficiente para atingir as taxas de expansão da primeira. Em contrapartida, a expansão do setor primário regional, apesar de moderada, destacou-se no quadro nacional devido ao fraco desempenho do setor primário do Sudeste.

O Rio Grande do Sul serve para ilustrar este exemplo : Entre os triênios 1947/49 e 1967/69 o setor primário elevou sua participação na agricultura nacional de 11,7% para 12,9%, enquanto o secundário caía de 7,9% para 5,8%. Entretanto, na renda interna do Estado, no mesmo período, a agricultura caía de 38,7% para 33,4%, enquanto o setor secundário subia de 15,5% a 16,4%.

4.1.4 - Distribuição Geográfica da população e renda per-capita.

Examinar-se-á agora a maneira como se relaciona a distribuição regional da renda com a distribuição regional da população. É evidente que o grau de "desigualdade" regional na distribuição da renda só pode ser avaliado segundo a participação relativa de cada região na população nacional.

A Tabela 4 contém os dados percentuais de participação de cada região na renda e na população nacionais, e a proporção da renda per capita de cada região em relação à média nacional. O procedimento é um tanto arbitrário, na medida que as informações demográficas procedem dos censos de 1950 e 1970, enquanto os dados de renda são os mesmos utilizados anteriormente. Embora se pudesse utilizar os dados de renda referentes a 1950, não se pode fazer o mesmo para 1970.

TABELA 4 - BRASIL: COMPOSIÇÃO REGIONAL DA RENDA E DA POPULAÇÃO E RENDA PER CAPITA RELATIVA (%)

REGIÃO	Renda Interna		População		Renda per capita relativa	
	1947/49 (1)	1967/69 (2)	1950 (3)	1970 (4)	(BRASIL = 100) (1)/(3) (2)/(4)	
NORTE	2,0	2,0	3,6	3,9	55	51
NORDESTE	14,9	14,3	34,6	30,2	43	47
SUDESTE	65,0	62,8	43,4	42,8	150	147
SUL	16,3	17,8	15,1	17,7	108	101
CENTRO-OESTE	1,8	3,2	3,3	5,4	55	59

FONTE: Renda Interna, Tab. I

População, Anuário Estatístico do Brasil, 1975.

Observa-se, em primeiro lugar, uma tendência à redistribuição da população em direção às regiões "novas" - Sul, Norte e Centro-Oeste. As repercussões sobre a renda per capita, porém, foram variadas. Na região Nordeste, embora sua participação na renda nacional se reduzisse, sua participação demográfica declinou mais do que aquela, de modo que a renda per capita relativa se elevou. Na Região Sul, pelo contrário, a participação na população elevou-se mais que na renda, de modo que a renda per capita relativa caiu. O inverso ocorreu na região Centro-Oeste. A região Sudeste experimentou leve queda na renda per capita relativa.

O quadro geral reflete uma alteração insignificante na posição das diversas regiões em relação à renda per capita média nacional. É de destacar-se a variação negativa observada na região Sul, que pode parecer surpreendente quando confrontada com a grande expansão da sua agricultura no período.

Pode-se estender esta análise examinando a variação da posição de cada região em relação à parcela da renda per capita média global gerada por setor de cada região. Comparando os dados da Tabela 3 com os dados demográficos da Tabela 4, gera-se a seguinte tabela de renda per capita relativa setorial, relativa à média nacional igualada a 100:

TABELA 5 - BRASIL: RENDA PER CAPITA RELATIVA SETORIAL
(BRASIL = 100)

REGIÃO	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO	
	1947/49	1967/69	1947/49	1967/69	1947/49	1967/69
NORTE	56	51	33	36	67	62
NORDESTE	56	79	28	21	41	46
SUDESTE	123	89	173	188	158	152
SUL	148	168	89	62	90	90
CENTRO-OESTE	97	115	18	13	42	56

FONTES: Tabelas 3 e 4

A renda per capita relativa setorial corresponde a cálculo, para cada região, a contribuição da renda do setor primário à renda per capita da região. Para tanto, divide-se a renda do setor primário pela população total da região. A seguir, calcula-se a proporção deste valor sobre o valor nacional correspondente.

Os valores apresentados significam simplesmente que, sempre que se ultrapassa o índice 100, a região participa proporcionalmente mais na renda nacional do que na população, acontecendo o inverso quando o índice é inferior a 100.

A tabela retrata claramente o processo de redivisão inter-regional do trabalho a partir do processo de industrialização observado na região Sudeste. Esta região experimenta uma significativa queda na sua participação na renda per capita média derivada do setor primário brasileiro, passando portanto a importar produtos do setor primário das demais regiões. Em todas as demais deu-se o inverso: um aumento significativo da renda per capita média derivada do setor primário, retratando sua crescente especialização nestas atividades, excetuado apenas o Norte. Neste contexto, a região Sul, destaca-se como o maior produtor do setor, seguido do Centro-Oeste. O maior salto se deu porém, surpreendentemente, na região Nordeste, que experimentou um incremento de 41% no seu índice, enquanto nas regiões Sul e Centro-Oeste os aumentos percentuais foram, res-

pectivamente, de 14% e 19%, e na região Sudeste a queda foi de 28%.

O comportamento do setor secundário foi exatamente o-posto. A região Sudeste elevou sua participação enquanto as demais, novamente com exceção do Norte, caíram de posição.

No terciário as alterações foram pouco significativas, praticamente não se modificando a situação prevalecente no início do período.

Pode-se estender ainda mais a análise, introduzindo outras variáveis comparativas, como sejam a população rural e o pessoal ocupado na agricultura, ambos procedentes dos censos agropecuários. Apresenta-se, inicialmente, os dados acerca destas duas variáveis, referentes aos censo de 1950 e 1970:

TABELA 6 - BRASIL: POPULAÇÃO RURAL; VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS, 1950-70.

REGIÕES	1950		1970	
	Abs.	(%)	Abs.	(%) (1.000 hab.)
NORTE	1.264	3,8	2.001	4,8
NORDESTE	13.229	39,9	16.694	40,1
SUDESTE	11.828	35,7	10.985	26,4
SUL	5.528	16,7	9.249	22,2
CENTRO-OESTE	1.313	3,9	2.674	6,5
BRASIL	33.162	100,0	41.603	100,0

FONTE: Paiva, R.M., S. Schattan e C.F.T de Freitas - Setor Agrícola do Brasil, p.286.

TABELA 7 - BRASIL: PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA, VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS, CENSOS DE 1950 e 1970 (1000 pessoas)

REGIÕES	1950		1970	
	Abs.	(%)	Abs.	(%)
NORTE	326.340	3,0	982.225	5,4
NORDESTE	4.327.018	39,5	7.836.224	42,9
SUDESTE	3.966.584	36,2	4.217.097	23,1
SUL	1.949.923	17,8	4.256.615	23,3
CENTRO-OESTE	385.613	3,5	957.108	5,2
BRASIL	10.955.478	100,0	18.249.269	100,0

FONTE: { Paiva, Schattan e Freitas - Setor Agrícola do Brasil , p.300.

Estes dados, combinados com os da Tabela 3, permitem obter duas novas variáveis comparativas. A primeira resulta da divisão da renda gerada no setor primário, pela população rural. Se se admitir que, grosso modo, toda a população rural se dedica apenas a atividades primárias e que toda a produção rural é obtida apenas pela população rural, pode-se denominar o valor resultante de "renda per capita rural". Ao dividir os valores da Tabela 3 pelos da Tabela 6, obtém-se a proporção desta renda de cada região em relação à média brasileira. A segunda resulta da divisão da renda pelo pessoal ocupado e, admitindo verdadeiras as mesmas suposições anteriores, obtém-se a renda média gerada por pessoa ocupada no setor primário.

Os resultados destes cálculos são apresentados a seguir:

TABELA 8 - BRASIL: RENDA PER CAPITA RURAL RELATIVA E RENDA GERADA POR PESSOA OCUPADA

REGIÃO	Renda per capita rural relativa		Renda por pessoa ocupada	
	1950	1970	1950	1970
NORTE	53	42	67	37
NORDESTE	48	60	49	56
SUDESTE	149	144	147	165
SUL	134	134	125	127
CENTRO-OESTE	82	95	91	119

FONTE: { Tabelas 3, 6, 7.

4.1.5 - Composição Setorial da Renda Interna Regional

Na tabela seguinte procura-se retratar a evolução que experimentou, no período, a composição da renda interna regional segundo seus setores.

TABELA 9 - BRASIL: COMPOSIÇÃO SETORIAL DA RENDA INTERNA REGIONAL. MÉDIAS MÓVEIS TRIENAIS DE VALORES CORRENTES, 1947/49-1967/69 (%)

REGIÃO	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO	
	1947/49	1967/69	1947/49	1967/69	1947/49	1967/69
NORTE	30,9	21,9	10,5	16,6	58,6	61,5
NORDESTE	40,4	37,5	12,0	10,7	47,7	51,8
SUDESTE	25,6	13,6	21,4	31,3	53,0	55,1
SUL	42,8	37,4	15,4	15,1	41,8	47,5
CENTRO-OESTE	55,1	43,6	6,6	5,7	38,3	50,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FGV, Contas Nacionais, 1971, 1973.

Em todas as regiões o setor primário teve sua participação reduzida na renda interna. O setor terciário, ao contrário, elevou sua participação em todas elas. Ambos os fenômenos podem ser considerados resultados dos dois movimentos concomitantes que antes assinalou-se: a industrialização e a unificação da economia brasileira. Embora o setor industrial não tenha se expandido, em termos relativos, senão nas regiões Norte e Sudeste, a industrialização não é mais um fenômeno regional - conquanto se concentre, geograficamente, em uma região - mas um fenômeno nacional, uma vez que se insere em movimento concomitante de unificação da economia nacional. Uma vez que a indústria se expande visando o mercado nacional, e a agricultura, nas diversas regiões, evolui no mesmo sentido, gera-se conseqüentemente um crescente intercâmbio comercial entre as regiões. Tanto a industrialização como o intercâmbio implicam uma expansão correspondente dos centros urbanos e dos serviços de apoio a este intercâmbio. Daí se explica o crescimento generalizado do setor terciário em todas as regiões.

É no setor secundário que se localizam as alterações mais significativas que, como já foi dito, dão o sentido da evolução particular experimentada pela economia brasileira em todo o período. Excetuado o Norte, que constitui um caso especial devido ao seu relativo isolamento do espaço econômico nacional, somente a região Sudeste experimentou um aumento, e este substancial, da participação do setor secundário. As demais regiões mostraram pequena tendência ao declínio, podendo inclusive sugerir uma certa estabilidade da participação do setor industrial.

A fim de melhor situar o problema constituído pela tendência à especialização agrícola das regiões brasileiras, exceto a Sudeste, apresenta-se a seguir os índices simples de crescimento da renda interna nacional e das regiões, por setor, no período 1947-69:

TABELA 10 - BRASIL: ÍNDICES SIMPLES DE CRESCIMENTO DA RENDA INTERNA SETORIAL EM 1967/69. MÉDIAS TRIENAIS DE VALORES CORRENTES (BASE: 1947/49 = 100)

REGIÃO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL
NORTE	33.871	75.510	50.176	47.806
NORDESTE	42.085	40.581	49.307	45.348
SUDESTE	24.257	66.721	47.494	45.667
SUL	45.172	50.835	58.733	51.715
CENTRO-OESTE	66.572	71.854	111.141	84.000
BRASIL	33.890	62.189	50.206	47.235

A Tabela 10 apresenta as mesmas evidências, embora em forma diferente, das tabelas 1, 2, 3 e 5. Pode-se fazer, a respeito dela, as seguintes observações:

Em primeiro lugar, a nível nacional o setor primário foi o que cresceu menos, enquanto o secundário apresenta um índice que corresponde quase ao dobro do primeiro. O setor terciário cresceu mais que o primário e menos que o secundário.

Em segundo lugar, observe-se o fato importante de que em todas as regiões, com a única exceção do Nordeste, o setor secundário cresceu mais que o setor primário, isto a despeito do processo de especialização agrícola que ocorre em todas as regiões, em contraste com a especialização industrial da região Sudeste. Entretanto, com exceção do Norte e do Sudeste, os índices dos dois setores estão bastante próximos, sugerindo uma possível associação do crescimento dos dois setores. Isto pode estar ligado ao fato de que a indústria que se desenvolve nestas regiões é predominantemente agroindustrial, tanto de processamento de produtos agrícolas como de produção de insumos para este setor. Na região Sudeste, pelo contrário, o crescimento dos dois setores está muito mais dissociado.

Em terceiro lugar, verifica-se que apenas nas regiões Norte e Centro-Oeste o setor industrial cresceu mais que o do Sudeste. No Centro-Oeste, porém, este crescimento está associado ao do setor primário, refletindo a expansão de uma área em processo de ocupação, isto é, de criação de ramos de atividade antes inexistentes. Ambas as regiões apresentam, porém, uma participação reduzida no setor secundário nacional. Isto se reflete no fato de que, embora crescendo mais que a média do setor secundário nacional, tenha sido muito pequeno o aumento de participação destas duas regiões nele.

Os dois últimos itens permitem situar o contexto dentro do qual se deve entender o processo de especialização agrícola das regiões consideradas. O aspecto mais importante deste contexto é o processo de industrialização, que é um fenômeno nacional, refletindo-se portanto em todas as regiões do país, através do aumento, embora pequeno, da importância relativa do setor secundário nestas regiões; o segundo aspecto diz respeito ao tipo de industrialização que se verifica em cada região, caracterizando-se as regiões agrícolas pelo crescimento dos ramos agroindustriais. Em cada região, estes ramos dimensionam-se segundo a oferta agrícola regional. Na região Sudeste, além de que predominem as indústrias não agroindustriais, estas mesmas se dimensionam, não segundo a oferta regional, mas segun-

do um volume de oferta que transcende a própria região Sudeste, importadora de matérias-primas agrícolas.

Em quarto lugar, o setor terciário cresceu mais que os dois outros no Nordeste, no Sul e no Centro-Oeste. Isto implica que os outros setores perderam importância relativa no período analisado, embora o primário mais que o secundário. Com exceção do Centro-Oeste, os índices regionais variaram em torno da média nacional.

Em quinto lugar, e novamente com exceção do Norte e do Sudeste, a renda interna do setor secundário cresceu menos que a renda regional total, embora os índices setorial e regional tenham se mantido muito próximos. Em contraste, o setor primário apresentou índices inferiores em todas as regiões.

4.1.6 - A Agricultura como Base da Economia das Regiões não-Industriais.

Com a unificação da economia brasileira baseada na "nacionalização" da indústria do Sudeste, viu-se que, nas demais regiões, o complexo rural transformou-se, gradativamente, em um setor especificamente agrícola, produzindo para o mercado nacional, concentrado também no Sudeste. Assim, a agricultura tornou-se a base das economias destas regiões. Nas regiões de ocupação antiga, os compartimentos industriais tiveram que reorientar-se para se adaptar à conformação do setor industrial nacional, que lhes reservava o papel básico de processador de produtos agrícolas ou fornecedor de insumos à agricultura. Nas regiões novas, o compartimento industrial já surgiria como agroindústria.

Assim se constituiu, também, uma agricultura nacional, operando-se, a partir dos anos quarenta, uma redistribuição da produção agrícola, a partir do Sudeste, para as diversas regiões. Como resultado, cresceu a proporção da produção agrícola destas regiões no agregado nacional, enquanto caía rapidamente a participação do Sudeste.

Contudo, o processo de industrialização implicaria em contínua perda de importância relativa da agricultura na renda nacional, enquanto aumentava a da indústria, de modo que o aumento da participação das regiões fora do Sudeste na agricultura nacional não se refletia necessariamente em aumento da participação destas regiões na renda nacional global, ou provocava um efeito muito pequeno neste sentido. Observe-se o papel que a agricultura desempenhou, ao longo do período analisado, na variação da participação da renda regional na nacional.

A Tabela 11 fornece os dados necessários a esta análise. Os valores percentuais constantes dela representam a participação de cada setor de cada região na renda nacional global. Assim, a soma das participações dos três setores, em cada região, é igual à taxa de participação da renda regional global na renda nacional (constante da Tabela 1).

A Tabela 11 revela que, apesar de que a agricultura passou a constituir o fundamento econômico das regiões fora do Sudeste, sua contribuição foi em geral negativa, na fixação da taxa de participação destas regiões na renda nacional. Assim, após um aumento desta contribuição de 1947/49 a 1960/62, a partir deste último triênio até 1967/69 ela caiu, em todas as regiões (exceto o Centro-Oeste) a níveis inferiores aos registrados no início do período.

Mesmo na região Sul, maior região agrícola atual do país, e que presenciou durante o período analisado a constituição da grande zona agrícola paranaense, o papel da agricultura declinou. Se se confrontar o Sudeste e o "resto do Brasil", com base nos dados das Tabelas 3 e 11, verificar-se-á que em 1947/49 a renda da agricultura do "resto do Brasil" constituía 47% da renda da agricultura nacional e 14,6% da renda nacional global; em 1967/69 a primeira taxa subia para 62%, mas a segunda caia para 13,8%.

Enquanto isto o setor industrial, com exceção apenas do Nordeste, apresentou tendência a elevar sua contribuição na

TABELA 11 - CONTRIBUIÇÃO DE CADA SETOR NA FORMAÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO NA RENDA INTERNA NACIONAL GLOBAL (%)

	PRIMÁRIO			SECUNDÁRIO			TERCIÁRIO			TOTAL		
	1947/49	1960/62	1967/69	1947/49	1960/62	1967/69	1947/49	1960/62	1967/69	1947/49	1960/62	1967/69
NORTE	0,62	0,54	0,44	0,21	0,41	0,34	1,19	1,26	1,25	2,02	2,21	2,03
NORDESTE	6,03	6,26	5,36	1,79	1,55	1,54	7,13	6,89	7,42	14,94	14,70	14,32
SUDESTE	16,63	11,34	8,52	13,92	16,90	19,63	34,42	33,92	34,54	64,98	62,16	62,69
SUL	6,96	7,70	6,64	2,50	2,48	2,69	6,80	7,41	8,45	16,26	17,59	17,78
CENTRO-OESTE	0,98	1,72	1,39	0,12	0,14	0,18	0,69	1,48	1,61	1,79	3,34	3,18
BRASIL	31,22	27,56	22,35	18,54	21,48	24,38	50,23	50,96	53,27			

fixação da taxa de participação das regiões na renda nacional global. Mas o papel mais importante coube ao setor terciário, sobretudo no Sul e no Centro-Oeste.

Segundo a nova série de dados da renda interna, estas tendências aparecem mais acentuadamente: a queda da participação da agricultura é maior, sendo maior também o aumento das contribuições dos setores industrial e de serviços (Tabela 11a). Segundo as Tabelas 3(a) e 11(a), em 1949 a renda da agricultura do "resto do Brasil" constituía 45% da renda da agricultura nacional e 12% da renda nacional global; em 1970 a primeira taxa subia a 67%, mas a segunda caía a apenas 7,4%.

4.1.7 - A Agricultura na Economia Nacional

Os dados apresentados permitem uma análise em três níveis: o comportamento agregado da agricultura na renda interna nacional; sua evolução do ponto de vista espacial ou inter-regional e, finalmente, suas relações com os demais setores. Apresenta-se, a seguir, alguns comentários pertinentes a cada um destes itens.

1. No período assinalado, a agricultura perdeu importância relativa na geração da renda nacional, segundo os dados da série antiga da renda interna nacional, a participação da agricultura caiu de 27,2% para 17,8%. Os novos dados atribuem à agricultura 10,2% em 1970 e 10,5% em 1975, da renda interna nacional. A composição da renda interna brasileira em termos setoriais acompanhou, assim, a tendência geral observada nos países mais desenvolvidos, durante o processo de industrialização.

A causa básica deste comportamento da agricultura reside no fato de que a industrialização e a urbanização resultam de um processo crescente de divisão social do trabalho a partir de uma economia essencialmente rural, que se denomina "complexo rural", a fim de colocar em evidência a sua diferença em relação ao setor agrícola de economias avançadas. Eis como Johnston & Kilby se referem ao assunto:

"Um dos corolários do movimento para a especialização e a dependência sobre o mercado ao nível do produtor é a maior diferenciação ao nível setorial. Emergem novas atividades manufatureiras e de serviços. (...) A principal mudança, contudo, é o declínio proporcional do setor agrícola não só na sua contribuição ao produto nacional, mas também ao emprego total e ao alargamento do setor de transformação. Embora parte substancial da diminuição da importância da agricultura possa ser atribuída à demanda relativamente maior de bens não-agrícolas com a elevação das rendas, a causa mais fundamental é a transferência da função de produtores gerais do campo para firmas especializadas nas cidades. (...) Deste modo, as funções da agricultura são gradualmente podadas e reduzidas à atividade única de cultivar matérias-primas"⁴.

Este processo de transferência de atividades produtivas da agricultura para os outros setores inicia-se pelos bens de consumo não agrícolas, passando depois para os meios de produção ou insumos e, finalmente, para os próprios produtos agrícolas. Assim, a própria agricultura se "industrializa", na medida em que sua produção depende integralmente do mercado. Ao longo deste processo, a agricultura passa a alimentar uma vasta gama de ramos industriais dedicados à produção de insumos e ao processamento de produtos agrícolas, e de atividades dos serviços destinados ao financiamento, comercialização, transporte, administração, governo, etc...

Assim sendo, a divisão formal da economia em "setores" tende a subestimar a importância relativa da agricultura na economia tornando-se, no limite, uma divisão irrelevante. Saiba-se por exemplo que, nos países mais desenvolvidos, a participação deste setor na renda nacional aproxima-se, em alguns casos,

⁴ JOHNSTON, B.F., KILEY, P., Agricultura e transformação estrutural; estratégias econômicas de países em desenvolvimento, Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p.51-52, grifo nosso.

dos 5%, como ocorre nos Estados Unidos. Weller refere-se ao assunto, ao tratar do crescimento do processo de integração vertical na agricultura:

"O termo 'agribusiness' foi cunhado na América para descrever a estreita relação entre a agricultura e seus fornecedores, junto com aqueles interesses que processam e distribuem seus produtos. De modo similar, Davis e Goldberg estimaram que entre um terço e metade de todo o investimento nos Estados Unidos está, agora, no 'agribusiness'. A escala deste investimento é vasta e à medida que sua organização se integra em menor número de unidades, seu poder efetivo na economia nacional não tem paralelo. Não se fez cálculo semelhante para a proporção da riqueza nacional investida no 'agribusiness' inglês. A proporção é, provavelmente, menor do que na América, mas não é provável que seja menor que um quarto, e pode muito bem ser superior a um terço do investimento nacional. (...) Sykes sugeriu que, na Inglaterra, somente cerca de um quarto do valor do 'agribusiness' pode ser um produto líquido ao nível de fazenda, sendo o restante um produto externo a ela"⁵.

Mesmo em países desenvolvidos que são grandes exportadores de produtos agrícolas, a proporção da agricultura na renda interna é pequena. Johnston & Kilby citam os exemplos da Dinamarca e da Nova Zelândia, nos quais a agricultura participava, em 1970, com 12% e 13%, respectivamente, da renda interna.

⁵ WELLER, J. Modern Agriculture and Rural Planning. London, The Architectural Press, 1967. p.311-312, grifo nosso.

Não somente do ponto de vista da geração de renda, mas também do emprego, cai a participação da agricultura, enquanto cresce o emprego nas parcelas do secundário e do terciário agrupadas no "agribusiness". Snodgrass & Wallace estimam que, enquanto a agricultura dos Estados Unidos empregava, no início da década de 1970, cerca de 3 milhões de pessoas, as indústrias de insumos agrícolas empregavam cerca de 8 milhões e as atividades de processamento e distribuição cerca de 12 milhões de pessoas ⁶.

No Brasil, embora não haja estimativas deste tipo, as tendências são semelhantes. A população rural, embora aumentando em números absolutos, vem apresentando um decréscimo persistente de participação na população total.

A eventual expansão da produção agrícola para exportação exigirá um crescente desenvolvimento da produção de insumos industriais para a agricultura, dos serviços de crédito, distribuição, etc. e das indústrias de processamento dos produtos. Isto terá como efeito uma elevação da produtividade do trabalho e, portanto, uma diminuição relativa do emprego diretamente agrícola. Ao mesmo tempo serão impulsionados os setores industrial e de serviços, ampliando-se o emprego e a renda gerados por eles, em termos relativos.

2. A agricultura experimentou uma redistribuição territorial, resultante do processo de unificação da economia nacional e da divisão inter-regional do trabalho que com ela se instaurou. Não somente a indústria se concentrou mais ainda no Sudeste enquanto a agricultura se distribuiu pelas demais regiões, como a agricultura começou a sofrer um processo de especialização regional. Viu-se, na primeira parte, o papel da expansão da pecuária no Sudeste, após 1945, acompanhada do declínio do café e da expansão de um grupo de culturas de elevada

⁶ SNODGRASS, M.M. & WALLACE, L.T. Agriculture, economics and resource management. New Jersey, Preutice - Hall, 1975. p.17.

rentabilidade, tais como a cana-de-açúcar, o algodão, os horti-frutigranjeiros, etc.

Como resultado, alterou-se profundamente a distribuição inter-regional da renda da agricultura. Reduziu-se drasticamente a importância relativa da agricultura do Sudeste, enquanto aumentaram o Nordeste, o Sul e o Centro-Oeste, sobretudo os dois últimos. A região Sul transformou-se, aos poucos, na mais importante região agrícola do país, responsável, em 1975, por cerca de 41% da renda gerada pela agricultura brasileira.

O aumento da inter-dependência entre as diversas regiões e a liquidação da auto-suficiência agrícola do Sudeste aparecem claramente nas estimativas do que se chama "renda per capita relativa setorial". Estes índices, quando baseados na série antiga de renda interna referem-se, no caso da agricultura, não à renda mas ao valor bruto da produção. Ele constitui, portanto, uma medida aproximada do valor da produção por habitante, relacionado à média nacional. A Tabela 5 revela a drástica queda do índice referente ao Sudeste, e os significativos aumentos das outras regiões, sobretudo do Sul e do Centro-Oeste. As novas estimativas de renda, nas quais se baseiam as estimativas da Tabela 5(a), mostram mudanças ainda mais significativas nos índices.

As estimativas dos índices referentes ao setor industrial mostram a outra face desta realidade: o aumento da concentração no Sudeste e a redução do "produto industrial per capita" nas demais regiões. Nestas últimas, conforme se mostra anteriormente, os índices relativos à indústria refletem não apenas um decréscimo relativo agregado, mas os reajustamentos das indústrias regionais face à "nacionalização" da indústria do Sudeste, transformada em núcleo da indústria nacional agora constituída.

Deve-se ressaltar que a região Sul constitui não apenas a principal região agrícola do país, como abriga a maior proporção da renda industrial, depois do Sudeste, tanto em termos

de agregado regional (Tabelas 3 e 3(a)), como numa base per capita (Tabelas 5 e 5(a)).

Estas mudanças inter-regionais das rendas setoriais não resultaram, porém, em alterações importantes na distribuição inter-regional da renda global, conforme mostram as Tabelas 1 e 1(a). Se o Sudeste sofreu pequena redução em sua participação, o mesmo ocorreu com o Nordeste, enquanto o Sul e o Centro-Oeste apresentavam aumento, devido ao seu caráter de fronteira de expansão. Esta estabilidade na distribuição inter-regional da renda global deve-se à mudança estrutural da renda nacional e ao tipo de divisão inter-regional do trabalho que se estabeleceu: na renda nacional, a agricultura caiu sensivelmente, conforme já se viu, enquanto se distribuía pelas diversas regiões, perdendo importância no Sudeste. Nesta região era a indústria que ganhava impulso e se diversificava. Assim, enquanto o Sudeste concentrava o setor mais importante da renda nacional, as demais regiões absorviam aquele que perdia participação aceleradamente. É por isto que, apesar do grande impulso da agricultura da região Sul, a participação desta região na renda interna nacional global aumenta muito pouco. Assim, a agricultura torna-se cada vez menos capaz de, por si mesma, contribuir para a elevação da participação relativa de uma região na renda nacional global, mesmo que apresente taxas muito elevadas de crescimento.

Portanto, a base agrícola das regiões do "resto do Brasil" amarram suas economias a um setor de importância decrescente na renda nacional, tornando-se difícil a elevação da participação destas regiões na renda nacional. A análise do item 6 deste capítulo revelou este aspecto do problema.

Observe-se o setor industrial. Viu-se, nas tabelas 11 e 11(a), que, apesar da perda de participação do "resto do Brasil" na indústria nacional, o seu setor industrial, ao contrário da agricultura, apresentou pequena elevação da sua contribuição na formação da taxa de participação da renda do "resto do Brasil" na renda nacional. Isto se deve ao fato de que esta indústria

é, basicamente, uma agroindústria processadora dos produtos agrícolas da região. Além disto, porém, esta agroindústria constitui apenas um segmento da agroindústria nacional, aquele responsável apenas pelo primeiro processamento dos produtos agrícolas, estando as fases finais e mais dinâmicas de processamento localizadas junto ao núcleo do mercado nacional, no Sudeste.

Assim sendo, não apenas estas economias regionais têm como base o setor econômico de importância declinante, como seu setor industrial constitui apenas uma parcela da agroindústria que sobre esta base se desenvolve.

Esta questão pode ser ampliada para se examinar o conjunto econômico que se denomina "agribusiness" ou "complexo agroindustrial" e que compreende, conforme se indicou anteriormente, além das atividades agrícolas, as industriais e de serviços que se desenvolvem com aquelas. Indica-se também que o desenvolvimento deste "complexo" implica no declínio da participação da renda diretamente agrícola neste conjunto.

Ora, este "complexo agroindustrial" forma-se dentro da economia nacional, mas não em cada região agrícola individual. Dentro do "complexo agroindustrial" há uma divisão inter-regional do trabalho: embora a produção agrícola se concentre no "resto do Brasil", as partes mais dinâmicas do "complexo" - as atividades industriais e de serviços a ele relacionadas - concentram-se no Sudeste.

3. Apesar do papel desempenhado pela agricultura nas regiões fora do Sudeste, não foi ela que mais cresceu durante o período analisado. O setor terciário apresentou a maior expansão em todas as regiões (exceto no Sudeste e no Norte). Além disto, a indústria cresceu a taxas mais altas que a agricultura, em todas as regiões, mostrando que a industrialização é um fenômeno nacional e não apenas do Sudeste.

Com esta distribuição das taxas setoriais de crescimento, a composição da renda global destas regiões apresentou uma al-

teração caracterizada pela elevação da participação do terciário e redução da agricultura e da indústria (Tabelas 9 e 9^a). O crescimento do terciário reflete, sem dúvida, o processo de unificação da economia nacional, que exigiu uma contínua expansão da infra-estrutura urbana e de comunicações, e dos serviços, indispensáveis ao incremento deste intercâmbio. Considerando o fato de que o terciário estava menos desenvolvido fora do Sudeste, no início do período, seria naquelas regiões que ele apresentaria crescimento maior, provocando portanto uma queda da participação do Sudeste na renda do terciário a nível nacional, e uma elevação da participação das demais regiões. Como a expansão dos serviços teve que ser muito grande, a participação do terciário na renda nacional global aumentou, embora pouco, durante o período. Assim sendo, as regiões fora do Sudeste sofreram um aumento da sua participação em um setor que, já participando com metade da renda nacional no início do período, viria a aumentá-la ainda mais no seu transcorrer. Assim, o desenvolvimento deste setor contribuiu para sustentar a participação da renda das diversas regiões no agregado nacional, compensando em grande parte a impotência da agricultura em atingir este resultado.

4.1.8 - Tabelas Complementares

TABELA 1(a) - PARTICIPAÇÃO REGIONAL NA RENDA INTERNA NACIONAL. VALORES ANUAIS A PREÇOS CORRENTES. 1949-1970

REGIÃO	1949	1959	1970
NORTE	11,70	2,03	2,14
NORDESTE	13,90	14,44	11,65
SUDESTE	67,52	64,99	65,46
SUL	15,17	16,22	17,14
CENTRO-OESTE	1,71	2,33	3,60

FONTE: FGV, Contas Nacionais do Brasil, 1977.

TABELA 2(a) - BRASIL. COMPOSIÇÃO SETORIAL DA RENDA INTERNA. VALORES ANUAIS A PREÇOS CORRENTES, 1949-1975. (%)

SETOR	1949	1959	1970	1975
Primário	24,93	19,20	10,24	10,53
Secundário	26,01	32,64	36,26	39,43
Terciário	49,06	48,16	53,50	50,04

FONTE: FGV, Contas Nacionais, 1977.

TABELA 3(a) - PARTICIPAÇÃO REGIONAL NA RENDA INTERNA NACIONAL, POR SETOR. VALORES ANUAIS A PREÇOS CORRENTES, 1949-1975 (%)

REGIÃO	PRIMÁRIO				SECUNDÁRIO				TERCIÁRIO			
	1949	1959	1970	1975	1949	1959	1970	1975	1949	1959	1970	1975
NORTE	1,69	2,40	3,59	-	0,90	1,24	1,08	-	2,04	2,29	2,42	-
NORDESTE	19,26	27,94	20,26	-	9,71	7,51	5,79	-	12,95	12,73	13,06	-
SUDESTE	54,72	38,11	33,78	-	75,23	78,17	80,26	-	70,79	68,72	63,82	-
SUL	21,14	26,90	35,36	41,48	13,42	12,25	11,97	10,89	12,86	14,05	16,35	17,03
CENTRO-OESTE	3,20	4,65	7,02	-	0,72	0,83	0,91	-	1,35	2,20	4,36	-

FONTE: FGV, Contas Nacionais, 1977.

TABELA 4(a) - BRASIL: RENDA PER CAPITA REGIONAL RELATIVA À MÉDIA NACIONAL (%)

REGIÃO	Renda per capita relativa (Brasil = 100)	
	1950	1970
NORTE	47	55
NORDESTE	40	39
SUDESTE	156	153
SUL	100	97
CENTRO-OESTE	52	67

FONTE: Tabelas 1(a) e 4

TABELA 5(a) - BRASIL: RENDA PER CAPITA SETORIAL DE CADA REGIÃO RELATIVA À MÉDIA NACIONAL (BRASIL = 100)

REGIÃO	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO	
	1950	1970	1950	1970	1950	1970
NORTE	47	92	25	28	57	62
NORDESTE	56	67	28	19	37	43
SUDESTE	126	79	173	188	163	149
SUL	140	200	89	68	85	92
CENTRO-OESTE	97	130	23	17	41	81

TABELA 9(a) - BRASIL. COMPOSIÇÃO SETORIAL DA RENDA INTERNA REGIONAL. VALORES ANUAIS A PREÇOS CORRENTES, 1949-1975 (%)

REGIÃO	PRIMÁRIO			SECUNDÁRIO			TERCIÁRIO		
	1949	1970	1975	1949	1970	1975	1949	1970	1975
NORTE	26,27	18,73	-	11,62	15,30	-	62,10	65,97	-
NORDESTE	36,58	19,45	-	15,33	15,12	-	48,08	65,43	-
SUDESTE	21,40	5,77	-	24,47	37,31	-	54,13	56,92	-
SUL	36,80	23,06	25,42	19,42	21,25	24,99	43,78	55,69	49,59
CENTRO-OESTE	49,50	21,77	-	9,63	7,66	-	40,88	70,57	-

FONTE: FGV, Contas Nacionais, 1977.

FGV/SUDESUL - Renda Interna da Região Sul, 1977.

TABELA 10(a) - BRASIL. ÍNDICES SIMPLES DE CRESCIMENTO DA RENDA INTERNA SETORIAL EM 1970. VALORES ANUAIS A PREÇOS CORRENTES (BASE: 1949 = 100)

REGIÃO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL
NORTE	67.926	125.450	101.227	95.294
NORDESTE	33.602	62.341	86.004	63.205
SUDESTE	19.715	111.531	76.905	73.137
SUL	53.429	93.241	108.428	85.240
CENTRO-OESTE	69.969	126.499	274.626	159.068
BRASIL	31.937	104.540	85.310	75.436

FONTE: FGV, Contas Nacionais, 1977.

TABELA 11(a) - CONTRIBUIÇÃO DE CADA SETOR NA FORMAÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO NA RENDA INTERNA NACIONAL GLOBAL (%)

REGIÃO	PRIMÁRIO			SECUNDÁRIO			TERCIÁRIO			TOTAL		
	1949	1959	1970	1949	1959	1970	1949	1959	1970	1949	1959	1970
NORTE	0,45	0,50	0,40	0,20	0,34	0,33	1,05	1,18	1,41	1,70	2,02	2,14
NORDESTE	5,09	5,80	2,27	2,13	2,08	1,76	6,69	6,56	7,62	13,91	14,44	11,65
SUDESTE	14,45	7,91	3,78	16,52	21,65	24,42	36,55	35,43	37,26	67,52	64,99	65,46
SUL	5,58	5,58	3,95	2,95	3,39	3,64	6,64	7,24	9,55	15,17	16,22	17,14
CENTRO-OESTE	0,85	0,97	0,78	0,16	0,23	0,28	0,70	1,13	2,55	1,70	2,33	3,61
	26,42	20,76	11,18	21,96	27,69	30,43	51,63	51,54	58,39	100,00	100,00	100,00

4.2 - ANÁLISE DA REGIÃO SUL

4.2.1 - Participação dos Estados na Renda Interna Nacional.

4.2.1.1 - Renda total

No período 1947/49-1967/69 foi a seguinte a evolução da participação de cada Estado na renda interna total do país:

TABELA 2 - REGIÃO SUL. PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NA RENDA INTERNACIONAL. MÉDIAS TRIENAIS DE VALORES CORRENTES, 1947/49-1967/69 (%)

ESTADOS	1947/49 (1)	1960/62 (2)	1967/69 (3)	Variação % (3/1)
PARANÁ	4,1	6,3	6,5	58,5
ST ^a .CATARINA	2,7	2,4	2,7	0,0
RIO GDE. SUL	9,4	8,8	8,6	- 8,5
SUL	16,3	17,6	17,8	9,2

FONTE: FGV, Contas Nacionais do Brasil, 1971, 1973.

Esta tabela evidencia um fato da maior importância: a elevação da participação da região Sul na renda interna nacional foi inteiramente devida ao Paraná, cuja taxa de participação na renda nacional aumentou 58,5%, passando de 4,1% para 6,5%. A posição de Santa Catarina permaneceu a mesma, enquanto a do Rio Grande do Sul caiu 8,5% (de 9,4% para 8,6%). Isto significa que a economia paranaense se expandiu a taxas substancialmente superiores à média nacional, enquanto Santa Catarina a igualava e o Rio Grande do Sul situava-se abaixo.

Percebe-se, também, que o comportamento dos Estados nos dois subperíodos (1947/49 a 1960/62 e de 1960/62 a 1967/69) foi diferente. O Paraná apresentou, por exemplo, um grande ganho de posição no primeiro subperíodo e um ganho muito pequeno no segundo. A fim de eliminar o efeito do número de anos de cada subperíodo, que é diferente, foram calculadas as taxas médias geométricas anuais de variação da participação de cada Estado

em cada subperíodo:

TABELA 3 - REGIÃO SUL.: TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS ANUAIS DE VARIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTADOS E DA REGIÃO NA RENDA INTERNA NACIONAL (%)

ESTADOS	Taxa média geométrica anual	
	1947/49-1960/62	1960/62-1967/69
PARANÁ	3,36	0,45
SANTA CATARINA	- 0,90	1,70
RIO GRANDE DO SUL	- 0,42	- 0,49
SUL		

FONTE: Cálculos baseados na Tabela 2.

onde se constata que o Paraná, após o ímpeto de crescimento experimentado até 1960/62, passa a aumentar a sua participação muito lentamente até o fim do período. Entretanto, a análise da série completa da Tabela 4.1 e da sua forma gráfica no Gráfico 6, revela um comportamento diferenciado dentro deste segundo subperíodo: de 1960/62 até 1962/64 o Paraná perde posição, recuperando-se lentamente a seguir, e somente em 1967/69 ultrapassa a posição que ocupava em 1960/62. São os seguintes os dados da participação relativa do Paraná na renda nacional e as taxas anuais de variação nos dois intervalos:

	participação	taxa de variação anual
1960/62	6,3	-
1962/64	5,7	- 4,9
1967/69	6,5	2,7

Portanto, ao contrário de uma elevação lenta mas persistente durante a década, o que se verificou foi uma queda pronunciada em dois períodos trienais, sendo necessários 5 períodos para a recuperação da posição inicial. Apesar de o Estado haver recuperado a posição inicial a uma taxa anual bastante elevada, não se pode desprezar o fato de que a taxa do segundo subperíodo como um todo foi reduzida, revelando que a perda do

início da década não constituiu, provavelmente, um fenômeno conjuntural fortuito, mas que, eventualmente, alteraram-se as condições que permitiram ao Estado, até 1960/62, destacar-se na economia nacional através de uma taxa anual média de crescimento mais elevada que a média nacional, e que se manteve por um período de quase 15 anos, com pequenas interrupções.

O Estado do Rio Grande do Sul, ao contrário do Paraná, apresentou um movimento declinante persistente durante todo o período analisado.

4.2.1.2 - Renda dos setores

A Tabela 4 apresenta a evolução da participação de cada setor de cada Estado no total nacional do setor correspondente.

Tabela 4. REGIÃO SUL. Participação dos Estados na renda interna nacional por setor. Médias trienais de valores correntes, 1947/49-1967/69, (%).

	PRIMÁRIO			SECUNDÁRIO			TERCIÁRIO		
	1947/49	60/62	67/69	47/49	60/62	67/69	47/49	60/62	67/69
PARANÁ	6,3	12,5	12,9	3,1	2,7	2,8	3,1	4,5	5,5
ST ^a . CATARINA	4,3	3,6	4,0	2,5	2,2	2,4	1,9	2,4	2,2
RIO GDE. SUL	11,7	11,9	12,9	7,9	6,6	5,8	8,6	8,1	8,1
SUL	22,3	28,0	29,8	13,5	11,5	11,0	13,6	15,0	15,8

Fonte: FGV, Contas Nacionais do Brasil, 1971, 1973.

Conforme já se verificou anteriormente, a Região Sul se caracterizou, no período, pelo aumento de participação no setor primário nacional e pela redução no secundário. Ao se analisar o comportamento de cada Estado, constata-se que todos experimentaram queda de participação no setor industrial. Portanto, nos três Estados, considerando o período total, a indústria cresceu a taxas inferiores à média da indústria nacional.

É nos setores primário e terciário que aumenta a participação da região a nível nacional. O Paraná e Rio Grande do

Sul são responsáveis por esta elevação, no setor primário enquanto Santa Catarina perde posição. Por outro lado, cabe ao Paraná a quase totalidade do aumento: dos 7,5 pontos percentuais de incremento da região, o Paraná respondeu por 6,6, ou seja, 88%. No setor terciário, o aumento regional deveu-se ao Paraná e a Santa Catarina, enquanto o Rio Grande do Sul perdia posição. Para uma melhor percepção do comportamento diferenciado dos três estados, examine-se a evolução relativa de cada um na tabela abaixo:

TABELA 5 - VARIAÇÃO PERCENTUAL NA TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE CADA SETOR ESTADUAL E PARTICIPAÇÃO DE CADA ESTADO NO PERCENTUAL DE AUMENTO DA REGIÃO (1947/49 a 1967/69)

	Varição absoluta da participação	Varição percentual da taxa de participação	Participação na variação da região
PRIMÁRIO			
PARANÁ	6,6	104,8	88,0
SANTA CATARINA	- 0,3	- 7,0	- 4,0
RIO GDE.DO SUL	1,2	10,3	16,0
SUL	7,5	33,6	100,0
SECUNDÁRIO			
PARANÁ	- 0,3	- 9,7	12,0
SANTA CATARINA	- 0,1	- 4,0	4,0
RIO GDE.DO SUL	- 2,1	- 26,6	84,0
SUL	- 2,5	- 18,5	100,0
TERCIÁRIO			
PARANÁ	2,4	77,4	109,1
SANTA CATARINA	0,3	15,8	13,6
RIO GDE.DO SUL	- 0,5	- 5,8	- 22,7
SUL	2,2	16,2	100,0
TOTAL			
PARANÁ	2,4	58,5	160,0
SANTA CATARINA	0,0	0,0	0,0
RIO GDE.DO SUL	- 0,8	- 8,5	- 60,0
SUL	1,5	9,2	100,0

Esta tabela permite perceber o comportamento comparativo, entre os três Estados, a nível de cada um dos setores.

No setor primário, a melhor evolução coube ao Paraná. No setor secundário ela coube a Santa Catarina, que apresentou o menor decréscimo em participação. O Paraná foi, também, o que apresentou maior aumento de participação no terciário.

O Rio Grande do Sul, a despeito de uma pequena elevação da participação no setor primário, foi o que apresentou uma evolução global mais desfavorável, tendo sido o que mais perdeu no secundário e o único a perder posição no terciário.

O Paraná foi responsável por 88% do ganho de posição da região na agricultura, por apenas 12% da perda de posição na indústria e por 109% do ganho de posição nos serviços, compensado, a nível regional, pela queda de posição do Rio Grande do Sul.

Esta é a situação no que se refere à variação na participação de cada Estado em cada setor isoladamente. Todavia, dada a profunda alteração estrutural na renda interna nacional, as participações setoriais não refletem fielmente a evolução dos Estados, em seu conjunto, na renda nacional global. Para que isto fique mais claro, será necessário avaliar a evolução da participação de cada setor estadual na renda interna nacional global, tal como se fez para as regiões, no capítulo precedente. Assim, será possível avaliar corretamente a contribuição dada por setor estadual à participação do Estado e da região na renda interna nacional.

A Tabela 6 apresenta os valores correspondentes. Esta tabela evidencia o engano que consiste em se atribuir à agricultura da região Sul a responsabilidade pela elevação da participação da região na renda nacional. Na realidade, a contribuição da agricultura cai de 6,96% em 1947/49 para 6,64 em 1967/69, apesar de a agricultura da região Sul haver aumentado a sua participação na agricultura nacional. Por outro lado, o setor industrial elevou sua contribuição de 2,50% para 2,69%, enquanto o terciário a elevou de 6,80% para 8,45%. Assim, é a seguinte a contribuição de cada setor no aumento de 1,52 pontos percentuais (de 16,26% para 17,78%) que experimentou a re-

TABELA 6 - CONTRIBUIÇÃO DOS SETORES NA FORMAÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE CADA ESTADO NA RENDA INTERNA NACIONAL TOTAL. MÉDIAS TRIENAIS DE VALORES CORRENTES, 1947/49-1967/69, (%)

	PRIMÁRIO			SECUNDÁRIO			TERCIÁRIO			TOTAL		
	1947/49	1960/62	1967/69	1947/49	1960/62	1967/69	1947/49	1960/62	1967/69	1947/49	1960/62	1967/69
PARANÁ	1,98	3,44	2,87	0,58	0,58	0,69	1,56	2,30	2,95	4,12	6,32	6,51
SANTA CATARINA	1,34	0,98	0,90	0,47	0,48	0,58	0,93	0,96	1,18	2,74	2,42	2,66
RIO GDE.DO SUL	3,64	3,27	2,88	1,46	1,42	1,41	4,31	4,15	4,31	9,41	8,84	8,60
SUL	6,96	7,70	6,64	2,50	2,48	2,69	6,80	7,41	8,45	16,26	17,59	17,78

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FGV, Contas Nacionais do Brasil, 1971,1973.

gião Sul na sua participação na renda interna nacional:

Primário	- 21,1%
Secundário	12,5%
Terciário	108,6%

onde se constata que a maior contribuição ao aumento da importância da Região Sul no cenário nacional foi dada pelo setor terciário, seguido à distância pelo secundário, enquanto a agricultura deu uma contribuição negativa.

Estas contribuições setoriais distribuem-se diferentemente pelos três Estados. Assim, os três setores paranaenses elevaram sua participação na renda interna nacional, portanto contribuíram para o aumento da participação regional. No caso de Santa Catarina, os setores industrial e de serviços aumentaram enquanto a agricultura diminuiu. O Rio Grande do Sul perdeu posição nos três setores.

Deve-se destacar o fato de que, embora agricultura paranaense tenha aumentado sua participação na renda nacional, seu pico foi atingido no triênio 1960/62, tendo decrescido depois disto. Em outras palavras, tudo indica que o potencial de contribuição da agricultura paranaense esgotou-se no início da década dos sessenta.

A questão da importância da agricultura e da indústria merece um exame mais detalhado, inclusive no sentido de oferecer indicações para a continuação desta investigação.

Embora, em uma análise setorial, chegue-se à conclusão que é um engano "atribuir à agricultura da região Sul a responsabilidade pela elevação da participação da região na renda nacional", uma análise das relações inter-setoriais mostraria que a indústria regional, cuja participação na renda nacional se elevou, é fundamentalmente uma agroindústria. Portanto, o desenvolvimento industrial apoiou-se no processamento de produtos agrícolas, tanto alimentos como matérias-primas industriais.

Por outro lado, o setor serviços acaba por ter sua evolução determinada, direta ou indiretamente, pela da agricultura, uma vez que a indústria se desenvolve apoiada nesta.

Assim sendo, a análise deveria concluir que realmente é ao setor primário que se deve atribuir o desenvolvimento regional recente. Todavia, permanece o fato de que, se a agricultura não fosse complementada por um setor de transformação industrial dos seus produtos, a renda regional teria apresentado um aumento, no mínimo menor - se não um decréscimo de participação, na renda nacional. Por conseguinte, a presença de um setor industrial em expansão, mesmo que apenas ou predominantemente agroindustrial, foi decisivo para a elevação da participação da região na renda nacional. As tabelas apresentadas revelaram que a indústria regional cresceu a uma taxa mais elevada que a taxa da renda nacional, enquanto a agricultura cresceu a uma taxa inferior.

Portanto, muito embora o setor industrial seja predominantemente agroindustrial, portanto derivado da agricultura, a sua presença e expansão não são inteiramente explicados pela agricultura (pois esta poderia existir sem um setor estadual de processamento). Em outras palavras, a existência e expansão do setor agroindustrial constituem fenômenos de grande importância, que resultaram em acréscimos significativos à renda regional, acréscimos estes que não existiriam se a região realmente só contasse com setores agrícolas e de serviços.

Examine-se agora a evolução deste setor industrial. As tabelas anteriores revelaram que ele evoluiu a taxas inferiores às da indústria nacional como um todo, motivo pelo qual caiu sua participação na renda da indústria do país. Ora, sendo a indústria regional predominantemente agroindustrial, é a esta característica que se poderia atribuir o fato de que a taxa de crescimento industrial da região tenha ficado abaixo da taxa de crescimento da indústria nacional. Portanto, a participação industrial da região caiu porque ela não contou com os ramos industriais mais dinâmicos que imprimiram à indústria nacional uma elevada taxa média de crescimento.

Portanto, a expansão do setor industrial na região permitiu que esta elevasse sua participação na renda nacional ; todavia, o fato de que esta indústria se baseasse em certos ramos industriais - os da agroindústria - tornou limitada a contribuição deste setor ao aumento da participação da região na renda nacional. Por conseguinte, uma análise da composição do setor industrial da região Sul poderia lançar alguma luz sobre as razões do seu menor crescimento frente à indústria nacional, assim como sobre as perspectivas de crescimento futuro.

Se se pode afirmar que a indústria regional se apoiou na agricultura, pode-se também atribuir àquela uma importância própria, que independe da sua vinculação à agricultura, conforme se indicou acima. Por sua vez, a que se pode atribuir o dinamismo da agricultura no período analisado? A resposta óbvia parece ser: ao processo de unificação da economia nacional e à conseqüente unificação dos mercados, o que permitiu que a divisão inter-regional do trabalho se orientasse no sentido da "especialização" agrícola da região Sul. Os mercados nacional e exterior constituíram a base do desenvolvimento da agricultura da região. O desenvolvimento paranaense ilustra e sintetiza este processo. Trata-se de um Estado para o qual convergiram populações deslocadas de regiões cuja organização econômica anterior fora desarticulada como conseqüência da unificação do espaço econômico, tais como o Nordeste, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Neste último Estado, a expansão da agricultura mercantil destinada a abastecer o mercado interno nacional (lavouras mecanizadas de trigo e arroz e pecuária extensiva), assim como a concorrência dos manufaturados paulistas, destruíram as bases da economia colonial e tornaram repentinamente "excedente" um grande contingente populacional .

O fato de a agricultura regional orientar-se para o mercado nacional (e em parte externo) é que tornou possível e necessário o desenvolvimento de um setor agroindustrial amplo: os alimentos que, quando comercializados localmente, podem manter as características naturais, devem sofrer tratamentos industriais para que possam ser transportados a grandes distâncias; as matérias-primas industriais devem ser separa-

das dos materiais inúteis a fim de facilitar e baratear o transporte, etc.

Assim, a agricultura tem sua evolução determinada pelos mercados externos à região; a indústria é predominantemente uma agroindústria porque a produção agrícola se destina, predominantemente, a mercados externos (nacional e internacional).

Em suma, parece inadequado procurar identificar uma origem interna do dinamismo da economia paranaense. Isto porque, em primeiro lugar, não existe uma "economia paranaense", mas uma parcela da economia nacional localizada no Estado do Paraná. Em segundo lugar, a evolução da economia nacional no período analisado é caracterizada por comportamentos setoriais que refletem e derivam dos ajustamentos inter-setoriais e inter-regionais correspondentes ao processo de unificação da economia nacional e, ressalte-se, de uma economia nacional cujo mercado se concentra fortemente em uma só região - o Sudeste..

Desse modo, não parece frutífero afirmar que, no Paraná, a agricultura induz a indústria e os serviços, ou que os serviços induzem os dois primeiros, etc. Na verdade, é o processo de unificação da economia nacional que permite "explicar" o comportamento da "economia estadual" em conjunto e de cada um dos seus setores isoladamente.

Conforme foi esclarecido na primeira parte deste trabalho, a unificação da economia nacional constituiu, em grande parte, um processo de "conquista de mercados" pelo capital industrial do Sudeste, resultando numa obstrução do crescimento industrial nas demais regiões e, mais do que isto, numa completa reestruturação econômica nestas regiões. Deste processo resultou a conversão do complexo rural destas regiões em setor especificamente agrícola, voltado para o mercado nacional concentrado no Sudeste, mercado este que se abriu para a produção destas regiões como fruto do próprio processo de unificação (que permitiu que a agricultura do Sudeste se concentrasse em certos produtos e que, por outro lado, o progresso técnico na a-

gricultura fosse apenas moderado).

Assim, uma vez este processo completado, no fundamental, não existe mais "economia regional", nem mercado, indústria ou agricultura regionais. Existe, isto sim, uma economia nacional e setores correspondentes também de dimensões nacionais mas localizados regional ou estadualmente. Nas regiões do "resto do Brasil" constitui-se o setor agricultura da economia nacional, cujo setor industrial se concentra fortemente numa só região : o Sudeste. Assim, o setor industrial, no "resto do Brasil", é preponderantemente agroindustrial, não só porque lá se constitui e desenvolve o setor agricultura da economia nacional, como porque a expansão e diversificação da indústria nacional dão-se no Sudeste, para e em função do mercado do país inteiro. Não há razão de ser, assim, para "setores industriais regionais", entendidos como miniaturas do setor industrial central. Há, isto sim, segmentos regionais do setor industrial nacional, concentrado no Sudeste.

O segmento agroindustrial que se desenvolve no "resto do Brasil" não é, portanto, "induzido" pela agricultura local, mas pela existência de um mercado nacional. A própria agricultura, como já foi visto, constitui-se em setor especificamente agrícola como resultado da constituição de um mercado nacional.

Vale repetir que as atividades agroindustriais que se desenvolvem no "resto do país" constituem apenas um segmento da agroindústria nacional, está também concentrada no Sudeste. Também neste caso, a agroindústria regional não é algo como uma miniatura da agroindústria da região central, mas apenas um segmento dela.

4.2.1.3 - Renda per capita "relativa" total

A análise feita até este momento revelou uma situação regional em que o Estado do Paraná se destaca nitidamente pelo crescimento em participação na renda nacional, O Rio Grande do Sul, ao contrário, destaca-se pela perda persistente de posição, enquanto Santa Catarina se encontra em uma posição inter-

mediária.

A divisão regional da renda deve ser analisada, porém, em relação à distribuição regional da população. Com este objetivo são apresentadas as tabelas 7 e 8, cujos dados representam o índice da renda per capita de cada Estado em relação à média nacional fixada em 100. A primeira delas contém os dados referentes aos períodos trienais até agora utilizados na análise, tendo sido necessário estimar as populações estaduais para o ano central de cada triênio, utilizando para esta estimativa as taxas médias geométricas anuais intercensitárias de crescimento da população. A segunda tabela refere-se aos anos censitários, utilizando-se dados de renda anuais, ao invés de médias trienais; dada a inexistência de dados demográficos censitários em 1969, a população para este ano foi também estimada.

TABELA 7 - REGIÃO SUL. RENDA PER CAPITA RELATIVA POR ESTADO, 1947/49-1967/69 (BRASIL = 100)

ESTADO	1947/49	1960/62	1967/69
PARANÁ	107	102	91
SANTA CATARINA	91	79	87
RIO GRANDE DO SUL	117	117	118

TABELA 8 - REGIÃO SUL. RENDA PER CAPITA RELATIVA POR ESTADO, 1950-1968

ESTADO	1950	1960	1969
PARANÁ	120	106	94
SANTA CATARINA	81	86	88
RIO GRANDE DO SUL	112	114	121

Sob a ótica da renda per capita, as situações de Paraná e do Rio Grande do Sul se invertem. Enquanto o Paraná apresenta uma renda per capita relativa nitidamente declinante, a do Rio Grande do Sul é claramente ascendente, ou pelo menos estável. Além disto, a renda per capita do Rio Grande do Sul mantém-se, desde o início, acima da média nacional, enquanto a do Paraná,

no fim da década de 1960, situa-se abaixo da média nacional em quase 10%.

Esta evolução já podia ser percebida na análise da renda, desenvolvida nas páginas anteriores, quando relacionada aos dados de população. A queda da renda per capita paranaense resulta do fato de que, embora tendo aumentado sua participação na renda nacional, a sua participação na população aumentou mais do que na renda. O contrário se deu no Rio Grande do Sul que, embora perdendo posição na renda nacional, sofreu um decréscimo maior na sua participação demográfica, como consequência dos movimentos emigratórios verificados no período. Assim, conquanto em 1968 as populações paranaense e gaúcha praticamente se equivalessem, a participação gaúcha na renda nacional era superior à paranaense.

No capítulo anterior verificou-se que a renda per capita relativa da região Sul apresentou tendência declinante neste período. A análise feita no presente capítulo permitiu constatar que toda a elevação da participação da região na renda nacional foi devida ao Paraná. Agora se pode concluir que, inversamente, quase toda a queda da renda per capita regional relativa pode ser atribuída ao Paraná, com pequena participação de Santa Catarina.

4.2.1.4 - Renda per capita relativa setorial

A Tabela 9 apresenta os dados de renda per capita "relativa" por setor estadual do mesmo modo que se procedeu na análise das regiões no capítulo anterior. Pretende-se que estas cifras reflitam, grosseiramente, as linhas de "especialização" regional.

Na tabela 5, Capítulo I, verificou-se que apenas no setor primário a região Sul havia aumentado o seu índice, que passou de 148 para 168, enquanto diminuiu o do setor secundário e permaneceu estável o do terciário. A tabela 9 permite verificar como cada Estado contribuiu para este resultado,

TABELA 9 - REGIÃO SUL: RENDA PER CAPITA RELATIVA SETORIAL

(BASE = 100)

a) Nos períodos trienais de 1947/49, 1960/62 e 1967/69.

	PRIMÁRIO			SECUNDÁRIO			TERCIÁRIO		
	47/49	60/62	67/69	47/49	60/62	67/69	47/49	60/62	67/69
PARANÁ	164	202	181	81	44	39	81	73	77
SANTA CATARINA	145	119	129	84	73	77	64	79	71
RIO GDE. DO SUL	146	156	178	99	87	80	107	106	112

b) Nos anos censitários de 1950, 1960, e no ano de 1969.

	PRIMÁRIO			SECUNDÁRIO			TERCIÁRIO		
	1950	1960	1969	1950	1960	1969	1950	1960	1969
PARANÁ	202	213	192	78	47	42	120	106	94
SANTA CATARINA	113	137	130	84	75	82	57	63	72
RIO GDE. DO SUL	132	148	161	99	88	79	104	108	113

De um modo geral, pode-se dizer que os dados dos setores primário e secundário, para a região, resultam de movimentos que tiveram o mesmo sentido nos três Estados, isto é, todos elevaram seus índices da agricultura e reduziram os da indústria.

No caso da agricultura, tomando os períodos trienais até agora utilizados, apenas Santa Catarina experimentou uma queda, permanecendo porém bastante acima da média nacional. Apesar da grande expansão agrícola paranaense, foi ao Rio Grande do Sul que coube o maior crescimento relativo, apresentando, porém um índice sempre inferior ao do Paraná. Todavia, tomando os dados referentes aos anos censitários, o Paraná apresenta uma queda enquanto Santa Catarina e Rio Grande do Sul elevam-se significativamente. É de destacar que, em ambas as tabelas, o Paraná apresenta um declínio do seu índice a partir do início da década de 60, enquanto o Rio Grande do Sul mantém seu índice em elevação.

4.2.2 - Posição dos Estados na região Sul

4.2.2.1 - Renda total

Até este momento foi examinada a evolução da participação da renda regional na nacional, e a maneira como cada Estado e cada setor estadual contribuíram nesta evolução. Tratou-se portanto de analisar a Região e os Estados que a compõem, como partes da economia nacional.

Agora se tomará esta parcela da renda nacional, de 16,3% em 1947/49 e 17,8% em 1967/69, correspondente à Região Sul, e se analisará a sua composição interna.

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NA RENDA DA REGIÃO SUL. MÉDIAS TRIENAIS DE VALORES CORRENTES, 1947/49 - 1967/69, (%).

	1947/49	1960/62	1967/69	Variação	
				47/49-60/62	60/62-67/69
PARANÁ	25,31	35,95	36,64	42,0	1,9
SANTA CATARINA	16,84	13,78	14,97	-18,2	8,6
RIO GDE.DO SUL	57,84	50,26	48,39	-13,1	-3,7

FONTE: FGV, Contas Nacionais do Brasil, 1971, 1973.

O aspecto mais importante do período é, sem dúvida, a elevação da participação do Paraná e a correspondente queda de posição do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Entretanto, ressalte-se o fato de que o Rio Grande do Sul continuava sendo, ao final do período, o mais importante da região, em termos do volume da sua renda interna, sendo responsável, ainda, por quase metade da renda global gerada na região. O Paraná, enquanto isto, apesar do crescimento experimentado, ficava com pouco mais de um terço dela.

Em relação ao comportamento dos dados nos dois subperíodos, cabem as mesmas observações já feitas anteriormente, a respeito da inflexão que se observa do primeiro para o segundo subperíodo. Observa-se na tabela 10, que a mudança de posições relativas entre os Estados operou-se, basicamente, no primeiro subperíodo. No segundo, tanto a participação paranaense sobe muito pouco, quanto a gaúcha reduz substancialmente a velocidade da queda.

Do mesmo modo, a evolução paranaense no segundo subperíodo não se caracteriza por uma elevação mais suave da participação, mas por uma queda brusca e uma recuperação cujo ritmo é menos intenso que aquele observado no primeiro subperíodo.

4.2.2.2 - Renda setorial

A tabela 12 apresenta os dados de participação de cada

-Estado na renda regional de cada setor. Novamente se observa, em todos os setores, o sentido divergente das trajetórias do Paraná e do Rio Grande do Sul. Enquanto o Paraná eleva sua participação em todos os setores regionais, o Rio Grande do Sul sofre queda de posição em todos eles.

Demonstram-se, a seguir, as características da evolução da participação por setor. Para tanto, apresenta-se primeiramente os dados referentes ao aumento percentual da taxa de participação, por setor estadual, no período total.

TABELA 11- VARIAÇÃO PERCENTUAL NAS TAXAS DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NOS SETORES REGIONAIS. (1947/49-1967/69).

ESTADOS	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
PARANÁ	52,1	10,3	52,8
SANTA CATARINA	-30,1	17,2	2,2
RIO GDE. DO SUL	-17,2	-9,5	-19,4

No setor primário, o extraordinário crescimento da agricultura paranaense permitiu que sua participação subisse 15 pontos percentuais, igualando-a à participação do Rio Grande do Sul, no final do período. Deve-se entender bem a natureza deste manuseio de dados: o fato de a participação da agricultura gaúcha se reduzir não reflete, necessariamente, um mau desempenho, mas apenas a entrada em operação de terras da região, antes inexploradas, com o recurso de capitais e mão-de-obra em grande parte imigrada. Isto é, a incorporação de nova capacidade produtiva faz com que aquela anteriormente existente reduza sua proporção no total, embora continue crescendo em termos absolutos. Ademais, ocorre que, dadas as características da zona pioneira do Norte do Paraná e a conjuntura favorável do café no pós-guerra, as taxas de crescimento do produto agrícola paranaense elevam-se a níveis muito superiores aos da agricultura relativamente já estabilizada do Rio Grande do Sul. Por conseguinte, o declínio da agricultura deste Estado não se deve a que ela passe a crescer a taxas mais baixas, mas ao fato de que a agricultura paranaense passa a

TABELA 12 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NA RENDA DA REGIÃO SUL, POR SETOR. MÉDIAS TRIENAIS DE VALORES CORRENTES, 1947/49-1967/69, (%).

	PRIMÁRIO			SECUNDÁRIO			TERCIÁRIO			TOTAL		
	1947/49	1960/62	1967/69	1947/49	1960/62	1967/69	1947/49	1960/62	1967/69	1947/49	1960/62	1967/69
PARANÁ	28,4	44,7	43,2	23,3	23,3	25,7	22,9	31,0	35,0	25,3	35,9	36,6
SANTA CATARINA	19,3	12,8	13,5	18,6	19,3	21,8	13,7	13,0	14,0	16,8	13,8	15,0
RIO GDE. DO SUL	52,3	42,5	43,3	58,1	57,4	52,6	63,4	56,0	51,1	57,8	50,3	48,4

FONTE: FGV, Contas Nacionais do Brasil, 1971, 1973.

crescer a taxas muito mais elevadas, até mesmo excepcionais em relação a toda a agricultura nacional, excetuado apenas o Centro-Oeste.

A Tabela 13 procura mostrar este desempenho relativo, através dos índices simples de crescimento do valor corrente da renda dos setores dos Estados. O que se constata é que a queda da agricultura do Rio Grande do Sul no panorama regional deve-se a duas causas interligadas: tanto ao excepcional crescimento da agricultura do Paraná, quanto a um desempenho relativamente fraco da sua própria agricultura, cujo índice se localiza apenas pouco acima da média nacional. Mais adiante se procurará reduzir estes dados a uma dimensão mais apropriada, através dos índices de renda per capita setorial, que são importantes devido ao fato de que o Rio Grande do Sul sofreu um processo emigratório acentuado no período que está sendo analisado. Isto, aliás, já ficou patente na Tabela 9, em que o desempenho da renda per capita gerada pela agricultura gaúcha, em relação à média nacional, foi substancialmente melhor do que a paranaense. Além disso, A tabela 12 permite perceber que os ganhos de participação do Paraná se esgotaram por volta de 1960/62, da mesma forma que se interrompeu a perda de posição do Rio Grande do Sul, invertendo-se as tendências dos dois Estados após esta data.

Portanto, após 1960/62 as posições dos dois Estados permaneceram aproximadamente iguais em termos de participação na agricultura da região. Em termos de renda per capita relativa, o Rio Grande do Sul apresentou um desempenho mais satisfatório que o do Paraná, embora mantendo índices inferiores (mas que se aproximavam no fim do período). A este respeito, é preciso chamar a atenção para o fato de que o Rio Grande do Sul é um Estado mais "industrializado" e urbanizado do que o Paraná, o que equivale a dizer que a produtividade do trabalho agrícola no primeiro Estado é superior à do segundo.

É no setor secundário que o Paraná apresenta o mais fraco desempenho. Ao longo de todo o período, sua participação aumentou apenas 10%, enquanto a do Rio Grande do Sul diminuiu

TABELA 13 - ÍNDICES SIMPLES DE CRESCIMENTO DA RENDA INTERNA SETORIAL EM 1967/69. MÉDIAS TRIENAIS
 DE VALORES CORRENTES. (BASE 1947/49=100).

	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL
BRASIL	33.890	62.189	50.206	47.235
SUL	45.172	50.835	58.733	51.715
PARANÁ	68.755	56.095	189.635	74.866
SANTA CATARINA	31.620	59.399	59.838	45.952
RIO GRANDE DO SUL	37.357	45.984	47.332	43.263
SUDESTE	24.257	66.721	47.494	45.667
SÃO PAULO	23.521	76.457	50.228	49.565
MINAS GERAIS	23.530	65.989	58.187	42.159

FONTE: FGV, Contas Nacionais do Brasil, 1971, 1973.

outro tanto. Ao fim do período, este último Estado gerava mais da metade da renda industrial da região, enquanto o Paraná ficava com apenas 25,7%. O melhor desempenho coube a Santa Catarina, cuja participação se elevou em 17,2% , passando a contar com 21,8% da renda industrial regional ao final do período, portanto apenas pouco menos do que o Paraná. A Tabela 13 espelha o menor crescimento global da indústria do Rio Grande do Sul, quando comparada com os dois outros Estados e com a média nacional. Entretanto, a evolução da indústria do Paraná e de Santa Catarina não foi suficientemente expressivo para reduzir drasticamente a posição do Rio Grande do Sul. A compreensão do significado destes dados somente será possível através da análise da composição do setor industrial de cada Estado e das transformações que sofreu no decorrer do período.

4.2.2.3 - Renda per capita relativa global.

Apresenta-se, na Tabela 14, os índices correspondentes à renda per capita de cada Estado, em relação à média da Região igualada a 100. Os dados apresentados referem-se tanto aos triênios até agora utilizados, para os quais se estimou a população existente em cada ano central do triênio, como para os anos censitários de 1950, 1960 e para o ano de 1969 (último para o qual se dispõe de dados de renda interna).

TABELA 14- RENDA PER CAPITA RELATIVA GLOBAL, A NÍVEL DA REGIÃO SUL
(REGIÃO SUL=100)

ESTADOS	1947/49	1960/62	1967/69	1950	1960	1969
PARANÁ	98	98	90	111	100	91
SANTA CATARINA	84	76	85	75	81	85
RIO GRANDE DO SUL	107	111	117	104	108	116

Verifica-se que, quaisquer que sejam os anos utilizados para comparação, a situação do Paraná se deteriora ao longo do período. Os dois conjuntos de dados da tabela permitem supor que, após um pequeno período de crescimento muito acelerado da

renda global do Estado, a partir de 1947/49 até o início da década de 1950, em que a renda per capita relativa se eleva acima da média regional, há uma tendência ao decréscimo, colocando-se a renda per capita do Estado, ao fim da década de 50, cerca de 10% abaixo da renda per capita média da Região. Isto resulta, evidentemente, do fato de que a renda global do Paraná cresceu menos que a sua população ou, de outro ângulo, que a produtividade média do trabalho da população paranaense situou-se, ao longo de quase todo o período, abaixo da média regional.

Se se comparar as tabelas 7 e 14, nota-se que a situação do Paraná em relação ao país, até 1960/62, era mais favorável do que em relação à região. Isto se deve ao fato de que a renda per capita da região era superior à média nacional, em razão da boa situação de Paraná e do Rio Grande do Sul. Durante a década de 60, a renda per capita da região tende a cair como consequência da evolução descendente do Paraná e de Santa Catarina. No final da década de 60 a renda per capita da região equiparava-se à média nacional, com tendência ao declínio, motivo pelo qual são bastante próximos os índices dos Estados, tanto em relação à média nacional quanto à regional.

O Estado do Rio Grande do Sul sobressai por uma franca tendência à elevação da sua renda per capita relativa, enquanto Santa Catarina mantém uma posição estável.

Considerando que a renda per capita da região constitui uma média dos três Estados, e que a média, como tal, possa ter pequeno significado, apresenta-se os índices de renda per capita correspondentes à do Rio Grande do Sul igualada a 100,

TABELA 15- RENDA PER CAPITA RELATIVA GLOBAL, (RIO GRANDE DO SUL = 100).

ESTADOS	1947/49	1960/62	1967/69	1950	1960	1969
PARANÁ	92	88	77	107	93	78
SANTA CATARINA	79	68	73	72	75	73
RIO GDE. SUL	100	100	100	100	100	100

onde transparece claramente a tendência ao declínio da renda per capita paranaense em relação à gaúcha. No final dos anos 40, o índice do Paraná evoluiu até superar o do Rio Grande do Sul, porém no final da década de 60 a renda per capita paranaense situava-se 23% abaixo da do Rio Grande do Sul.

4.2.2.4 - Renda per capita relativa setorial

A Tabela 16 contém os dados da renda per capita relativa correspondente aos setores dos três Estados. A análise desta tabela evidencia também uma evolução desfavorável do Paraná, no que diz respeito à renda per capita.

Ao se tomar os índices apresentados como a parcela da renda per capita global que é gerada por cada setor, vê-se que o Paraná sofreu queda nos índices dos três setores. Até mesmo a agricultura paranaense que constitui atualmente uma das mais importantes regiões agrícolas do país, foi incapaz de competir, em termos per capita, com a agricultura do Rio Grande do Sul, cujo índice se eleva enquanto o do Paraná cai.

No setor industrial a queda do índice paranaense é violento, em confronto com grandes acréscimos nos dois outros Estados. O Paraná aparece, no contexto da região Sul, como o Estado mais tipicamente agrícola, com uma indústria muito pouco desenvolvida. O índice da renda per capita gerada pelo setor industrial do Paraná era, em 1947/49, 16% inferior à do Rio Grande do Sul, sendo 50% inferior a ela em 1967/69; enquanto no primeiro triênio quase se igualava a Santa Catarina, no último era também cerca de 50% inferior.

As mesmas tendências se verificaram no setor terciário, embora neste caso a situação paranaense pareça relativamente estável em relação à média regional, mas declinante em relação ao índice do Rio Grande do Sul, cuja tendência é levemente ascendente.

TABELA 16 - RENDA PER CAPITA SETORIAL RELATIVA À MÉDIA DA REGIÃO SUL.
(REGIÃO SUL=100).

a) Nos períodos trienais de 1947/49, 1960/62 e 1967/69.

	PRIMÁRIO			SECUNDÁRIO			TERCIÁRIO		
	47/49	60/62	67/69	47/49	60/62	67/69	47/49	60/62	67/69
PARANÁ	110	122	106	90	63	63	89	84	86
STA. CATARINA	96	71	76	93	107	123	68	72	79
RIO GDE. SUL	97	94	104	107	127	127	117	124	123

b) Nos anos censitários de 1950 e 1960, e em 1969.

	1950	1960	1969	1950	1960	1969	1950	1960	1969
	PARANÁ	137	125	108	86	66	65	96	85
STA. CATARINA	78	81	73	93	107	128	64	71	79
RIO GDE. SUL	90	88	103	110	124	124	116	123	124

4.2.2.5 - Renda per capita rural relativa

Apresenta-se, a seguir, uma tabela que contém os índices da "renda per capita rural relativa", correspondente à proporção de cada Estado em relação à média regional igualada a 100. Como já se disse anteriormente, este índice é uma aproximação grosseira que exige duas pressuposições: primeira, a de que a população rural produza apenas bens agrícolas, e a segunda, que a produção agrícola resulte apenas do trabalho da população rural.

TABELA 17 - RENDA PER CAPITA RURAL RELATIVA DOS ESTADOS DA REGIÃO SUL (REGIÃO SUL = 100).

ESTADOS	1947/49	1960/62	1967/69
PARANÁ	104	110	93
SANTA CATARINA	88	66	74
RIO GDE. DO SUL	103	107	123

A serem aproximadamente verdadeiras as suposições que apóiam estes cálculos, a renda per capita rural é mais baixa em Santa Catarina, localizando-se, em 1967/69, 20% abaixo da paranaense, e 40% abaixo da gaúcha. Enquanto o índice do Rio Grande do Sul apresenta uma elevação persistente, a do Paraná, situando-se acima da média regional até o início dos anos 60, no fim desta década está 7% abaixo da média regional e 32% abaixo da renda per capita rural do Rio Grande do Sul.

4.2.3 - Composição setorial da renda da Região Sul

A Tabela 18 apresenta a evolução da composição setorial da renda interna da Região Sul;

TABELA 18 - COMPOSIÇÃO SETORIAL DA RENDA INTERNA DA REGIÃO SUL. MÉDIAS TRIENAIS DE VALORES CORRENTES, 1947/49-1967/69, (%).

SETORES	1947/49	1960/62	1967/69
PRIMÁRIO	42,80	43,81	37,38
SECUNDÁRIO	15,38	14,10	15,12
TERCIÁRIO	41,83	42,11	47,51

Ressalta desta tabela, a estabilidade do setor industrial, o declínio da participação do setor primário e o aumento do terciário, que corresponde exatamente ao declínio do primário.

4.2.4 - Composição Setorial da Renda dos Estados.

Os dados estão apresentados na Tabela 19.

TABELA 19 - COMPOSIÇÃO SETORIAL DA RENDA DOS ESTADOS DA REGIÃO SUL. MÉDIAS TRIENAIS DE VALORES CORRENTES, 1947/49 - 1967/69, (%).

	PARANÁ			SANTA CATARINA			RIO GDE. DO SUL		
	47/49	60/62	67/69	47/49	60/62	67/69	47/49	60/62	67/69
PRIMÁRIO	48,04	54,53	44,12	48,95	40,63	33,68	38,71	37,01	33,43
SECUNDÁRIO	14,14	9,13	10,59	17,00	19,77	21,98	15,45	16,09	16,43
TERCIÁRIO	37,84	36,35	45,30	34,06	39,61	44,35	45,84	46,91	50,16

Os três Estados apresentaram uma tendência comum: a queda de participação do setor primário e a elevação do terciário. O que os diferencia é, por um lado, o nível de participação da agricultura e a magnitude do seu declínio e, por outro lado, o comportamento do setor industrial.

Do lado da agricultura, é no Paraná que ela representa maior proporção da renda interna, enquanto em Santa Catarina ela perde 15 pontos percentuais e no Rio Grande do Sul 5 pontos.

Do lado da indústria, o Paraná é o único dos três Estados onde sua participação na renda interna declina e onde sua im-

portância relativa é menor, correspondendo, no fim do período, a apenas 10% da renda interna.

De um modo geral, o Rio Grande do Sul é o Estado cuja renda interna se manteve mais estável, tendo havido pequena elevação da participação da indústria e uma elevação algo maior do terciário compensado por queda no primário. Santa Catarina apresentou as maiores transformações estruturais, sendo o Estado mais industrializado, em termos relativos. A agricultura perdeu 15 pontos percentuais, enquanto a indústria ganhou 5 pontos e o terciário 10 pontos.

4.2.5 - A agricultura na Região Sul e no Paraná.

A Região Sul constitui a segunda região do país, em termos de geração de renda, após o Sudeste. A distância que a separa, porém, é muito grande, sendo a renda do Sudeste quase quatro vezes superior à do Sul, em 1970. No período 1947/49 a 1967/69 apenas as regiões Sul e Centro-Oeste aumentaram suas participações na renda nacional. Embora coubesse ao Centro-Oeste a maior expansão relativa, sua expressão na economia nacional, em termos globais, era ainda reduzida ao fim do período.

O setor especificamente agrícola que se constitui no "resto do Brasil" no período que se está analisando, desenvolveu-se a taxas mais elevadas nas regiões Sul e Centro-Oeste. Em 1970, e de modo mais acentuado em 1975, a região Sul constituía a mais importante região agrícola do país, responsável por 41% da renda gerada pela agricultura nacional neste último ano (dados FGV/SUDESUL). Enquanto a importância agrícola do Sudeste declinava e a do Nordeste crescia lentamente, a renda agrícola do Centro-Oeste dobrava sua participação na agricultura nacional, situando-se, no final da década de 60 e princípio dos anos setenta, em torno de 7% daquele agregado.

Ao final da II Guerra, o Estado de maior expressão da região Sul era o Rio Grande do Sul, sendo responsável por mais de 55% da renda regional. É a partir desta época que ganham

impulso definitivo a ocupação e a expansão econômica do Norte do Paraná, em virtude da reabertura do comércio mundial e da recuperação do mercado cafeeiro, que encontra o Brasil com uma capacidade produtiva desfalcada, estando superada portanto a crise de superprodução que atingira o auge na década de trinta. Nesta época, o Paraná gerava apenas 25% da renda da região, restando cerca de 17% para Santa Catarina.

O processo de unificação da economia nacional teve efeitos diversos nos dois maiores Estados da região: no Rio Grande do Sul localizava-se uma "economia regional" de constituição mais antiga, mais desenvolvida e mais estruturada, contando com um compartimento industrial mais importante e mais diversificado. O Paraná contava com um segmento exportador de dimensões relativamente pequenas e mercado instável, que ocupava apenas uma parte do território estadual, Este Estado constituiu a maior e mais importante fronteira agrícola do país neste período.

Nestas condições, o processo de unificação econômica provocaria, no Rio Grande do Sul, uma crise de reajustamento que resultaria, inclusive, em emigrações significativas, com repercussões negativas sobre suas taxas de crescimento global e setoriais. O Paraná, ao contrário, presenciaria a constituição de um segmento inteiramente novo: uma parcela importante do "setor agricultura" nacional em formação, localizando-se na grande faixa territorial que se estende desde o Norte até o Sudoeste do Estado. Este setor agricultura já nasceria inteiramente articulado a uma economia nacional cujo setor industrial se localizava no Sudeste do país. Ademais, apoiando-se na expansão cafeeira, numa conjuntura favorável de mercados externos, complementada pela produção para um mercado interno nacional também em expansão, a agricultura estadual apresentaria taxas de crescimento extraordinárias, pelo menos até o início dos anos 60,

Como resultado desta diversidade de situações, o Rio Grande do Sul sofreria uma perda de participação na renda nacional, enquanto o Paraná, ao contrário, elevava sua participação

de 4,1% em 1947/49 para 6,5% em 1967/69, sendo o único responsável pela elevação da posição da região no país. Como consequência, a economia paranaense aumenta seu peso na região, passando dos 25% do início do período para cerca de 37% no seu fim, enquanto a proporção do Rio Grande do Sul caía de 58% para 48%.

Estas mudanças de posição já se haviam consumado, no fundamental, no início da década de 1960. O Paraná enfrenta, durante esta década, uma situação crítica: o setor cafeeiro entra em crise profunda, prenunciada por uma persistente queda de preços externos a partir de 1955; a ocupação da fronteira agrícola do Estado está praticamente terminada; finalmente, a economia brasileira enfrenta a sua primeira crise global, no pós-guerra, no período 1962-1967.

Do ponto de vista setorial, a região elevou sua participação na agricultura e no terciário nacionais, tendo caído sua participação industrial. Foi ao Paraná que coube a maior parte do aumento da participação regional nos dois primeiros setores. A queda de participação na indústria nacional, por outro lado, foi quase toda devida à queda da posição do Rio Grande do Sul, queda esta que se inicia em meados dos anos cinquenta, depois de haver atingido as maiores taxas de participação na primeira metade desta década (Tabela 4). No Paraná e em Santa Catarina a indústria apresenta uma taxa bastante estável de participação na indústria nacional. No final do período, a agricultura paranaense havia alcançado a gaúcha, em termos de participação na agricultura nacional. O mesmo não se deu, porém, nos setores industrial e de serviços. A participação do Rio Grande do Sul, no total regional destes setores ainda era, em 1967/69, de 52% e 48%, respectivamente.

A participação paranaense nos agregados nacional e regional de renda cresce menos que sua participação na agricultura nacional e regional. Isto decorre, evidentemente, da participação decrescente da agricultura na renda nacional. A Tabela 6 revela a incapacidade da agricultura em contribuir para a elevação da participação estadual na renda nacional, ex-

ceto no Paraná. Todavia, após um auge no início da década de 1960, esta contribuição entra em declínio. Na Tabela 6^(a), cujos dados derivam da nova série de contas nacionais, estas tendências aparecem mais acentuadamente. Neste caso, mesmo no Paraná, a contribuição da agricultura caiu em 1970, em relação a 1949.

O setor industrial dos três Estados, ao contrário, mesmo apresentando uma participação decrescente na indústria nacional, contribuiu para elevar a participação da renda regional na nacional.

O setor industrial paranaense, em volume de renda gerada, é o segundo da região, sendo superior ao de Santa Catarina. Todavia, é o de menor expressão em termos relativos. Em primeiro lugar, é no Paraná que o setor industrial tem a menor participação na renda estadual (Tabela 19); em segundo lugar, foi no Paraná que se verificou a maior queda no índice da renda per capita gerada pelo setor industrial, em relação à média nacional (Tabela 9). Isto se deve ao fato de que a participação estadual na população nacional quase que dobrou no período analisado, enquanto se manteve estável a participação na indústria nacional.

Este comportamento do setor industrial paranaense, evidentemente, decorre do caráter do movimento de ocupação que se intensifica a partir dos anos quarenta. Como já foi dito, trata-se da constituição de uma parte do setor especificamente agrícola nacional, que já nasce inteiramente articulado ao setor industrial nacional. Assim, a constituição na nova região não é acompanhada pela instalação de um compartimento industrial, exceto das atividades de beneficiamento dos produtos agrícolas destinados aos mercados nacional ou internacional. A articulação com a economia nacional, causa do fraco crescimento industrial implicou, contudo, numa grande expansão do setor de serviços, compensando, em termos de renda, a ausência do crescimento industrial.

As análises contidas nas duas primeiras partes deste relatório mostram que a evolução econômica do Paraná só pode ser

compreendida no contexto das transformações que levam à constituição de uma economia nacional unificada. Por um lado, a ocupação do território paranaense foi possível devido à decomposição das economias regionais de povoamento mais antigo; por outro lado, a expressão econômica que o Paraná alcançou derivou da constituição de um setor agricultura de âmbito nacional e da concomitante "desconcentração" agrícola a partir do Sudeste.

As características deste processo permitem, ademais, identificar as causas das tendências observadas nos agregados setoriais do Estado e avaliar as perspectivas futuras.

Em primeiro lugar, as altas taxas de crescimento da agricultura paranaense são devidas ao processo de "transferência" da agricultura do Sudeste para as demais regiões do país, das quais o Paraná foi a mais importante. Este processo, como já foi visto, havia se esgotado, em grande parte, já no início dos anos sessenta. Uma vez que as altas taxas de crescimento agrícola estadual, até esta data, combinavam-se com pequenas taxas de crescimento da agricultura a nível nacional, em relação aos outros setores, devido à redistribuição inter-regional da produção agrícola, estas altas taxas deixariam de ser viáveis quando esta redistribuição estivesse completada ou perdesse o ímpeto. O mesmo aconteceria se novas fronteiras agrícolas concorrentes passassem a ser ocupadas.

Ambas as coisas aconteceram. A partir de 1960/62, a agricultura do Sudeste passa a apresentar uma perda mais lenta de participação na agricultura nacional; ao mesmo tempo que a ocupação do território paranaense se completa e o Centro-Oeste surge como fronteira de expansão. A partir deste momento, a taxa de crescimento da agricultura paranaense se aproximará da taxa de crescimento da agricultura nacional que tende a ser, a longo prazo, inferior às taxas dos demais setores. Nestas condições, o Paraná apenas consegue manter sua posição entre 1960/62 e 1967/69, enquanto Santa Catarina e Rio Grande do Sul se recuperam um pouco (Tabela 4).

Já foi visto que somente as taxas extraordinariamente elevadas de crescimento, apresentadas pela agricultura paranaense até 1960/62, permitiram que este setor contribuisse para elevar a participação do Estado na renda nacional global. Uma vez que estas taxas caem ao nível das apresentadas pelo conjunto da agricultura nacional, isto deixa de ser possível, de modo que a contribuição deste setor passa a ser negativa a partir de 1960/62 (Tabelas 6 e 6^(a)). Apesar disso, porém, a participação da renda estadual na nacional ainda apresentava leve tendência ao aumento. Isto se deve, conforme já foi visto, ao setor terciário. Considere-se agora, portanto, a maneira pela qual as tendências deste setor se articulam ao processo de unificação da economia nacional,

Durante o período analisado, o setor terciário apresentou leve aumento da sua participação na renda nacional (Tabelas 2 e 2^(a) - nacional). Entretanto, cresce a participação das regiões de expansão agrícola no terciário nacional - Sul e Centro-Oeste (Tabelas 3 e 3^(a) - nacional), enquanto cai a participação do Sudeste. Ademais, este crescimento é maior nas zonas de fronteira, como o Paraná e o Centro-Oeste (Tabelas 4 e 4^(a) - região Sul). Já foi sugerido que este crescimento está ligado ao aumento do intercâmbio inter-regional promovido pela unificação da economia nacional.

No Paraná, de modo especial, foi grande o aumento da participação na renda do setor terciário nacional. Neste caso, este aumento está ligado não só ao aumento do intercâmbio inter-regional como à implantação de uma infra-estrutura antes inexistente, de comunicações (transporte, comércio) e das atividades de apoio, tais como crédito, armazenagem, governo, etc... Nestas condições, o setor terciário cresce a taxas mais elevadas durante o período em que se processa a unificação econômica e a expansão da fronteira agrícola. Cessados estes estímulos, a taxa de crescimento do terciário estadual se aproximará, também, da taxa de crescimento do setor a nível nacional,

Assim sendo, o aumento da participação do Paraná na renda nacional, durante o período analisado, deveu-se ao processo

de unificação da economia nacional. Agora pode-se sugerir que este mesmo processo colocou limites a este aumento de participação: por um lado, porque o Paraná se constituiu em parte do setor especificamente agrícola, frente a um setor industrial fortemente concentrado no Sudeste. Nestas condições, o crescimento industrial do Paraná, assim como o de outras regiões, foi limitado a apenas um segmento da agroindústria; por outro lado, como o mercado interno nacional continua concentrado no Sudeste, pelas razões já expostas na primeira parte deste relatório, o setor terciário também se concentra fortemente nesta região.

Resta acrescentar que, a despeito das altas taxas de crescimento dos setores primário e terciário, elas foram insuficientes para cobrir o aumento da participação do Estado na população nacional. Deste modo, a renda per capita estadual, em relação à nacional, caiu durante todo o período (Tabelas 7 e 8). Apenas a renda gerada pela agricultura, por habitante, cresceu, mas apenas até o início da década de 1960, caindo depois. Todavia, a participação do Estado nos setores industrial e de serviços, a nível nacional, aumentou menos do que a sua participação na população nacional, de modo que a renda gerada por estes dois setores, por habitante, caiu.

4.2.6 - Tabelas complementares

As tabelas constantes deste item baseiam-se nos dados da nova série parcial, revista, das contas nacionais, divulgada pela FGV em 1977. Cada tabela corresponde à de mesmo número, constante do presente capítulo, baseada na série antiga.

TABELA 2^(a) - REGIÃO SUL. PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NA RENDA INTERNA NACIONAL. VALORES ANUAIS A PREÇOS CORRENTES, 1949, 1959, 1970, (%).

				Variações
	1949	1959	1970	1949-70(%)
PARANÁ	3,99	5,42	5,48	37,3
SANTA CATARINA	2,54	2,38	2,75	8,3
RIO GRANDE DO SUL	8,64	8,42	8,91	3,1
SUL	15,17	16,22	17,14	13,0

FONTE: FGV, Contas Nacionais do Brasil, 1977.

TABELA 4^(a) - REGIÃO SUL. PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NA RENDA INTERNA NACIONAL, POR SETOR. VALORES ANUAIS A PREÇOS CORRENTES, 1949, 1959, 1970 (%).

	PRIMÁRIO			SECUNDÁRIO			TERCIÁRIO		
	49	59	70	49	59	70	49	59	70
	PARANÁ	6,75	11,64	12,33	2,75	3,04	2,99	3,11	4,19
SANTA CATARINA	3,93	4,07	5,83	2,66	2,32	2,68	1,77	1,74	2,20
RIO GDE.DO SUL	10,45	11,18	17,19	8,00	6,89	6,30	7,99	8,13	8,69
SUL	21,14	26,90	35,36	13,42	12,25	11,97	12,86	14,05	16,35

FONTE: FGV, Contas Nacionais do Brasil, 1977.

TABELA 6^(a) - CONTRIBUIÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NA FORMAÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE CADA ESTADO NA RENDA INTERNA NACIONAL TOTAL. VALORES ANUAIS A PREÇOS CORRENTES, 1950, 1960 E 1970, (%).

	PRIMÁRIO			SECUNDÁRIO			TERCIÁRIO		
	1949	1959	1970	1949	1959	1970	1949	1959	1970
PARANÁ	1,78	2,42	1,38	0,60	0,84	0,91	1,61	2,16	3,19
SANTA CATARINA	1,04	0,84	0,65	0,58	0,64	0,82	0,91	0,90	1,28
RIO GDE.DO SUL	2,76	2,32	1,92	1,76	1,91	1,92	4,13	4,19	5,07
SUL	5,58	5,58	3,95	2,94	3,39	3,65	6,65	7,25	9,54

FONTE: FGV, Contas Nacionais do Brasil, 1977.

TABELA 10^(a) - PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NA RENDA INTERNA DA REGIÃO SUL. VALORES ANUAIS A PREÇOS CORRENTES, 1949, 1959 e 1970, (%).

	49	59	70
PARANÁ	26,31	33,41	31,97
SANTA CATARINA	16,73	14,69	16,05
RIO GRANDE DO SUL	56,95	51,90	51,98

FONTE: FGV, Contas Nacionais do Brasil, 1977.

TABELA 13^(a) - ÍNDICES SIMPLES DE CRESCIMENTO DA RENDA INTERNA SETORIAL EM 1970. VALORES ANUAIS A PREÇOS CORRENTES, (BASE: 1949=100).

	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL
BRASIL	31.946	108.400	84.784	77.755
SUL	53.429	93.241	108.428	85.240
PARANÁ	58.319	113.754	150.036	103.561
SANTA CATARINA	47.343	105.103	105.934	81.769
RIO GDE. DO SUL	52.557	82.247	92.791	77.795
SUDESTE	19.715	111.531	76.905	73.137
SÃO PAULO	18.832	124.548	83.953	81.843
MINAS GERAIS	21.273	106.879	86.622	60.764

FONTE: FGV, Contas Nacionais do Brasil, 1977.

TABELA 18^(a) - COMPOSIÇÃO SETORIAL DA RENDA INTERNA DA REGIÃO SUL. VALORES ANUAIS A PREÇOS CORRENTES, 1949, 1959 e 1970, (%).

	1949	1959	1970	1975
PRIMÁRIO	36,80	34,42	23,06	25,42
SECUNDÁRIO	19,42	20,91	21,25	24,99
TERCIÁRIO	43,78	44,67	55,69	49,59

FONTE: FGV, Contas Nacionais do Brasil, 1977.

FGV, SUDESUL - Renda Interna da Região Sul, 1977.

TABELA 19^(a) - COMPOSIÇÃO SETORIAL DOS ESTADOS DA REGIÃO SUL. VALORES ANUAIS A PREÇOS CORRENTES, 1949, 1959, 1970, (%)

	PARANÁ			SANTA CATARINA			RIO GRANDE DO SUL		
	1949	1959	1970	1949	1959	1970	1949	1959	1970
PRIMÁRIO	44,69	44,59	25,17	40,92	35,50	23,69	31,94	27,57	21,58
SECUNDÁRIO	15,13	15,54	16,62	23,04	26,94	29,61	20,34	22,65	21,51
TERCIÁRIO	40,18	39,87	58,22	36,04	37,56	46,70	47,71	49,78	56,91

FONTE: FGV, Contas Nacionais do Brasil, 1977.

5 - INDÚSTRIA

5.1 - INTRODUÇÃO

A evolução da economia brasileira no período imediatamente posterior ao pós-guerra se caracterizou por uma alteração significativa em sua estrutura, alicerçada sobre o rápido crescimento industrial.

O encerramento da etapa predominantemente primário - exportadora se deu quando o processo de crescimento do capital passou a ser comandado pelas atividades industriais. Sucessivas rupturas com a economia mundial acabaram por criar a oportunidade definitiva para a implantação industrial associada ao processo de substituição de importações de bens leves de consumo, em articulação com o crescimento induzido dos setores produtores de bens de capital e insumos.

Recente trabalho do IPEA sugeriu que "no que diz respeito à indústria de transformação, a década de 40 é representativa de uma importante fase de transição, especialmente se se tem em vista a evolução a longo prazo desse setor. Em particular, seguindo-se a anos de ampla substituição de importações como os anos 30 a primeira metade dos anos 40 assistiu ao esforço de adaptação da economia como um todo, e do setor industrial em particular, às condições impostas pela 2.^a Guerra Mundial"⁷. A partir daí inicia-se uma profunda transformação qualitativa no

⁷ MALAN, Pedro S. et alii Política Externa e Industrialização no Brasil (1939/52). Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977 - pg. 296

desenvolvimento industrial brasileiro, caracterizada pela intensificação no uso do capital, uso intencional de instrumentos de política e intensificação da ação do Estado.

A natureza do crescimento industrial que se verificou a partir de então, teve como condicionantes básicos a estrutura industrial já implantada e os sucessivos surtos de crescimento observados em períodos anteriores. Baer e Villela fazem uma periodização do crescimento industrial anterior à 2.^a Grande Guerra indicando que "nas três décadas anteriores à 1.^a Guerra Mundial havia ocorrido substancial crescimento industrial, que a 1.^a Guerra atuou apenas como um estímulo à produção industrial uma vez que não podia haver investimentos; que os anos 20 foram um período de crescimento relativamente lento, mas de investimentos elevados devido ao efeito da 1.^a Guerra nas expectativas dos produtores; e que o grande surto de produção industrial nos anos 30, induzido por um declínio drástico na capacidade de importar foi, no início, baseado principalmente numa maior utilização da capacidade existente e subseqüentemente no aumento dessa capacidade"⁸.

Assim, muito antes de 1930 já havia se instalado no país um setor de produção industrial, como prolongamento e diversificação do próprio capital cafeeiro, que se concentrava em grande parte em São Paulo, mas com núcleos regionais consolidados como no Nordeste e no Extremo Sul. É a partir de 30 entretanto que o processo industrial começa a desvincular-se da acumulação cafeeira e tem seu grande surto de "substituição de importações", na medida em que paralelamente ao declínio da capacidade de importar se logrou promover um intenso crescimento da produção industrial. A dinâmica do crescimento se baseava ainda no setor de bens de consumo previamente instalado e daí se propagava ao setor de bens de produção. Segundo M.C. Tavares

⁸ BAER, W. e Villela, A.V. - Crescimento Industrial e Industrialização: Revisões nos Estágios do Desenvolvimento Econômico do Brasil. Dados, 9 1972 pg. 123.

"o ponto central é de que este incremento de produção permite , pela primeira vez na história da indústria, reproduzir conjuntamente a força de trabalho e parte do capital constante industrial, num movimento endógeno de acumulação"⁹.

Mas é apenas na década de 1950, que se configura "a dominância do capital industrial no processo global de acumulação"... "mediante a entrada decisiva do Estado e das empresas internacionais. A ação do Estado é decisiva para a constituição de uma indústria pesada de bens de produção e a das empresas internacionais para a instalação de um setor diferenciado e "dinâmico" de bens de consumo capitalista"¹⁰.

A implantação de um processo de acumulação endógeno traz em seu bojo a centralização e concentração do capital que, do ponto de vista da distribuição regional da produção industrial terá conseqüências e repercussões profundas na medida em que se caminha para uma homogeneização monopolista do espaço econômico nacional, "A "região" do café passa a ser a "região" da indústria: São Paulo é o seu centro, o Rio de Janeiro seu subcentro, Minas Gerais e o Paraná seus limites e a expansão da fronteira dessa "região" começa a capturar os espaços vazios do Centro-Oeste".

"A conversão da "região" do café em "região" da indústria começa a redefinir a própria divisão do trabalho em todo o território nacional."¹¹

⁹ TAVARES, M. da Conceição. Acumulação de Capital e Industrialização / no Brasil - Rio de Janeiro, UFRJ. s.d. Tese-p.120 (grifo do autor).

¹⁰ TAVARES, M. da Conceição. op. cit. pg.115: Para uma revisão das etapas de formação do capitalismo industrial brasileiro, dentro da mesma orientação teórica da autora citada, ver ainda Mello, J.M.C. O Capitalismo Tardio; contribuição crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1975. 201 f Tese e Cano, W. Raízes da Concentração industrial em São Paulo. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1975, Tese.

¹¹ OLIVEIRA, Francisco de Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977-pg.37.

A análise que se segue tem como marco inicial portanto, o período em que o desenvolvimento da economia brasileira é marcado por profundas modificações estruturais, passando a ter no processo de industrialização o elemento chave de seu direcionamento. Do ponto de vista espacial, esse período se caracteriza ainda pela progressiva unificação dos diferentes mercados regionais em amplo mercado de porte nacional, como resposta às exigências do tipo de industrialização que se implantava no país. E ainda, as transformações no processo de produção e distribuição da riqueza, acabam por configurar uma divisão inter-regional do trabalho no país, com uma progressiva consolidação das atividades industriais na Região Sudeste.

Nesse sentido cabe então avaliar o processo de industrialização no Paraná, tendo como referência não apenas as peculiaridades do desenvolvimento industrial recente no Brasil mas também, mais particularmente, sua configuração regional.

Partindo-se da análise feita no capítulo anterior, acerca da composição regional e setorial da renda nacional, pode-se sintetizar o período 1947/69 pelas seguintes características:

a) O padrão de distribuição inter-regional da renda não se alterou significativamente.

b) A estrutura setorial da renda entretanto, sofreu alteração substancial, com a ascensão da indústria ao papel de setor dinâmico da economia.

c) Verificou-se uma redistribuição quantitativa da renda setorial entre as regiões e uma redefinição qualitativa da divisão social do trabalho, assentada na transição de uma economia nacional composta de um conjunto de espaços econômicos relativamente autônomos para uma economia nacional baseada num espaço econômico unificado.

Essas características se refletem, ao nível da distribuição regional da renda nacional por setor, por uma perda de

participação da região Sudeste na renda do setor primário em favor das regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste e, por um ganho de participação do Sudeste na renda do secundário, com perdas mais significativas para o Nordeste e Sul. Mesmo assim, o Sudeste ainda se constituía, no fim do período, na mais importante região agrícola do país e as demais regiões não demonstraram perdas ou ganhos suficientes para que se caracterizasse uma modificação na distribuição regional da renda nacional.

Esses fatos se explicam por diferenças na intensidade de crescimento das rendas setoriais, ou seja, um crescimento mais acelerado do secundário em relação ao primário na região Sudeste; pelo fato de que o ganho de posição das regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste se deu em termos do primário, setor que perdeu posição a nível nacional e, finalmente, por um mau desempenho das indústrias regionais em relação à indústria do Sudeste.

A análise da renda per capita relativa, que indica a proporção da renda per capita regional em relação à nacional, mostrou pequenas variações na posição das diversas regiões graças às combinações dos movimentos de renda e população. Já a análise da contribuição setorial de cada região para a renda do setor a nível nacional revelou uma especialização do Sudeste nas atividades do setor secundário, enquanto as demais regiões, com exceção do Norte, mostraram uma elevação significativa em sua participação na renda per capita média derivada do setor primário nacional, caracterizando portanto o processo de redistribuição inter-regional do trabalho a partir do processo de industrialização.

A análise da composição setorial da renda regional indicou a perda de posição do primário e a elevação do terciário em todas as regiões, como fenômenos associados à expansão do secundário no Sudeste, expansão essa que se fez voltada para um mercado nacional unificado e portanto, tendo associada a si um crescente intercâmbio comercial e uma intensificação nas atividades urbanas em geral.

Finalmente, a análise do período 1947/69 indicou um crescimento mais intenso da renda do secundário em relação à do primário e do terciário, a despeito da especialização agrícola de quase todas as regiões, à exceção do Sudeste. Entretanto, a proximidade nos índices de crescimento da renda dos setores primário e secundário pode significar que a indústria que se desenvolve nessas regiões é predominantemente agroindustrial, ao contrário do que ocorre no Sudeste onde o crescimento do primário e do secundário está muito mais dissociado.

A partir dessa caracterização geral do comportamento da renda nacional, interessa agora analisar a composição subsetorial da renda do setor secundário, inicialmente na perspectiva nacional e posteriormente do ponto de vista regional, sendo essa análise limitada pela forma e periodicidade das informações disponíveis. E, em seguida, analisar-se-á a desagregação da indústria de transformação, subsetor que tem se caracterizado como principal e mais dinâmico formador da renda do secundário.

5.2 - COMPOSIÇÃO DO SETOR SECUNDÁRIO SEGUNDO A RENDA E O PRODUTO.

Em uma primeira aproximação, subdividiu-se o setor secundário, para efeitos de análise, em quatro classes de indústria, quais sejam: Indústria Extrativa, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Indústria de Construção Civil, tendo-se como objetivo básico identificar o peso relativo de cada classe na composição do setor secundário.

O grande obstáculo encontrado residiu na obtenção de informações com a subdivisão acima mencionada. Na presente análise trabalhou-se com dados de Renda Interna, do Centro de Contas Nacionais, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e dados de pessoal ocupado e valor da produção da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo que a seguir procede-se a análise de cada variável isoladamente.

5.2.1 - Renda Interna

Antes de passas à análise propriamente dita, faz-se necessário um breve relato das dificuldades encontradas ao trabalhar com a variável renda interna.

Em primeiro lugar, a informação só existe a nível de Brasil, o que prejudica em muito a análise, já que seria desejável obter tais dados a nível de Unidades de Federação.

Por outro lado, existem duas séries de dados contendo a estimativa da renda interna segundo classes de indústria, a nível de Brasil, ambas publicadas pelo Centro de Contas Nacionais do IBRE/FGV. A primeira, publicada na revista Conjuntura Econômica de setembro de 1971, cobre o período 1947/69, enquanto a segunda, Revista e Atualizada, publicada na mesma revista, em julho de 1977 refere-se ao período 1965/75. Entretanto, existem diferenças significativas entre as duas séries, tanto em valores absolutos quanto na participação de cada classe de indústria no total do setor. Tais alterações, como a própria fonte esclarece ao publicar a série revista e atualizada, deveram-se à incorporação de novas informações ao processo de cálculo. Procurou-se, aqui, trabalhar com as duas séries disponíveis, já que as mesmas cobrem períodos praticamente diferentes e quase que complementares entre si e, tendo em vista que a composição industrial que apresentam como resultado varia sensivelmente conforme a metodologia utilizada.

No quadro seguinte pode ser encontrado um resumo das informações publicadas em 1971, através das médias trienais de três períodos selecionados por suas características: 1947/49, o período inicial da série e que se enquadraria no que Carlos Lessa¹² chamava "A continuação da industrialização intencional" ;

¹² LESSA, Carlos. Quinze anos de Política Econômica, Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1975 - pg.8.

1960/62, período de retração no ritmo de crescimento da economia brasileira e aceleração inflacionária - o início de uma crise; 1967/69, período de retomada do crescimento,) que Paul Singer ¹³ intitula de o "Florescer do Milagre", e que coincide com o final da série.

BRASIL - PARTICIPAÇÃO NAS CLASSES INDUSTRIAIS NA RENDA INTERNA DO SETOR SECUNDÁRIO.

Médias Trienais	(em %)			
	Indústria ex- trativa mine- ral	Indústria de trans- formação	Serviços in- dustriais de Ut. Pública	Indústria da Construção Ci- vil.
1947/49	1,95	84,29	5,79	7,73
1960/62	1,56	86,10	6,55	5,77
1967/69	1,14	84,98	9,02	4,85

FONTE dos dados brutos: Centro de Contas Nacionais - IBRE/FGV In Revista Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, setembro de 1971 - pg.97

De imediato, transparece a posição de predomínio assumida pela indústria de transformação em relação às demais classes industriais, posição mantida por todo o período 1947/49, sendo que no ano de 1947, que marca sua menor participação na geração da renda industrial do Brasil, atingiu a proporção de 81,72%. Por outro lado, nota-se uma crescente participação dos serviços industriais de utilidade pública na renda do setor secundário, principalmente na década de 60, quando registrou aumento de 38% entre os triênios 60/62 e 67/69, chegando neste último a representar quase um décimo da renda gerada no setor. Com este crescimento relativo, os serviços industriais de utilidade pública assumem, a partir de 1960, a segunda posição em termos de Renda Interna, sobrepujando a indústria da construção civil, cuja

¹³ SINGER, P.I. A crise do "Milagre" - Interpretação crítica da Economia Brasileira - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pg.60,

importância relativa reduz-se ao longo da série, caindo de 9,5% em 1947 para 4,7% em 1969. Quanto à indústria extrativa mineral, seu peso relativo na Renda Industrial sempre foi o menor dentre as quatro classes de indústria, e percebe-se um comportamento declinante ao longo do período, registrando uma queda de 42% entre 1947/49 e 1967/69: respectivamente 1,95% e 1,14% da renda interna do setor secundário nacional.

No quadro que segue, encontram-se dispostas as médias trienais, obtidas a partir da série "Revista e Atualizada" da estimativa da Renda Interna segundo as classes de indústria, publicada pelo Centro de Contas Nacionais em julho de 1977, tendo sido escolhidos os triênios 65/67, fase final de um período de "Relativa Depressão"¹⁴, 70/72, auge do crescimento acelerado, e 73/75, anos representativos de crise e reciclagem no processo de desenvolvimento industrial brasileiro, agravada por crise na economia internacional, que ao mesmo tempo que restringe os mercados compradores de seus produtos, diminui o fluxo de capitais necessários ao prosseguimento do processo industrial instalado no país.

Observa-se que na série revista atenuou-se a influência da indústria de transformação dentro do setor secundário, ao mesmo tempo em que realçou a participação da indústria da construção civil na geração da renda do secundário, mantendo-se esta última classe na segunda posição em todos os anos da série, superando em cerca de dez pontos percentuais a classe dos serviços industriais de utilidade pública, enquanto a indústria extrativa mineral mantém-se na última posição entre as classes de indústria, embora registre participações mais elevadas, em confronto com a série antiga.

Por outro lado, focado pelo ângulo da evolução, o me-

¹⁴ SINGER, J. P. l. op. cit., pg. 109, ao referir-se ao período que se estende de 1962 a 1967.

lhor desempenho registrado é exatamente na indústria extrativa mineral, cuja participação cresceu cerca de 25% entre 1965/67 e 1973/75, enquanto a indústria de transformação, no mesmo período, aumenta sua participação na renda industrial do Brasil em aproximadamente 2%. As outras duas classes apresentam decréscimo de participação, que atinge 1% nos serviços industriais de utilidade pública, entre 1965/67 e 1973/75, e se mostra mais intenso na indústria de construção civil, que chega a perder cerca de 10% de sua representatividade, no mesmo período.

BRASIL - PARTICIPAÇÃO DAS CLASSES INDUSTRIAIS NA RENDA INTERNA DO SETOR SECUNDÁRIO

(em %)				
Médias Trienais	Indústria ex- trativa mine- ral	Indústria de transformação	Serviços in- dustriais de utilid.pública	Indústria da construção ci- vil
1965/67	2,27	75,78	5,50	16,40
1970/72	2,12	76,20	5,98	15,68
1973/75	2,83	76,96	5,42	14,79

FONTE dos dados brutos: Centro de Contas Nacionais -IBRE/FGV In Revista Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, julho de 1977 - pg.97.

5.2.2 - PRODUTO E EMPREGO

As informações analisadas nesta seção, valor da produção e pessoal ocupado, são provenientes dos censos industriais publicados pela Fundação IBGE nos anos de 1940 e 1950.

Cumpra esclarecer que tais informações encontram-se, na fonte, desagregadas nas quatro classes industriais consideradas neste tópico do trabalho, sendo que a única diferença de conceituação ocorre na indústria extrativa, que se refere não somente à extrativa mineral, como nas informações de Renda Interna, mas também à extrativa vegetal. Ressalte-se, ainda, que os censos de 1940 e 1950 são os últimos em que ocorre tal fato,

pois a partir de 1960 a atividade extrativa vegetal passa a ser publicada no Censo Agropecuário, restando no censo industrial a extrativa mineral.

Nota-se entre as classes industriais brasileiras o predomínio da indústria de transformação sobre as demais, representando em 1950, 90% do valor da produção e 86% do pessoal ocupado do setor secundário. Atentando-se ao fato de que estas mesmas participações, em 1940, assumiam, respectivamente, os valores de 89% e 85%, pode-se inferir que todo o processo industrial existente na década de 40 está baseado no desenvolvimento da indústria de transformação, restando às demais classes, em geral, e às indústrias da construção civil e serviços industriais de utilidade pública, em particular, um papel secundário, mas não desprovido de importância, porquanto são subsetores de apoio, infra-estrutura para a indústria de transformação.

Por outro lado, percebe-se já em 1940 forte concentração industrial, com pólo na Região Sudeste, que representa cerca de 74%, 90% e 74% do valor da produção industrial brasileira nas classes da indústria de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública, respectivamente, e empregando nas mesmas classes, pela ordem, 66%, 85% e 69% do pessoal ocupado pelas classes industriais no Brasil (Tabela 5.2.2(a)).

Esses valores refletem o fato de estar se implantando nesta região, em especial no eixo São Paulo - Rio de Janeiro, o principal parque da indústria de transformação do Brasil, com todo o processo de urbanização e integração de mercados exigido por este tipo de atividade, o que dinamiza a construção civil e exerce forte pressão sobre os serviços de utilidade pública, principalmente energia elétrica, tanto por parte da indústria de transformação propriamente dita quanto em função do movimento de urbanização decorrente de sua implementação.

A exigência de maiores mercados, que viabilizassem a indústria de transformação que se ia implantando na Região Sude-

TABELA 5.2.2. (a) - GRANDES REGIÕES - VALOR DA PRODUÇÃO
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL SEGUNDO CLASSES INDUSTRIAIS

(Em %)

Regiões	1940				1950			
	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Construção Civil	Serviços Industriais utilid.pública	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Construção Civil	Serviços Industriais Utilid.Pública
Norte	3,35	1,08	0,33	2,02	0,42	0,67	0,21	0,81
Nordeste	9,96	10,45	3,03	13,04	20,38	9,24	5,81	8,37
Sudeste	43,03	74,24	89,82	74,07	29,11	75,76	82,75	80,21
Sul	36,17	13,84	6,14	10,06	49,33	13,89	10,37	10,18
Centro-Oeste	7,50	0,39	0,68	0,81	0,77	0,64	0,85	0,43

FONTE dos dados brutos: Censos Industriais, 1940 e 1950.

te desemboca num movimento de interligação de economias regionais anteriormente fechadas às demais regiões e voltadas, cada uma por si própria, ao exterior. Favorecida pela proximidade geográfica em que se situa em relação ao principal pólo industrial, a região Sul é a primeira a ser atingida por esta expansão de mercados, obtendo para si os benefícios daí decorrentes, tais como o exercício de atividades industriais complementares ao processo desencadeado no Sudeste. Um exemplo do que foi acima mencionado pode-se encontrar ao verificar o ganho de importância da indústria extrativa da Região Sul no contexto nacional, que no ano de 1950 emprega cerca de 38% do pessoal ocupado na indústria extrativa brasileira, gerando mais de 49% do valor de produção da mesma. Praticamente, deve-se tal importância à crescente exploração das reservas florestais da região, em grande parte devido ao aumento da demanda por madeira para construção civil que, como já citou-se anteriormente, teve suas atividades intensificadas em resposta à industrialização do Sudeste (Tabela 5.2.2 (b)).

Observando-se os índices simples de crescimento, em valores correspondentes, entre 1940 e 1950, expostos na Tabela 5.2.2. (c) poder-se-ia estranhar, à primeira vista, os índices relativamente modestos da região Sudeste frente às demais; porém, deve-se ter presente que, então, já ocorria a concentração industrial comandada por esta região, sendo que o significado destes índices, obtidos a partir de valores absolutos mais elevados, é mais representativo do que outros que porventura tenham sido alcançados sobre valores bem menores, como os índices registrados pelo Nordeste e Centro-Oeste. Sabendo-se que o foco principal desta concentração se dá em São Paulo, conveniente se torna acrescentar à análise os índices de crescimento simples, em valores correntes, obtidos para este Estado, em termos de Valor da Produção, entre 1940 e 1960:

- Indústria Extrativa : 279
- Indústria de Transformação: 722
- Construção Civil: 1.477
- Serviços Industriais de Utilidade Pública: 455.

TABELA 5.2.2 (b) - GRANDES REGIÕES - PESSOAL OCUPADO
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL SEGUNDO CLASSES INDUSTRIAIS

(Em %)

Regiões	1940				1950			
	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Construção Civil	Serviços Industriais de Utilid. Pública	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Construção Civil	Serviços Industriais de Utilid. Pública
Norte	5,27	1,60	0,19	3,14	0,39	1,25	0,37	1,69
Nordeste	22,94	17,88	6,71	15,18	33,65	16,49	10,77	13,43
Sudeste	33,33	66,41	84,51	68,98	27,42	67,41	75,20	71,81
Sul	34,65	13,54	7,25	11,14	38,16	14,33	12,27	12,19
Centro-Oeste	3,81	0,57	1,35	1,65	0,37	0,53	1,39	0,87

FONTE dos dados brutos: Censos Industriais 1940 e 1950

TABELA 5.2.2 (c) GRANDES REGIÕES - VALOR DA PRODUÇÃO E PESSOAL OCUPADO
 ÍNDICES SIMPLES DE CRESCIMENTO SEGUNDO CLASSES INDUSTRIAIS
 (Ano Base: 1940=100).

Classes Regiões	VALOR DA PRODUÇÃO				PESSOAL OCUPADO			
	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Construção Civil	Serviços In- dustriais de Utilid.Pública	Indústria Extrativa	Indústria de Trans- formação	Construção Civil	Serviços In- dustriais de Utilid.Pública
Norte	58	426	472	219	7	125	387	79
Nordeste	958	606	1384	350	140	148	312	352
Sudeste	317	697	664	591	78	163	173	152
Sul	639	687	1216	553	105	170	329	160
Centro-Oeste	48	1110	900	293	9	148	200	78
Brasil	468	685	721	546	95	161	194	146

FONTE dos dados Brutos: Censos Industriais, 1940 e 1950.

Como se pôde verificar, os índices obtidos por São Paulo nas indústrias de transformação e construção civil são bem superiores aos índices representativos da Região Sudeste como um todo, sendo que é justamente através destas classes industriais que parte o estímulo de crescimento industrial para a Região Sul, em primeira instância, e para as demais, posteriormente. Assim, a Região Sul, em resposta a este estímulo, como será detalhado mais adiante nas considerações para os Estados, ganha peso relativo na indústria nacional, em detrimento do Nordeste, apesar dos bons índices alcançados por esta última região, na década considerada.

A nível de Estados, tem-se que São Paulo é o foco principal do surto industrializante vigente na década dos 40, representando, em 1940 e 1950, respectivamente 61 e 63% do valor da produção da indústria de transformação do Sudeste, o que equivale a 45% e 48% do valor da produção da indústria de transformação brasileira nesses mesmos anos. Em 1950, São Paulo gera cerca de 45% do valor de produção da construção civil e dos serviços industriais de utilidade pública na Região Sudeste, empregando cerca de 60% do pessoal ocupado na região em indústrias de transformação, 46% do pessoal ocupado em serviços industriais de utilidade pública e 34% do pessoal ocupado em construção civil.

Nas tabelas 5.2.2 (d) e (e) a seguir, encontram-se os dados de participação dos Estados do Sul em sua região, em termos de valor da produção e pessoal ocupado nos anos de 1940 e 1950, nas quatro classes industriais adotadas no presente item.

Através de tais quadros, torna-se evidente que o comportamento uniforme que se poderia deduzir da análise anteriormente feita sobre a Região Sul inexistente a nível de estados, havendo em cada um deles uma evolução de características próprias.

Em ambos os quadros transparece o Rio Grande do Sul como o Estado melhor situado em termos industriais na região, sendo

TABELA 5.2.2. (d) REGIÃO SUL - VALOR DA PRODUÇÃO
 DISTRIBUIÇÃO POR ESTADOS SE-
 GUNDO CLASSES INDUSTRIAIS

(Em %)

Regiões	1940				1950			
	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Construção Civil	Serviços Industriais de Utilid. Pública	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Construção Civil	Serviços Industriais de Utilid. Pública
Paraná	16,98	15,96	10,03	5,58	43,53	21,28	34,15	19,56
Sta. Catarina	19,22	13,00	6,47	6,24	27,45	15,66	12,02	13,58
Rio Gde. do Sul	63,80	71,05	83,49	88,16	29,02	63,06	53,82	66,86

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Industriais, 1940 e 1950

TABELA 5.2.2. (e) - REGIÃO SUL - PESSOAL OCUPADO
DISTRIBUIÇÃO POR ESTADOS SE-
GUNDO CLASSES INDUSTRIAIS

(Em %)

Regiões	1 9 4 0				1 9 5 0			
	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Construção Civil	Serviços Industriais de Utilid.Pública	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Construção Civil	Serviços Industriais de Utilid.Pública
Paraná	21,84	19,35	15,33	12,60	34,84	18,22	36,29	34,12
Sta.Catarina	30,58	18,93	9,40	21,65	41,29	22,51	13,59	16,62
Rio Gde.do Sul	47,57	61,72	75,26	65,75	23,87	59,27	50,12	99,26

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Industriais, 1940 e 1950

superado, em participação, apenas na indústria extrativa no ano de 1950, representando, nas demais classes, uma participação sempre próxima ou acima de 50% da região, tanto em valor da produção quanto em pessoal ocupado. Porém, observa-se que em todas as classes e nas duas variáveis enfocadas o referido Estado apresenta decréscimo de participação entre 1940 e 1950, enquanto o Paraná e, em menor intensidade, Santa Catarina em geral aumentam suas participações no total regional.

Por um lado, poder-se-ia explicar a diferença de intensidade do crescimento industrial dos três Estados do Sul com base na posição geográfica dos mesmos em relação ao pólo onde parte o impulso industrializante. Assim, seria justo supor que os efeitos da rápida ascensão industrial de São Paulo se fizessem sentir mais rápida e intensamente no Paraná, com o qual faz fronteira, do que no Rio Grande do Sul, passando, num grau intermediário, por Santa Catarina. Os percentuais alocados nos quadros anteriormente expostos parecem confirmar tal argumento: O Paraná apresenta aumentos de participação mais intensos do que Santa Catarina, enquanto o Rio Grande do Sul perde participação na região, na década de 40. Ao final do decênio, a diferença entre as participações de Rio Grande do Sul e Paraná na indústria sulina já se mostra bastante atenuada, com este último firmando-se como o segundo estado da região, principalmente quanto ao valor da produção industrial.

Por outro lado, aliado à posição em relação a São Paulo, tem-se o fato de que, na época, o parque industrial do Paraná praticamente resumia-se a estabelecimentos voltados à industrialização da madeira e mate e elaboração de alguns produtos alimentares. As indústrias de transformação tanto do mate quanto da madeira são supridas de matéria-prima pela indústria extrativa vegetal. O aumento da participação da indústria extrativa no valor de produção industrial entre 1940 e 1950 - de 17% a 44% - pode ser atribuído quase que totalmente à sua componente vegetal, dada a pouca importância da extração de minerais no Estado do Paraná.

É natural que um parque industrial pequeno e concentrado

nas atividades acima mencionadas, não encontrasse maiores dificuldades para se integrar aos novos moldes assumidos pela industrialização brasileira, em que os mercados perdem seu caráter regional, passando a ter dimensão nacional. Já o setor industrial do Rio Grande do Sul, por seu lado, com uma estrutura mais complexa e integrada, dimensionada para atender o mercado local, ao se ver inserido em um contexto mais amplo do que seus próprios limites territoriais, passa a sofrer a concorrência da indústria paulista, esta já se implantando dimensionada para um mercado nacional e, portanto, com maior poder de competição. O resultado de tal disputa, como seria justo esperar, se reflete em prejuízo para a indústria gaúcha que, até se reestruturar para enfrentar a nova realidade com que se depara, tem seu ritmo de crescimento defasado em relação aos demais Estados do Sul, perdendo muitos pontos na participação relativa de todas as classes industriais na região, tanto em termos de valor de produção quanto em ocupação de pessoal, como se pode verificar nos dois quadros anteriormente expostos.

Os índices simples de crescimento em valores correntes, do valor da produção e do pessoal ocupado pelas classes industriais dos três Estados da região Sul do Brasil, entre 1940 e 1950, vêm confirmar a afirmação feita no parágrafo anterior quanto à defasagem existente, na época, entre os ritmos de crescimento da indústria destes Estados. A Tabela 5.2.2 (f) evidencia a acentuada diferença entre os índices obtidos nos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, com desvantagem relativa para este último, enquanto Santa Catarina assume uma posição intermediária na Região. Este fato ocorre para valor da produção tanto quanto para pessoal ocupado e em todas as classes industriais, com uma única exceção: em termos de pessoal ocupado na indústria de transformação, o Estado de Santa Catarina mostra índice simples de crescimento superior aos demais estados, seguido em ordem decrescente, por Rio Grande do Sul e Paraná, sendo pequena a diferença entre os índices destes dois últimos Estados (respectivamente 163 e 160).

Graças aos melhores índices correntes de crescimento obtidos por Paraná e Santa Catarina entre 1940 e 1950 é que es-

TABELA 5.2.2. (f) REGIÃO SUL - VALOR DA PRODUÇÃO E PESSOAL OCUPADO
 ÍNDICES SIMPLES DE CRESCIMENTO NOS ESTADOS, SE-
 GUNDO CLASSES INDUSTRIAIS (ANO BASE 1940 = 100)

REGIÕES	VALOR DA PRODUÇÃO				PESSOAL OCUPADO			
	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Construção Civil	Serviços Industriais de Utilid.Pública	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Construção Civil	Serviços Industriais de Utilid.Pública
Paraná	1.637	917	4.140	1.931	167	160	778	432
Sta. Catarina	912	828	2.260	1.202	142	202	475	123
Rio Gde.do Sul	290	610	784	419	53	163	219	120

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Industriais, 1940 e 1950

tes Estados reduzem o hiato que os separa do Rio Grande do Sul, em termos de participação no valor da produção e no pessoal ocupado na indústria da região sul, chegando até mesmo a ultrapassá-lo, como ocorre na classe da indústria extrativa.

Os excepcionais índices de crescimento obtidos pela indústria paranaense na década dos 40 têm, provavelmente, explicação no processo de ocupação do território, desenvolvido no norte paranaense, que constituiu grande impulso à construção civil, com a abertura de estradas e edificação de cidades, num processo de implantação de toda uma infra-estrutura regional e urbana. Este processo de povoamento exerce também pressão sobre os serviços industriais de utilidade pública, notadamente o setor de fornecimento de energia elétrica. A indústria extrativa, por seu lado, também recebe benefícios do referido movimento de ocupação, já que toda operação de desmatamento que antecede à ocupação propriamente dita, é atividade integrante desta classe de indústria, em seu gênero de extração vegetal. Além disso, a demanda por madeira para a construção civil, tanto do Norte do Paraná quanto do vizinho Estado de São Paulo, vem a ser outro estímulo à indústria extrativa, fornecedora de matéria-prima às indústrias de beneficiamento de madeira, localizadas em território paranaense. O parque paranaense de indústrias de transformação é, na época, constituído basicamente de unidades beneficiadoras de madeira e café, sendo que esta última só passa a existir em consequência do plantio de cafezais no norte paranaense, como extensão da fronteira cafeeira paulista.

Concluindo, tem-se que os anos aqui analisados, 1940 e 1950, cobrem a segunda metade de um período da economia brasileira iniciado com o advento da grande depressão de 1929, e que Lessa¹⁵ denomina "Industrialização não intencional". Atendendo-se apenas ao período analisado, os cinco primeiros anos do

¹⁵ LESSA, Carlos. op. cit. pg.8.

decênio caracterizam-se pela eclosão, da segunda Guerra Mundial, durante o qual o Brasil acumulou, graças à exportação de matérias-primas, vultosas reservas cambiais. A política liberal de importações adotada entre 1945 e 1947, porém, conduziu a uma rápida diminuição de tais reservas, sendo que graças à demanda reprimida durante a guerra, parte significativa das mesmas foi empregada em importações de bens que poderiam ser chamados de "não essenciais". A partir de 1948, adotaram-se rígidos controles administrativos à importação, face ao reaparecimento de déficits no balanço de pagamentos, restringindo as importações de bens de consumo "não essenciais" e, conseqüentemente, ampliando o mercado interno das indústrias substitutivas destas importações. Porém, como resposta a tais estímulos, substituiu-se apenas, nesta fase, bens de consumo "não-essenciais", sem efetivar-se a implantação de indústrias de bens de consumo durável e de capital - exceção feita à indústria siderúrgica - que só seria consolidada em fase posterior do processo de industrialização brasileira.

Já nesta época percebe-se com nitidez uma concentração industrial na região Sudeste e em parte, na região Sul, que se distancia progressivamente do Nordeste, como segunda região industrial do Brasil.

Neste contexto, como se viu, o Estado do Paraná apresenta-se em condições de beneficiar-se do processo em curso, ao menos aparentemente, seja por sua proximidade de São Paulo, de onde passa a receber impulsos benéficos da industrialização, seja por ser o único estado sulino a possuir extensa fronteira em franco processo de ocupação. A desproporção entre os índices simples de crescimento do valor da produção, em valores correntes, do Paraná em relação a Santa Catarina e Rio Grande do Sul parece confirmar tal hipótese, embora nada se possa afirmar ainda com relação aos graus de integração e complexidade da indústria de transformação destes Estados, cuja análise encontra-se nas páginas que seguem.

5.3 - A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: SUA ESTRUTURA E SUA DESAGREGAÇÃO REGIONAL.

Partindo-se da maior disponibilidade de informações e da maior representatividade apresentada em todo o processo de evolução da industrialização a nível nacional e regional, a análise que se segue refere-se à Indústria de Transformação, procurando-se através de sua desagregação chegar a compreender as distintas fases por que passou a industrialização brasileira. A guisa de complementação e face à disponibilidade de informações, considerar-se-á também numa caracterização inicial, a Indústria Extrativa Mineral.

BRASIL - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL TRANSFORMAÇÃO E EXTRATIVA MINERAL COMPOSIÇÃO PERCENTUAL.

Anos	(em %)	
	Transformação	Extrativa Mineral
1950	99,10	0,90
1960	98,79	1,21
1970	98,39	1,61
1973	98,62	1,38

FONTE: FIBGE - Censos Industriais -1950/1960/1970

FIBGE - Pesquisa Industrial - 1973 - informações ajustadas para a inclusão de estabelecimentos com menos de 5 pessoas ocupadas, (ver anexo B).

Tanto a nível nacional, como no que se refere às grandes regiões, em todos os períodos censitários considerados, o predomínio da indústria de transformação se faz presente, em elevada proporção (acima de 95%), excetuando-se apenas a Região Norte, onde a indústria extrativa mineral chega a ter maior representatividade.

GRANDES REGIÕES - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
TRANSFORMAÇÃO E EXTRATIVA MINERAL COMPOSIÇÃO
PERCENTUAL.

(em %)

Ano	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Transf.	Ext.M.	Transf.	Ext.M.	Transf.	Ext.M.	Transf.	Ext.M.	Transf.	Ext.M.
1950	99,41	0,69	98,43	1,57	99,52	0,48	97,26	2,74	99,99	0,01
1960	89,30	10,70	94,52	5,48	99,53	0,47	97,74	2,26	95,81	4,19
1970	86,06	10,94	98,31	1,69	99,09	0,91	98,80	1,20	97,68	2,32
1973	92,21	7,79	98,49	1,51	99,10	0,90	99,33	0,67	97,39	2,61

FONTE: FIBGE - Censos Industriais - 1950, 1960 e 1970

FIBGE - Pesquisa industrial - 1973, com correção para inclusão dos estabelecimentos com menos de 5 pessoas ocupadas (ver anexo B).

Por outro lado, ao se verificar a distribuição regional da indústria de transformação e da extrativa mineral ressalta o caráter da concentração geográfica dessas produções.

GRANDES REGIÕES - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
TRANSFORMAÇÃO E EXTRATIVA MINERAL DIS-
TRIBUIÇÃO REGIONAL:

(em %)

Ano	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-oeste	
	Transf.	Ext.M.	Transf.	Ext.M.	Transf.	Ext.M.	Transf.	Ext.M.	Transf.	Ext.M.
1950	0,67	0,51	9,24	16,19	75,56	40,37	13,89	42,92	0,64	0,01
1960	0,78	7,65	7,43	35,16	77,94	29,89	13,14	24,79	0,70	2,51
1970	0,81	6,09	6,43	6,74	78,82	43,95	12,86	9,49	1,08	1,56
1973	0,74	4,49	6,45	7,08	76,87	50,17	14,76	7,10	1,18	2,25

FONTE: FIBGE - Censos Industriais - 1950, 1960, 1970

FIBGE - Pesquisa Industrial - 1973, com correção para inclusão dos estabelecimentos com menos de 5 pessoas ocupadas (ver anexo B).

Obs.: A soma das informações da indústria extrativa das regiões em 1970 e 1973 é inferior a 100% em virtude da não regionalização das informações referentes à PETROBRAS.

Essa concentração assume entretanto um caráter distinto em relação às duas classes industriais consideradas. De um lado a indústria de transformação, que em cerca de 90% está localizada nas Regiões Sul e Sudeste, apresentou entre 1950 e 1970 uma tendência a aumentar sua participação nessa última região e, em menor escala, nas Regiões Norte e Centro-Oeste, em detrimento das Regiões Nordeste e Sul, ocorrendo o movimento inverso entre 1970 e 1973. Já a indústria extrativa mineral que se concentrava nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul (cerca de 90% em 1950 e 1960), apresenta-se em 1970 e 1973 mais fortemente concentrada na Região Sudeste, com perdas de posição para as demais regiões ¹⁶.

A análise da indústria de transformação parte portanto de duas considerações básicas que situam-se no contexto do processo de industrialização brasileiro: de um lado seu predomínio absoluto em relação às demais classes industriais, em todo o período do pós-guerra considerado nessa análise, e de outro, sua concentração geográfica que, embora preexistente ao período de análise em questão, acentuou-se ao longo dos últimos 30 anos, gerando inclusive uma recomposição de posições relativas a nível regional.

O quadro evolutivo anteriormente apresentado torna-se mais perceptível na tabela 5.3(a).

No período 1950/70 as variações positivas de participação na indústria de transformação foram observadas apenas nas Regiões Norte e Centro-Oeste - cuja representatividade frente ao total nacional não chega a 2% - e na Região Sudeste que, efetivamente concentrou todos os ganhos do crescimento industrial verificados no período, visto que as Regiões Nordeste e Sul apresentam variações negativas em sua participação. Esta última ob-

¹⁶ Essa composição entretanto pode estar sendo prejudicado pela não regionalização das informações relativas à PETROBRÁS que, em seu conjunto, representam cerca de 32% do valor da produção da indústria extrativa mineral em 1970 e cerca de 29% em 1973.

TABELA 5.3. (a) GRANDES REGIÕES - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
 TRANSFORMAÇÃO E EXTRATIVA MINERAL VA-
 RIAÇÕES PERCENTUAIS DAS PARTICIPAÇÕES
 REGIONAIS POR PERÍODO

Regiões	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	Transf.	Extr.M.	Transf.	Extr.M.	Transf.	Extr.M.	Transf.	Extr.M.	Transf.	Extr.M.
1950/60	16,42	1.400,00	-19,59	117,17	3,15	-25,96	-5,40	-42,24	9,38	25.000,00
1960/70	3,85	-29,39	-13,43	-80,83	1,13	47,04	-2,13	-61,72	54,29	-37,85
1970/73	-8,64	-26,27	0,31	5,04	-2,47	14,15	14,77	-25,18	9,26	44,23

servação indica não necessariamente uma perda em termos absolutos para essas regiões mas sim uma defasagem acentuada entre o ritmo de crescimento de sua indústria face ao da região que lidera o processo. Nesses termos, o período 1970/73 pode ser encarado como de reajuste nesse movimento sendo que, da mesma forma que a perda de posição foi mais intensa para o Nordeste, a retomada é mais intensa na Região Sul.

Assim, se se considera que a partir de meados da década de 1950 se inicia a fase mais efetiva e dinâmica do processo de desenvolvimento industrial no país, quando se verifica a implantação do núcleo básico da indústria de bens de produção, pode-se ter uma primeira aproximação do impacto, sobre as diferentes regiões, desse processo cuja face mais importante se caracterizará por uma diferenciação setorial da própria expansão industrial, necessariamente acompanhada por uma concentração e centralização do capital.

A partir desse momento em que a expansão industrial, centrada no Sudeste e mais especialmente em São Paulo, exige de um lado a concentração do capital e de outro a ampliação de mercados, há, aparentemente, uma quebra das economias regionais mais estruturadas (como Nordeste e Sul) que, nada mais é que um reflexo do impacto das novas exigências do processo de crescimento do capital a nível nacional. E, simultaneamente, regiões como o Centro-Oeste se incorporam, sem maiores impactos, ao processo central de industrialização. Convém lembrar a esse respeito que é exatamente nessa região que se dá a expansão da fronteira agrícola a nível nacional e que o setor industrial que se implanta nessa região está voltado basicamente para a transformação agropecuária.

Tomando-se, por outro lado, os estados da Região Sul e, à guisa de referência, o Estado de São Paulo o quadro apresentado até aqui não chega a alterar-se substancialmente,

ESTADOS SELECIONADOS - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
TRANSFORMAÇÃO E EXTRATIVA MINERAL COMPOSIÇÃO PERCENTUAL.

(em %)

Ano	Sta. Catarina		Rio Gde. do Sul		Paraná		São Paulo	
	Transf.	Ext.M.	Transf.	Ext.M.	Transf.	Ext.M.	Transf.	Ext.M.
1950	92,42	7,58	98,00	2,00	98,84	1,16	99,81	0,19
1960	89,91	10,09	99,09	0,91	99,67	0,33	99,83	0,17
1970	96,21	3,79	99,44	0,56	99,41	0,59	99,78	0,22
1973	97,83	2,17	99,66	0,34	99,72	0,28	99,78	0,22

FONTE: FIBGE - Censos Industriais - 1950, 1960 e 1970.

FIBGE - Pesquisa Industrial - 1973, com ajuste para inclusão dos estabelecimentos com menos de 5 pessoas ocupadas (ver anexo B).

ESTADOS SELECIONADOS - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
TRANSFORMAÇÃO E EXTRATIVA MINERAL PARTICIPAÇÃO NO TOTAL NACIONAL.

(em %)

Ano	Sta. Catarina		Rio Gde. do Sul		Paraná		São Paulo	
	Transf.	Ext.M.	Transf.	Ext. M.	Transf.	Ext.M.	Transf.	Ext.M.
1950	2,17	19,57	8,76	19,57	2,96	3,78	47,92	9,83
1960	2,01	18,36	7,16	5,35	3,97	1,08	55,66	7,73
1970	2,43	5,84	6,77	2,32	3,66	1,33	56,11	7,56
1973	2,73	4,33	7,69	1,89	4,36	0,89	57,75	9,02

FONTE: FIBGE - Censos Industriais 1950, 1960 e 1970

FIBBE - Pesquisa Industrial - 1973, com ajuste para inclusão de estabelecimentos com menos de 5 pessoas ocupadas (ver anexo B).

Sobressai a concentração da indústria nacional de transformação em São Paulo, com substancial avanço dessa concentração no período considerado. Dentro da Região Sul, o Rio Grande do

Sul mantém a primazia embora perdendo posição em todo o período 1950/70 e só apresenta uma recuperação razoável entre 1970 e 1973. Já a indústria de transformação do Paraná consegue melhorar em cerca de 50% sua posição no conjunto da indústria de transformação do país, distanciando-se cada vez mais de Santa Catarina que, embora ganhando posição, o faz em termos mais modestos. Assim a perda de posição da Região Sul em relação à indústria de transformação nacional no período 1950/70 se deve em grande parte ao crescimento menos intenso da indústria gaúcha. Já entre 1970 e 1973 os três estados contribuem positivamente para que a Região atinja sua melhor posição em todo o período considerado.

Com relação à indústria extrativa mineral, a mesma só apresenta alguma significância em frente à indústria de transformação - no Estado de Santa Catarina, notadamente no período 1950-60, o que provavelmente se explica pela representatividade das explorações carboníferas nesse estado. Do ponto de vista da participação estadual a nível nacional, Santa Catarina contribuiu com cerca de 20% em 1950 e 1960, Rio Grande do Sul com 20% em 1950, caindo essas participações rapidamente até 1973. Apenas São Paulo mantém sua contribuição ao total nacional próximo de 8% ao longo de todo o período¹⁷. A contribuição do Paraná é a mais modesta e decrescente em todo o período.

A tabela que segue reflete essas observações.

¹⁷ Novamente cabe observar que nas informações referentes a 1970 e 1973 não estão regionalizados os valores relativos à PETROBRÁS.

ESTADOS SELECIONADOS - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
 TRANSFORMAÇÃO E EXTRATIVA MINERAL VARIA-/
 ÇÕES PERCENTUAIS DAS PARTICIPAÇÕES ESTADU-)
 AIS POR PERÍODO.

Estado	Sta. Catarina		Rio Gde, do Sul		Paraná		São Paulo	
	Transf.	Ext.M.	Transf.	Ext. M.	Transf.	Ext.M.	Transf.	Ext.M.
1950/60	-7,37	-6,18	-18,26	-72,66	34,12	-71,43	16,15	-21,36
1960/70	20,90	-68,19	- 5,45	-56,64	-7,81	23,15	0,81	- 2,20
1970/73	12,35	-25,86	13,59	-18,53	19,13	-33,08	2,92	19,31

Se se avaliam os ganhos e perdas das posições relativas dos estados face ao processo mais amplo de crescimento do capital industrial a nível nacional, pode-se perceber nitidamente o impacto desse processo sobre uma economia bastante estruturada, como é o caso da economia gaúcha, mas que se beneficiava basicamente de seu relativo isolamento.

Ao iniciar-se o processo de unificação do espaço econômico nacional, que se dá basicamente via unificação de mercados, a indústria gaúcha e em menor escala a catarinense, perdem posição a nível nacional e, por seu peso frente à indústria da Região Sul, provocam o mesmo efeito a nível regional. Apenas o Paraná, apresenta-se, aparentemente, em condições de ganho relativo o que se explica pela estreita unidade existente no processo de ocupação de fronteiras nesse estado e as necessidades de acumulação no pólo industrial.

A se concluir das informações utilizadas até aqui, a implantação de um processo industrial autônomo no país - centrado na Região Sudeste e mais especificamente em São Paulo - gerou forte impacto negativo nas Regiões Nordeste e Sul, e nesta mais intensamente no Rio Grande do Sul, na década de 50. Durante os anos 60 essas regiões ainda perdem posição frente à indústria nacional, mas já com menos intensidade e sua recuperação somente

torna-se perceptível a partir de 1970. Mas nessa recuperação a Região Sul já se apresenta consideravelmente à frente da Região Nordeste.

Por outro lado, regiões de ocupação mais recente e com uma baixa integração interna no funcionamento de sua estrutura econômica - como é o caso da Região Centro-Oeste e do Paraná - apresentam um efeito positivo em sua incipiente indústria, a partir de sua incorporação ao processo de unificação da economia nacional, na medida em que esse processo cria nessas regiões estruturas industriais de complementação ao centro da expansão industrial¹⁸, estruturas essas mais voltadas para a elaboração de produtos de origem agropecuária.

5.3.1 - Indústria Tradicional e Dinâmica

Tomando-se inicialmente a composição da indústria de transformação segundo sua agregação em gêneros industriais tradicionais e dinâmicos, pode-se tentar perceber o sentido mais geral das transformações observadas na composição da indústria a nível nacional, procurando-se captar a diferenciação setorial que caracterizou a expansão industrial, ao nível das regiões, nos últimos 20 anos¹⁹.

18 Ver a esse respeito o capítulo IV do trabalho de Francisco de Oliveira - Elegia para uma região: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 - pgs. 65 a 68.

19 A agregação dos gêneros industriais em tradicionais e dinâmicos, é a convencionalmente utilizada em estudos da indústria de transformação:

Indústrias tradicionais - madeira, mobiliário, couros e peles, têxtil, vestuário, produtos alimentares, bebidas, fumo, editorial e gráfica e diversos.

Indústrias Dinâmicas A - minerais não metálicos; papel e papelão, borracha, química, produtos farmacêuticos e veterinários, produtos de perfumaria, produtos de matéria plástica.

Indústrias Dinâmicas B - metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte.

Ver: Suzigan, W et alii - Crêscimento Industrial no Brasil - Incentivos e desempenho recente. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974 - pp 84 e 85.

Para ajustes específicos adotados no presente trabalho, ver o Anexo A.

BRASIL - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
COMPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Ano	Indústria de Transformação		
	Tradicional	Dinâmica A	Dinâmica B
1950	70,19	16,90	12,91
1960	52,72	23,14	24,14
1970	44,55	24,38	31,07
1973	42,43	24,62	32,95

Entre 1950 e 1973 verifica-se uma importante modificação na composição da produção industrial, passando-se do predomínio das indústrias tradicionais em 1950, para o predomínio das indústrias dinâmicas já em 1970. Evidentemente essa modificação se deve a um comportamento bastante diferenciado das taxas de crescimento das indústrias dinâmicas - cuja conceituação envolve exatamente a noção de taxas diferenciais de crescimento em relação às indústrias tradicionais.

De fato, tomando-se as variações percentuais das participações de cada um dos agregados da indústria de transformação se verifica que os ganhos de participação das indústrias dinâmicas, especialmente do grupo B, foram sensivelmente superiores à perda de participação da indústria tradicional, mesmo na década de 60 que engloba o período de recessão da economia, quando se atenuam os avanços relativos das indústrias dinâmicas e, conseqüentemente, as perdas relativas das indústrias tradicionais.

BRASIL - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
 COMPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
 VARIAÇÕES PERCENTUAIS DAS PARTICIPAÇÕES RELATIVAS, POR
 PERÍODO

Período	Indústria de Transformação		
	Tradicional	Dinâmica A	Dinâmica B
1950/60	-24,89	36,92	86,99
1960/70	-15,50	5,36	28,71
1970/73	- 4,76	0,98	6,05

Subjacente, entretanto, a esses resultados aparentes há toda uma profunda modificação do processo industrial brasileiro, que pode ser sintetizada a partir da análise feita J.M. C. de Mello. Assim, o período que se estende de 1933 a 1955 se caracteriza pela existência de um processo de industrialização restringida, no sentido de que "há industrialização", porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação". . . . " mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial" ²⁰. Nessa fase configurou-se "um padrão" "horizontal" de acumulação, porque nem a capacidade produtiva cresceu adiante da demanda, nem, muito menos, houve grandes e abruptas descontinuidades tecnológicas " ²¹.

²⁰ MELLO, J.M.C. de. op.cit. pg.116 (grifo do autor).

²¹ MELLO, J.M.C. de. op.cit. pg.124

Por outro lado, a partir da 2.^a metade da década de 50 se verifica o grande salto qualitativo no padrão de desenvolvimento industrial, a partir da implantação de um bloco de investimentos altamente complementares "... de um lado a estrutura produtiva se alterou radicalmente, verificando-se um profundo "salto tecnológico"; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda preexistente.] Há portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delinham um processo de industrialização pesada, porque este tipo de desenvolvimento implicou num crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados ²².

Na fase anterior, os agentes do processo haviam sido o capital privado nacional, atuando sobre a produção de bens de consumo não duráveis, e o capital estatal, atuando na produção de insumos básicos e infra-estrutura, mas com atrasos e gerando pontos de estrangulamento. Na fase da industrialização pesada as forças internas da economia não eram suficientes para que se desse o salto qualitativo, na medida em que o empresário nacional não dispunha de capacidade de acumulação nem do conhecimento técnico requerido. Dado que esse novo padrão se insere numa fase expansiva do capitalismo mundial, a participação do capital estrangeiro foi decisiva e passa a ser marcante na economia brasileira.

Assim, coube ao Estado, através do investimento maciço em infra-estrutura e indústrias de base, a tarefa de criar economias externas e gerar demanda que estimularam o investimento privado. "Coube-lhe, ademais, uma tarefa essencial: estabelecer as bases da associação com a grande empresa oligopólica estrangeira, definindo, claramente, um esquema de acumulação e

²² MELLO, J.M.C. de - op.cit. - pg. 124 (grifo do autor).

lhe concedendo generosos favores"...

"Naturalmente, a presença da grande empresa estrangeira não se explica apenas pela existência de excelentes oportunidades de inversão a serem colhidas, mas também, em última instância, pela própria dinâmica da competição oligopólica nos países centrais, cujo ponto de chegada consistiu, como se sabe, na conglomeração financeira e na expansão oligopólica a escala mundial ²³.

"Ademais, a industrialização pesada promoveu uma forte expansão do capital industrial nacional. Nos setores metal-mecânicos que se instalam, a demanda derivada da grande empresa estrangeira estimula o surgimento, crescimento e modernização da pequena e média empresa nacional, conformando-se um oligopólio diferenciado, nucleado pela grande empresa estrangeira, com um cordão de pequenas e médias empresas nacionais, tanto fornecedoras, quanto distribuidoras.

Por outro lado, a empresa nacional situada no setor produtor de bens de consumo para assalariados, seu locus preponderante, beneficiou-se indiscutivelmente, do crescimento da massa de salários provocado pelo bloco de inversões complementares nos departamentos de bens de produção e de bens de consumo para capitalistas: apesar de sua intensidade de capital superior à média, as indústrias que se instalam geram fortes efeitos diretos e indiretos sobre a demanda de força de trabalho e sobre a taxa de salários" ²⁴.

Assim, na fase de expansão acelerada que caracteriza o período de 1955 a 1961, o aumento das escalas de produção e a alteração do padrão tecnológico levam as indústrias tradicionais a se modernizarem no sentido de também elas poderem atender um mercado nacional de consumo de massa.

²³ MELLO, J.M.C, op, cit - pg. 126 (grifo do autor),

²⁴ MELLO, J.M.C. op. cit - pg. 128 (grifo do autor).

Mas, a expansão seguiu-se um período de estagnação relativa (1962-1967), devida à inadequação do perfil da demanda frente à capacidade produtiva instalada no setor de ponta, emergindo daí a necessidade de readequar o perfil da demanda, enfatizando-se uma articulação entre o setor produtor de duráveis de consumo e o setor produtor de meios de produção. As indústrias tradicionais sofrem uma retração em seu crescimento em função da alteração do perfil de distribuição de renda que é parcialmente compensada pela política de incentivos às exportações, a qual visa abrir uma nova frente de crescimento.

"Em suma, a industrialização pesada configura um ciclo de acumulação e, por isto, compreende dois momentos: o de expansão entre 1956 e 1961, e o de depressão entre 1962 e 1967. A depressão manifesta-se antes por uma queda das taxas de crescimento que por uma deflação generalizada de preços e salários, tanto devido ao caráter oligopolizado dos mercados industriais, com forte preponderância da empresa internacional, quanto por causa do alto peso do investimento público, que asseguram um patamar mínimo de inversões"²⁵.

A partir de 1968 dá-se a retomada da expansão acelerada da produção de duráveis de consumo, apoiada numa progressiva reconcentração de renda e no estabelecimento de estímulos específicos para aumento da demanda. A partir da implantação de mecanismos de financiamento externo e interno de atividades públicas e privadas,²⁶ o novo padrão de acumulação voltou a ganhar dinamismo. Dá-se a modernização contínua de atividades, processo esse concentrado, pelo lado do setor público, na construção civil e na infra-estrutura de transportes, energia e comunicações; pelo lado do setor privado, na indústria de bens duráveis e setores correlatos e na sofisticação de serviços comerciais ou financeiros.

²⁵ MELLO, J.M.C. « op.cit. » pg.130.

²⁶ As bases para o financiamento interno foram dadas pelas reformas tributária e do mercado de capitais.

Como característica particular do período tem-se a recuperação do setor de bens de produção ocorrendo por indução da expansão do setor de duráveis de consumo que acaba por atingir os setores que ficam à sua retaguarda. Mas, com base nessa relação, a médio prazo seria inevitável um desajuste entre o potencial de acumulação e a capacidade de crescimento.

"Naturalmente o crescimento da indústria de bens de produção promove um reforço na expansão da demanda de duráveis. Mas, apesar disso, a longo prazo seria inevitável a desaceleração da indústria de bens de consumo duráveis. Isto porque a estrutura de gasto, bem como a estrutura de emprego geradas pela expansão da indústria de bens de produção pouco afetam o crescimento da demanda de duráveis, que não poderia, de forma alguma, acompanhar o crescimento ou mesmo a manutenção da taxa de acumulação ²⁷.

De fato, nos anos de 1972/73 atingiu-se o auge dessa nova fase expansiva do ritmo de atividade. Já em fins de 1973, o declínio da taxa de expansão do setor de duráveis de consumo começa a afetar os demais setores, mas nesse momento ainda estavam entrando em produção decisões de investimento tomadas no período anterior, ligadas basicamente ao setor de bens de produção. Além disso os investimentos públicos e das grandes empresas não descem abaixo de um limite mínimo, retardando ainda um pouco a evidência de um novo ciclo recessivo que, vai estar completamente configurado em 1975.

Ao modificar-se o padrão de acumulação as indústrias tradicionais - que eram predominantes ao nível de todas as regiões - começam paulatinamente a perder importância, na medida em que as exigências do processo industrial se centravam basicamente nas atividades que compõem os grupos das indústrias dinâmicas e, mais especialmente as do grupo B.

²⁷ MELLO, J.M.C. de e Belluzzo, L.G. - Reflexões sobre a crise atual. Escrita Ensaio, ano I. nº 2. 1977 - pg.24.

A transformação mais violenta se dá na Região Sudeste onde o peso relativo das dinâmicas B chega a ultrapassar o das tradicionais em 1973. Já entre os dois grupos de indústrias dinâmicas, a troca de posições se dá em 1960, como resultado da implantação do núcleo básico da indústria de bens de produção nessa região. Nas demais regiões, embora as indústrias tradicionais também venham sofrendo uma perda de importância em favor das indústrias dinâmicas, não chega a haver uma modificação na composição da indústria de transformação, cujo maior peso relativo continua sendo o das indústrias tradicionais (Tabela 5.3.1 (a)). Entretanto deve-se levar em consideração que, apesar do critério que norteia a divisão entre indústrias tradicionais e dinâmicas ser a taxa de crescimento do produto, a composição dos gêneros industriais é bastante heterogênea e algumas atividades, mesmo no grupo das tradicionais, modificaram-se substancialmente, de forma a atender aos estímulos gerados pelo novo padrão industrial. Mas, na medida que essas indústrias não se encontram à frente do processo, essas modificações não são suficientes para impedir a progressiva perda de importância das indústrias tradicionais frente à estrutura industrial tanto a nível nacional, como ao nível de todas as regiões.

Em termos regionais verifica-se que a implantação do núcleo de indústrias de ponta no Sudeste, parte de uma concentração industrial préexistente nessa região, ao nível dos três agregados considerados (indústrias tradicionais, dinâmicas A e dinâmicas B). Porém, a evolução observada na distribuição regional dessas indústrias, entre 1950 e 1973, indica uma certa redivisão de funções dentro do próprio setor industrial. Não chega a haver uma inversão de posições, ou seja, em 1973 é no Sudeste que se localiza ainda, mais de 65% da indústria tradicional, mais de 78% das indústrias dinâmicas A e mais de 90% das dinâmicas B. Porém, em relação à distribuição regional da indústria de transformação existente em 1950, o que se percebe é que as demais regiões conseguiram algum ganho de posição, ganho este, variável em função do agregado e período que se considere. (Tabela 5.3.1 (b)).

Tomando-se, inicialmente as indústrias tradicionais, ob-

TABELA 5.3.1(a) - GRANDES REGIÕES - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
COMPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR REGIÕES

(em %)

Regiões	NORTE				NORDESTE				SUDESTE				SUL				CENTRO-OESTE			
	1950	1960	1970	1973	1950	1960	1970	1973	1950	1960	1970	1973	1950	1960	1970	1973	1950	1960	1970	1973
Categorias	1950	1960	1970	1973	1950	1960	1970	1973	1950	1960	1970	1973	1950	1960	1970	1973	1950	1960	1970	1973
Tradicionais	74,60	64,04	65,08	*	86,86	74,00	64,37	63,47	65,49	46,02	39,00	36,18	85,57	78,08	65,19	61,07	90,06	84,55	84,47	*
Dinâmicas A	21,71	32,94	26,77	*	11,37	23,02	26,39	25,97	18,75	24,83	25,27	25,03	10,60	13,11	19,53	23,10	9,14	13,03	11,21	*
Dinâmicas B	3,69	3,02	8,15	*	1,77	2,98	9,24	10,56	15,76	29,15	36,22	38,78	5,83	8,81	15,27	15,83	0,80	2,42	4,32	*

* dados não disponíveis por problemas de identificação dos informantes (ver ANEXO B)

TABELA 5.3.1(b) - GRANDES REGIÕES - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO SEGUNDO CATEGORIAS

(em %)

Regiões	1950					1960					1970					1973				
	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO
Categorias	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO
Tradicionais	0,72	11,43	70,50	16,53	0,82	0,95	10,43	68,04	19,45	1,12	1,19	9,29	68,65	18,82	2,04	*	9,65	65,55	21,25	*
Dinâmicas A	0,87	6,22	83,86	8,71	0,35	1,12	7,40	83,65	7,44	0,39	0,94	6,96	81,30	10,31	0,50	*	6,80	78,17	13,85	*
Dinâmicas B	0,19	1,27	92,24	6,27	0,04	0,10	0,92	94,12	4,79	0,07	0,18	1,91	91,44	6,32	0,15	*	2,07	90,48	7,09	*

* dados não disponíveis por problemas de identificação dos informantes (ver ANEXO B)

serva-se que da mesma forma que a Região Sudeste, a Região Nordeste também apresenta uma perda persistente de participação em termos da indústria tradicional nacional. Apenas no período 1970/73 há uma ligeira recuperação em sua posição que não chega entretanto, a atingir os valores apresentados nos períodos anteriores. Já a Região Sul, e com maior intensidade as Regiões Norte e Centro-Oeste, conseguem melhorar suas posições em termos desse agregado industrial. Entretanto esses ganhos e perdas de posição devem ser encarados de forma diferenciada para cada uma das regiões.

De um lado tem-se que o predomínio das indústrias tradicionais mantém-se em nível bem mais elevado no Centro-Oeste (90% em 1950 e 85% em 1970) que nas demais regiões (Sul - de 86% em 1950 para 65% em 1970; Nordeste - de 87% para 64%; e Norte - de 75% para 65% no mesmo período) e, de outro lado se verifica que a representatividade, a nível nacional, das indústrias tradicionais dessas regiões oscila em torno de 10% para o Nordeste, 18% para o Sul, 1% para Norte e 1,5% para o Centro-Oeste. Já no Sudeste as indústrias tradicionais perdem a primazia na composição da estrutura industrial da região, embora mantendo sua participação a nível nacional em torno de 68%. As variações percentuais das posições das diferentes regiões, no período 1950/70, se expressam na tabela abaixo:

GRANDES REGIÕES - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
VARIAÇÃO PERCENTUAL NA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, SEGUNDO CATEGORIAS (1950/1970).

Regiões	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		
	Tradicional	Dinâmica A	Dinâmica B
Norte	+65,28	+ 8,05	-5,26
Nordeste	-18,72	+11,90	+50,39
Sudeste	- 2,62	- 3,05	- 0,87
Sul	+13,85	+18,37	+ 0,80
Centro-Oeste	+148,78	+42,86	+275,00

Na medida que o processo industrial que se implanta no país implica numa desaceleração dos setores tradicionais, e que a maioria das regiões permanece com sua estrutura industrial apoiada nesses setores, leva à suposição de uma possível transferência de atividades tradicionais da Região Sudeste para as demais regiões, notadamente se se leva em conta que os gêneros industriais que se classificam como tradicionais apresentam geralmente uma forte vinculação com a base agrícola (agroindústria) e tendem a se estabelecer próximos às fontes supridoras de matérias-primas. Ora, na medida em que regiões como o Nordeste, Sul e Centro-Oeste apresentam ganhos de posição em termos do setor primário, a partir do processo de divisão inter-regional do trabalho, é bastante razoável que esse processo se estenda às atividades de beneficiamento e transformação que caracterizam a agroindústria.

Entretanto, se esse processo é bem claro para a Região Centro-Oeste - onde a perda de posição relativa das indústrias tradicionais na composição interna da indústria regional é menos significativa que nas demais regiões - não o é tanto para a Região Nordeste, cuja indústria tradicional apresenta também uma perda de participação frente ao total nacional em todo o período 1950/70, só se recuperando entre 1970/73. Nesse caso, pode-se supor que o impacto negativo sobre a região, a partir da implantação da fase da industrialização pesada no Sudeste e paralela unificação dos mercados regionais em um mercado de proporções nacionais, atingiu especialmente as indústrias tradicionais que permaneceram voltadas para o atendimento do mercado regional e sofreram a forte concorrência da indústria da Região Sudeste.

Por outro lado, ao se considerar o comportamento das indústrias dinâmicas ao nível da composição industrial das regiões, verifica-se que em todas elas há um ganho de importância relativa dessas indústrias, com predomínio das dinâmicas A em relação às dinâmicas B. Apenas no Sudeste esse predomínio se inverte a partir de 1960 como resultado, exatamente da implantação do núcleo básico da indústria pesada nessa região, núcleo em que corresponde quase integralmente às dinâmicas B.

Se se considerar todo o período 1950/70 (ou 1950/73 para as regiões cujas informações estão disponíveis) os maiores ganhos de participação, ao nível da composição industrial de cada região, se dão nas indústrias dinâmicas B. Os acréscimos percentuais destas chegam a ser superiores a 400% nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, refletindo no primeiro caso os efeitos dos investimentos incentivados pelo mecanismo 34/18, o dispositivo que permite a dedução do imposto de renda para aplicação em projetos prioritários no Nordeste. Com base em informações apresentadas por Francisco de Oliveira, os projetos de inversões aprovados até 1969, e que correspondiam às indústrias dinâmicas B, chegavam a 26,5% do total e este autor, comparando a estrutura industrial do Nordeste existente em 1962 com a estrutura em gestação a partir do 34/18 afirma que "a primeira e evidentemente função do mercado regional em primeiro lugar e das fracas participações da indústria do Nordeste nos totais nacionais do setor, enquanto a segunda reflete inegavelmente o processo de redivisão inter-regional do trabalho entre os setores industriais do país como um todo". E, mais adiante conclui que "o fato de que as inversões do 34/18 se dirigirem preferentemente para as áreas das indústrias consideradas "dinâmicas", confirma indiretamente a característica da redivisão do trabalho operada entre o setor industrial do Sudeste e o do Nordeste, no sentido da homogeneização monopolística do espaço econômico nacional, com a conseqüente estratégia de preservação e consolidação de posições ao mercado Nacional"²⁸.

²⁸ OLIVEIRA, Francisco de e Reichstul, H.P. Mudanças na Divisão Inter Regional do Trabalho no Brasil. Estudos CEBRAP, (4):131-168;1973, pgs. 158 e 159.

GRANDES REGIÕES - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
 VARIAÇÃO PERCENTUAL NA COMPOSIÇÃO INDUSTRIAL POR REGIÃO
 (1950/1970)

Regiões	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		
	Tradicional	Dinâmica A	Dinâmica B
Norte	- 12,76	+ 23,30	+ 120,87
Nordeste	- 25,89	+ 97,68	+ 422,03
Sudeste	- 40,45	+ 34,77	+ 129,82
Sul	- 23,82	+ 84,25	+ 161,92
Centro-Oeste	- 6,21	+ 22,65	+ 440,00

A característica da divisão inter-regional do trabalho apontada acima pode ser generalizada para as demais regiões, guardando-se as devidas proporções e composição específica de suas respectivas estruturas industriais. As conseqüências desse processo, vistas em termos de distribuição regional das indústrias dinâmicas no período 1950/1970, indicam um ganho de importância mais significativo para as dinâmicas A (grupo mais representativo de indústrias de bens intermediários) na Região Sul que eleva sua participação no total nacional de 8,71% em 1950 para 10,31% em 1970 e na Região Nordeste, cuja participação no total nacional passa de 6,22% para 6,96% entre os mesmos anos.

No que se refere às dinâmicas B (que correspondem às indústrias pesadas) a perda de posição do Sudeste é muito ligeira e os maiores ganhos estão no Nordeste (de 1,27% para 1,91% entre 1950/70) e no Sul que passa de 6,27% para 6,32% do total nacional no mesmo período.

Já os ganhos significativos de participação apresentados pela Região Centro-Oeste, não são suficientes para que esta região apresente alguma representatividade a nível nacional e refletem muito mais a implantação de algumas atividades industriais em estreita vinculação com o aproveitamento de matérias-primas

regionais - como no caso da indústria de transformação de minerais não metálicos e da indústria química (extração de óleos vegetais) - ou da fabricação de produtos pouco elaborados da metalurgia.

Resumidamente pode-se tentar avaliar as transformações mais gerais ocorridas na estrutura industrial e no papel das diferentes regiões, nos últimos 20 anos, transformações essas que respondem diretamente ao processo mais amplo de predomínio do capital industrial no processo global de acumulação, que tem na Região Sudeste e, particularmente em São Paulo, seu centro de dominância a partir de onde se irradia e penetra nas demais regiões.

O impacto inicial da implantação do núcleo básico da indústria pesada no país teve efeitos diferenciados ao nível das regiões. De um lado, naquelas regiões que tenham seu setor industrial mais estruturado e articulado a um mercado regional de certo porte, o impacto negativo da concorrência do novo perfil industrial-embasado sobre escalas de produção voltadas para um mercado nacional - foi bastante violento, quebrando as estruturas existentes e impondo o novo padrão industrial a essas regiões. Esse caso pode ser sentido nas Regiões Nordeste e Sul. Já na Região Centro-Oeste, cujo setor industrial praticamente inexistia, o efeito foi muito mais no sentido de se criarem estruturas industriais de complementação ao setor primário regional que se expandiu a partir das modificações na agricultura da própria Região Sudeste.

Ao nível das particularidades da composição industrial, o que se verificou foi uma perda de importância relativa das indústrias tradicionais, em todas as regiões, embora as mesmas não deixassem de ser predominantes (exceto no Sudeste) na composição das indústrias regionais. Por outro lado a principal concentração industrial, quer ao nível das indústrias tradicionais, quer das dinâmicas, permaneceu na Região Sudeste e os acréscimos de participação das demais regiões foram pouco significativos, mas atingiram as três categorias industriais consideradas. Este último aspecto indica na realidade uma outra característica sub-

jacente ao processo industrial que se implanta no período, qual seja, a da crescente oligopolização dos mercados e de sua conseqüente expansão a nível nacional.

Há portanto uma modificação da composição industrial em todas as regiões com perda de importância das indústrias tradicionais, refletindo de um lado o decréscimo da importância relativa do setor primário às quais se ligam intimamente e, de outro, seu crescimento em ritmo bem mais lento que o das indústrias dinâmicas onde se encontra a linha de expansão do novo padrão industrial. Mas ainda assim as indústrias tradicionais continuam predominantes na composição industrial de todas as regiões, exceto no Sudeste, e as Regiões Sul e Centro-Oeste chegam a apresentar ganhos de participação a nível nacional nessa categoria industrial, indicando que em algumas dessas atividades tiveram um crescimento superior à média nacional em decorrência de uma expansão das mesmas da Região Sudeste para essas regiões.

Considerando-se agora os estados selecionados, pode-se avaliar a contribuição particular de cada estado para o comportamento observado na Região Sul e o papel exponencial de São Paulo em todo o período considerado,

Os estados da Região Sul apresentam modificações em sua estrutura industrial que obedecem ao mesmo sentido das modificações observadas na estrutura regional, ou seja, as indústrias tradicionais paulatinamente apresentam um decréscimo em sua importância relativa, embora continuem predominantes, em favor de um ganho de posição das indústrias dinâmicas. É no Rio Grande do Sul que se dá a modificação mais acentuada com as indústrias tradicionais perdendo 28 pontos percentuais que se refletem em ganhos equivalentes, tanto para as dinâmicas do grupo A como do grupo B. Já no Paraná e em Santa Catarina a perda de posição das indústrias tradicionais não é tão forte (respectivamente 15 e 16 pontos percentuais) e tem como contrapartida um ganho mais acentuado, no Paraná, do grupo das dinâmicas A e, em Santa Catarina, das dinâmicas B (em ambos os casos 12 pontos de participação) (Tabela 5.3.1(c)).

TABELA 5.3.1 (c) - ESTADOS SELECIONADOS - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
COMPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR ESTADO, SEGUNDO CATEGORIAS

(em %)

Estados	Paraná				Santa Catarina				Rio Grande do Sul				São Paulo			
	1950	1960	1970	1973	1950	1960	1970	1973	1950	1960	1970	1973	1950	1960	1970	1973
Tradicionalis	83,58	84,90	72,31	68,06	81,90	77,30	67,76	65,07	83,99	74,50	60,42	55,48	63,86	44,43	38,29	34,13
Dinâmicas A	13,46	10,89	20,96	25,70	12,96	13,73	17,66	17,52	9,04	14,17	19,48	23,45	19,74	25,74	24,84	24,60
Dinâmicas B	2,67	4,20	6,81	5,80	5,14	8,97	14,58	17,03	6,97	11,32	20,10	21,06	16,40	29,83	36,88	41,27

TABELA 5.3.1 (d) - ESTADOS SELECIONADOS - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
PARTICIPAÇÃO DE CADA ESTADO NO TOTAL NACIONAL, SEGUNDO CATEGORIAS

(em %)

Estados	Paraná				Santa Catarina				Rio Grande do Sul				São Paulo			
	1950	1960	1970	1973	1950	1960	1970	1973	1950	1960	1970	1973	1950	1960	1970	1973
Tradicionalis	3,52	6,40	5,94	7,00	2,54	2,94	3,70	4,19	10,48	10,11	9,18	10,05	43,60	46,90	48,21	46,45
Dinâmicas A	2,35	1,87	3,13	4,56	1,67	1,19	1,76	1,95	4,69	4,38	5,40	7,32	55,98	61,93	57,08	57,72
Dinâmicas B	0,68	0,69	0,80	0,76	0,87	0,75	1,14	1,41	4,72	3,36	4,38	4,92	60,86	68,78	66,60	72,33

No Estado de São Paulo, por outro lado, há uma alteração mais profunda na estrutura industrial refletindo todo o peso que tem esse estado como ponto central das modificações porque passou, no período, o processo de industrialização a nível nacional. Como consequência, já em 1960 as indústrias tradicionais deixam de ser predominantes, em favor das indústrias dinâmicas que passam a comandar o crescimento industrial, com a implantação dos setores produtores de bens de produção e de duráveis de consumo. O crescimento acelerado das indústrias dinâmicas acaba por lhes conferir a primazia na estrutura industrial do estado em 1973.

Se se considera entretanto a contribuição relativa de cada estado, em cada categoria industrial, frente ao total nacional o que se observa é que apesar da perda de importância relativa das indústrias tradicionais ao nível da composição industrial em todos os estados, tanto para São Paulo como Rio Grande do Sul mantêm seu peso relativo no total nacional (em torno de 45% e 10% respectivamente) enquanto Santa Catarina e Paraná conseguem melhorar sua posição, especialmente este último estado que passa de 3,5% para 7% do total nacional das indústrias tradicionais, indicando que coube a estas indústrias absorver parte dos estímulos provenientes do crescimento das atividades do setor primário que, como se viu, teve nesse Estado no período considerado um desempenho bastante acima da média nacional (Tabela 5,3,1 (d)). Assim houve condições para o Paraná melhorar sua posição no total nacional, em indústrias tradicionais que apresentam estreita vinculação com a elaboração e transformação dos produtos agropecuários, assumindo essas atividades um caráter de complementação intermediária às indústrias tradicionais paulistas, mais voltadas para a produção final para consumo ²⁹.

²⁹ Ver a esse respeito; Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Estudo de Integração de Pólos Agroindustriais do Paraná. Terceira fase. Conclusões e Recomendações. (Curitiba, 1975). Convênio Ministério do Planejamento - Governo do Estado do Paraná - 2 vol..

Mas, como já se viu, o impulso do crescimento industrial no período, esteve muito mais associado às indústrias dinâmicas, especialmente do grupo B e, nessa categoria, o único estado da Região Sul que apresenta destaque a nível nacional é o Rio Grande do Sul que embora apresentando perda de participação em 1960, já se recupera em 1970, refletindo assim o impacto negativo, inicialmente, e sua posterior adequação ao processo industrial que se implantou no período, a nível nacional.

Já o Paraná consegue acompanhar de certa forma o sentido mais geral do crescimento industrial através do desempenho apresentado pelas indústrias dinâmicas A que dobram sua participação no total nacional (de 2,35 para 4,56%), desempenho esse explicado basicamente pelo gênero química (onde tem forte peso a extração de óleos vegetais) e papel e papelão, seguidos de perto pela transformação de minerais não metálicos.

Assim, a nível dos estados selecionados o que se percebe são dois comportamentos distintos: de um lado tem-se a situação apresentada por São Paulo, em menor escala pelo Rio Grande do Sul, onde as indústrias tradicionais mantêm sua participação no total nacional e as indústrias dinâmicas melhoram substancialmente sua posição. Nesses estados é maior o peso relativo do setor industrial e o desempenho observado segue o sentido geral das modificações que caracterizam a industrialização nacional no período, que tem nas indústrias dinâmicas, especialmente do grupo B, sua linha central de crescimento. De outro lado tem-se o comportamento apresentado pela estrutura industrial do Paraná e de Santa Catarina, em que os ganhos mais significativos de posição se dão a nível das indústrias tradicionais que, no total nacional, se encontram cada vez mais em segundo plano, enquanto que os ganhos de participação observados nas indústrias dinâmicas não chegam a conferir a esses Estados uma posição de destaque, exceto apenas no caso do Paraná, no que se refere às dinâmicas A, mas cujo desempenho se assenta sobre um número reduzido de gêneros industriais mais expressivos.

Nesses termos o que se verifica em face das modificações

na composição da estrutura industrial dos estados selecionados é que, apesar do sentido geral das transformações ser o mesmo em todos eles, as modificações são mais acentuadas no Rio Grande do Sul e em São Paulo do que no Paraná e em Santa Catarina. Assim, se se tem em vista que as transformações na estrutura industrial verificadas no país, no período considerado, assumem características de concentração e centralização do capital e têm em algumas categorias industriais o centro de irradiação e de comando do crescimento para as demais atividades, pode-se perceber que em termos de sua localização no espaço econômico nacional sua implantação e consolidação não se dá sem uma clara diferenciação quer entre as regiões, quer ao nível dos estados componentes das mesmas. Se se tem em São Paulo a principal região industrial do país e se é a partir dessa região que se definem as funções para as demais, pode-se perceber que em termos das atividades líderes do sistema (no caso as dinâmicas B) praticamente inexistem ganhos de posição ou se existem, são marginais nos demais estados considerados. São Paulo que em 1950 representava 60% dessa categoria industrial, em 1973 passou a representar 72% da mesma. Os ganhos de participação que se observam são portanto naquelas atividades em que São Paulo apenas mantém sua posição, de onde surgem brechas de complementação para os demais estados, o que definirá para os mesmos as linhas possíveis de expansão para sua estrutura industrial.

5.3.2 - Estrutura Industrial por categorias de demanda

Tomando-se agora os gêneros industriais e agregando-os por categorias de uso dos bens pode-se ter uma visão mais aproximada do comportamento da estrutura industrial dos estados selecionados, em face das modificações observadas nas diferentes fases do crescimento industrial a nível nacional. Infelizmente a mesma análise não pode ser desenvolvida para as regiões geoeconômicas dada a necessidade de desagregação dos gêneros industriais a nível dos estados, o que esbarrou em informações não fornecidas pelos Censos Industriais, para que não houvesse

identificação dos informantes ³⁰.

Assim, considerou-se nesse tópico os estados da Região Sul, o Estado de São Paulo e o total do Brasil e as categorias bens de consumo duráveis e não duráveis e bens de produção (que engloba bens de capital e intermediários).

Analisando-se inicialmente a evolução da estrutura industrial brasileira por categorias de demanda, no período 1950/70, pode-se identificar como, paulatinamente, a produção de bens de produção e de bens de consumo durável começam a ter posição de destaque na composição da indústria de transformação.

BRASIL - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
COMPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO SEGUNDO CATEGORIAS DE DEMANDA.

Categorias	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		
	1950	1960	1970
Bens de Produção	30,72	44,30	50,11
Bens de Consumo	69,28	55,70	49,89
- Duráveis	3,22	6,36	8,12
- Não Duráveis	66,06	49,34	41,76

FONTE: dados brutos - FIBGE - Censos Industriais 1950, 60 e 70.

A composição da indústria de transformação que se tem em 1950, basicamente assentada sobre a produção de bens não duráveis

³⁰ Também as informações referentes a 1973, fornecidas pela Pesquisa Industrial da FIBGE em termos de gêneros industriais, não puderam ser agregadas por categorias de demanda.

A metodologia básica para esta agregação pode ser obtida em Ministério do Planejamento - A Industrialização Brasileira - Diagnóstico e Perspectivas - Brasília, 1969 - pg.131.

Os procedimentos específicos, adotados nesse trabalho se encontram no Anexo A.

veis de consumo, revela o padrão de desenvolvimento industrial que se tivera desde os anos 30, quando o crescimento do capital passou a ser comandado pelas atividades industriais. Nesse período, a dinâmica do crescimento esteve apoiada no setor de produção de bens não duráveis de consumo, onde teve início o processo de substituição de importações e de onde foi induzido o crescimento do setor de bens de capital e de insumos. A produção nesse período, se dava basicamente no interior de cada uma das "ilhas" que compunham o "arquipélago de economias regionais" e eram indústrias existentes em todo o território nacional.

Mas São Paulo já apresentava nessa época destaque em relação às demais regiões, em termos de concentração industrial e, por oferecer melhores condições de localização - propiciada pela base criada pelo capital cafeeiro - assume a liderança da acumulação de capital na indústria.

As demais regiões ou não apresentavam indústrias ou as tinham vinculada a uma base agrícola tradicional ou relativamente especializada e geralmente voltadas para mercados externos, quer do exterior quer do resto do país. Portanto a aparente concentração industrial de algumas regiões na realidade se devia a uma especialização natural em alguns segmentos da produção industrial, com fracas interligações com as economias locais. Com o aumento do mercado nacional para esses produtos, aumenta a competição entre essas regiões e a situação torna-se mais grave para aqueles produtos exportáveis cuja demanda externa se deteriorava.

Paralelamente, o melhor desempenho da agricultura paulista deslocava mercado dos fornecedores mais antigos e tradicionais.

Assim, depois de 1930, a indústria das demais regiões tem seu crescimento condicionado: subsistem segmentos que tenham uma proteção natural e outros vegetam em função das condições da demanda externa. Os segmentos que têm maior crescimento são aqueles ligados à complementação industrial ou ao

abastecimento de São Paulo, Portanto, para as demais regiões subsiste um duplo condicionamento, gerado do exterior e da economia paulista ³¹.

É a partir de 1955 que se instala o setor produtor de bens duráveis de consumo que, articulado à indústria básica, comanda o processo de acumulação, sendo o período 1955/61 representativo uma fase de expansão acelerada, o período 1962/67 de estagnação relativa e o período de 1968/73 de retomada da expansão, ciclos originados do novo padrão de desenvolvimento industrial que se impunha ao país. É ao setor de duráveis de consumo que caberá o crescimento mais intenso em todo o período considerado, sempre em articulação com o setor de bens de produção. Já o setor de bens não duráveis de consumo vai sofrer uma relativa estagnação, face às alterações no perfil da demanda que se verificam ao longo de todo o período, como resultado da modificação da estrutura de renda.

A tabela seguinte, onde estão expressos os índices simples de crescimento, em valores correntes da produção industrial, serve para caracterizar esse desempenho geral apresentado acima.

BRASIL - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
ÍNDICES SIMPLES DE CRESCIMENTO, DE VALORES CORRENTES,
SEGUNDO CATEGORIAS DE DEMANDA
(Base: 1950 = 100.)

Categorias	Índices		
	1950	1960	1970
Bens de produção	100	1588,82	177.420,67
Bens de consumo	100	885,79	78.317,13
- Duráveis	100	2177,00	274.448,87
- Não Duráveis	100	822,88	68.761,22

³¹ Ver a esse respeito o trabalho de Cano, W. op.cit., especialmente o capítulo III, parte 2.2.

Em termos da distribuição regional da produção o que se verificou a partir de 1955 foi um aumento nas escalas de produção e uma modificação nos padrões tecnológicos das indústrias, o que as levou a se voltarem para um mercado nacional em expansão e correspondeu ao desaparecimento de um grande número de pequenas e médias empresas voltadas para mercados locais ou regionais. Assim, as novas empresas que se instalam a partir dessa época, já encontram um mercado de bens de consumo relativamente unificado e oligopolizado. É a esse mercado que a indústria do Sudeste, comandada por São Paulo, vai impor sua produção, ou melhor, a nova forma de crescimento do capital se impõe, desde essa região, às demais economias regionais.

Analisando-se a distribuição da produção industrial segundo categorias de demanda, a nível dos estados pode-se visualizar claramente o ganho de importância em São Paulo, do setor líder do crescimento industrial no período, o setor de duráveis de consumo e a manutenção com relativo crescimento, de sua posição no que se refere aos bens de consumo não duráveis. Quanto aos bens de produção, depois de um ganho de participação mais significativo entre 1950 e 1960, sofrem um decréscimo relativo frente ao total nacional, no período seguinte (Tabela 5.3.2 (a)).

Inversamente ao que ocorre em São Paulo, todos os estados da Região Sul apresentam uma perda de posição relativa no período 1950/60 na categoria de bens de produção, para recuperar-se no período seguinte, embora sem apresentar os níveis de participação nacional que tinham em 1950.

Essa situação está claramente ligada ao impacto gerado pela implantação do núcleo básico da indústria de bens de produção em São Paulo, que inicialmente significou uma desarticulação das indústrias regionais deste grupo, com a quebra e fechamento de muitas delas face à concorrência representada pelos produtos paulistas em seus mercados e face à imposição de novos padrões industriais, aos quais nem sempre as indústrias regionais puderam se ajustar. Posteriormente essas indústrias recuperaram parcialmente suas posições, mas já integradas às novas

TABELA 5.3.2(a) - ESTADOS SELECIONADOS - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
PARTICIPAÇÃO DE CADA ESTADO NO TOTAL DO BRASIL, SEGUNDO CATEGORIAS DE DEMANDA

(em%) %)

Categorias	1950				1960				1970			
	PR	SC	RS	SP	PR	SC	RS	SP	PR	SC	RS	SP
Bens de Produção	3,46	2,75	7,18	55,90	2,93	1,93	5,27	62,09	3,38	2,43	6,03	56,92
Bens de Consumo	2,73	1,92	9,46	44,38	4,80	2,06	8,66	50,53	3,94	2,43	7,51	55,28
Não Duráveis	2,71	1,89	9,61	44,03	5,22	2,13	9,34	47,58	4,34	2,64	8,28	50,64
Duráveis	3,02	2,58	6,44	51,54	1,52	1,52	3,39	73,49	1,88	1,34	3,52	79,14

FONTE: dados brutos - FIBGE - Censos Industriais - 1950, 1960 e 1970.

exigências do padrão industrial que passou a vigorar no país . Nesse sentido coube aos estados da Região Sul uma maior especialização na produção industrial em alguns gêneros dessa categoria, assentados basicamente na produção de bens intermediários ³² .

No que se refere à categoria de bens de consumo, o comportamento a nível dos estados da Região Sul foi diferenciado. Na categoria dos bens de consumo não duráveis, o Rio Grande do Sul perde posição frente ao total nacional em todo o período , enquanto Santa Catarina pouco altera sua participação e o Paraná consegue os maiores ganhos relativos das três categorias consideradas. Aliás, os três estados têm nessa categoria os maiores índices de participação frente ao total nacional em 1960 e 1970, inversamente ao que ocorre em São Paulo e às posições que apresentavam em 1950. Transparece nesse aspecto apontado, a redefinição das contribuições relativas dos estados da Região Sul ao produto industrial nacional que se verifica a partir de 1960, quando o Paraná e Santa Catarina deixam de ter sua participação mais relevante assentada na categoria de bens de produção e passam a contribuir mais intensamente com a categoria de bens de consumo não duráveis. Assim, se a estrutura industrial que se tem a partir de 60 é representativa das modificações que ocorreram no padrão de crescimento industrial , o que se pode inferir com relação ao comportamento observado nos estados selecionados é que os padrões de crescimento para São Paulo e os estados do sul são divergentes no que se refere à categoria de bens de consumo: enquanto São Paulo reforça sua posição na produção de duráveis de consumo (setor que lidera o novo padrão industrial e tem atrelado a si o setor de bens de produção) os demais estados perdem participação frente ao total nacional e apresentam maiores ganhos na categoria de bens

³² Ver a esse respeito, com referência especificamente ao Rio Grande do Sul o estudo da Fundação de Economia e Estatística - 25 anos de economia gaúcha - vol.4 - Análise da Indústria de Transformação no Rio Grande do Sul - Porto Alegre, 1977- pg.39,143 e 144.

de consumo não duráveis, setor de menor expressão e crescimento na recente fase do desenvolvimento industrial brasileiro.

Esse último aspecto reflete de um lado, um papel que crescentemente tem sido atribuído à Região Sul, qual seja, o de fornecer alimentos e matérias-primas para os centros industriais do Sudeste, o que cada vez mais exige uma articulação entre sua base agropecuária e a transformação e processamento industrial desses produtos, atividades de caráter agroindustrial representativas dos gêneros que compõem a categoria de bens de consumo não duráveis. De outro lado, se verifica uma não participação mais estreita dos estados da Região Sul na categoria líder do processo industrial, o que configura um afastamento dos mesmos e uma dissociação em termos dos interesses que conduzem à política industrial.

A desagregação das categorias de demanda em seus gêneros industriais componentes e a evolução de suas participações relativas frente aos totais nacionais indicou, para os Estados selecionados, que apenas alguns gêneros industriais são responsáveis pelo comportamento agregado que se observou ao nível das categorias de demanda. Exceto apenas no caso de São Paulo onde são poucos os gêneros industriais que não acompanham o comportamento geral de sua respectiva categoria, fato que se deve à alta ponderação de praticamente todos eles frente ao total nacional; são muito poucos os gêneros industriais paulistas que representam menos de 50% da produção nacional. Assim, ao nível dos bens de consumo não duráveis, São Paulo apresenta ligeira perda de participação, entre 1960 e 1970, em Produtos Alimentares, Fumo e Bebidas, indicando uma maior dispersão dessas atividades pelas demais regiões, mas não necessariamente em relação aos estados da Região Sul cujos ganhos de participação nessas categorias, quando existem, são pouco significativos (exceto o Fumo em Santa Catarina) (Tabela 5.3.2 (b)).

Na categoria de bens de consumo duráveis São Paulo somente apresenta uma pequena perda de posição em Mobiliário e Diversos também entre 1960 e 1970, quando os estados da Região

TABELA 5.3.2(b) - ESTADOS SELECIONADOS - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
PARTICIPAÇÃO NO TOTAL NACIONAL SEGUNDO CATEGORIAS DE DEMANDA E GÊNEROS INDUSTRIAIS

	1950				1960				1970			
	PR	SC	RS	SP	PR	SC	RS	SP	PR	SC	RS	SP
Bens de Consumo	2,73	1,92	9,46	44,38	4,80	2,06	8,66	50,54	3,94	2,43	7,51	55,28
Não Duráveis	2,71	1,89	9,61	44,03	5,22	2,13	9,34	47,58	4,34	2,65	8,28	50,64
Têxtil	0,47	2,03	2,06	58,65	1,33	2,61	1,77	58,87	4,32	4,20	2,26	61,95
Vest., Calçados e Art. de Tecido	0,62	0,60	14,34	46,00	0,74	0,79	14,65	56,41	0,62	0,94	14,52	58,64
Produtos Alimentares	4,56	2,29	13,11	36,95	9,28	2,43	12,97	40,39	5,59	2,53	9,67	39,49
Bebidas	3,82	1,61	15,71	39,10	3,33	1,40	12,70	45,92	3,45	1,31	15,69	43,23
Fumo	-	0,47	26,53	32,09	-	2,66	21,86	34,10	1,81	6,97	18,11	30,62
Editorial e Gráfica	1,85	0,69	5,67	41,87	2,04	0,77	5,52	52,81	2,65	0,55	4,42	53,31
Prods. Farmac. e Veterinários	0,14	0,34	1,78	42,54	0,17	0,40	1,06	52,03	0,28	0,48	0,97	66,19
Perfum., Sabões e Velas	2,47	1,56	5,16	35,72	1,12	1,49	4,15	47,69	0,69	0,85	2,79	64,04
Duráveis	3,02	2,58	6,44	51,54	1,52	1,52	3,39	73,49	1,88	1,34	3,52	79,14
Mat. de Transporte (parcial)	6,12	-	12,24	57,14	0,32	0,22	0,39	96,58	0,12	0,07	0,06	96,62
Mat. Elétrico e de Comun. (parcial)	-	-	1,00	51,00	0,08	0,13	2,03	61,97	0,02	0,32	5,32	82,00
Mobiliário	4,10	2,30	8,09	47,16	3,78	2,61	6,53	59,80	6,51	3,65	7,93	53,56
Diversos	2,12	3,64	5,24	57,36	1,56	3,29	4,62	72,85	2,01	2,35	4,90	66,78
Bens de Produção	3,47	2,75	7,17	55,90	2,93	1,93	5,27	62,10	3,38	2,43	6,03	56,92
Minerais não metálicos	2,56	1,03	5,34	51,46	3,31	1,59	5,52	49,79	3,76	2,20	3,85	49,77
Metalurgia	0,43	0,86	6,01	51,79	0,86	0,91	4,63	48,26	0,78	0,99	4,75	49,20
Borracha	-	0,06	2,73	84,39	0,02	0,10	2,10	85,65	1,43	0,36	3,15	82,40
Couros e Peles	3,62	2,09	20,61	32,02	4,08	1,93	24,00	33,05	3,97	2,59	35,43	29,65
Papel e Papelão	8,16	2,39	4,36	59,15	4,90	3,82	4,12	63,44	6,99	5,88	3,33	65,78
Madeira	16,90	13,35	18,22	29,00	25,84	15,79	13,95	22,50	29,48	19,56	10,38	18,55
Química	1,50	3,10	6,01	60,91	1,29	0,45	5,59	65,79	3,36	0,44	8,52	49,99
Prods. de Matéria Plástica	-	-	0,47	83,18	0,06	2,43	0,61	57,21	1,91	7,17	2,16	66,78
Mat. Elétrico e de Comun. (restante)	0,08	0,33	0,42	85,01	0,56	0,07	2,12	97,74	0,39	0,91	4,19	77,18
Material de Transporte (restante)	0,21	0,41	1,19	74,42	0,50	0,14	2,08	85,03	0,93	1,13	4,73	74,95
Mecânica	2,91	2,10	7,04	69,56	1,03	2,03	4,13	79,23	1,59	2,46	5,87	69,46
Total-Ind. de Transformação	2,96	2,17	8,76	47,92	3,97	2,01	7,16	55,66	3,66	2,43	6,77	56,11

FONTE: dados brutos - FIBGE - Censos Industriais - 1950, 1960 e 1970.

Sul melhoram razoavelmente sua posição frente ao total nacional, especialmente no gênero Mobiliário, ganho este que deve estar bastante relacionado com a atividade da indústria madeireira, das mais destacadas da região e que se mantém ganhando participação no conjunto da produção industrial brasileira.

Já na categoria de bens de produção, é onde se verifica a existência do maior número de gêneros industriais onde São Paulo apresenta perdas de posição, sendo mais significativas as verificadas em Borracha (entre 1960 e 1970), Couros e Peles (no mesmo período), Madeira (em todo o período 1950/70), Química (entre 1960 e 1970), Matéria-Plástica (entre 1950 e 1960, recuperando-se em 1970 mas não ao nível da posição anterior), Material Elétrico e de Comunicações (entre 1960 e 1970), Material de Transporte (no mesmo período) e Mecânica (também no último período). A essas perdas de posição de São Paulo corresponderam alguns avanços por parte dos Estados da Região Sul, como é o caso da Borracha, no Rio Grande do Sul, Couros e Peles em Santa Catarina e especialmente no Rio Grande do Sul, Madeira nos três estados da região, Química no Paraná e no Rio Grande do Sul, Matéria-Plástica em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e uma melhoria razoável das posições do Rio Grande do Sul em Material Elétrico e de Comunicações, Material de Transporte e Mecânica.

Esse comportamento indica em certa medida os dois tipos de respostas principais que a indústria da Região Sul tem dado ao processo nacional de industrialização: de um lado atendendo à produção intermediária em estreita complementação à indústria paulista e de outro ganhando importância algumas atividades de elaboração industrial de produtos primários, seja para atendimento do mercado nacional seja tendendo aos estímulos da exportação de manufaturados. Mas, pode-se supor que os ganhos de posição dos estados do sul, que foram paralelos às perdas de participação de São Paulo, indicam na realidade uma certa consolidação de funções dentro da divisão inter-regional do trabalho a nível do setor industrial.

Por outro lado são poucas as atividades em que os esta-

dos da Região Sul ganham uma efetiva expressão a nível nacional, em gêneros industriais em que São Paulo também apresenta ganhos de posição. Nesse caso tem-se o gênero Têxtil em Santa Catarina, Paraná e com menos intensidade no Rio Grande do Sul; a indústria de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido no Rio Grande do Sul e Editorial e Gráfica no Paraná, no que se refere aos bens duráveis de consumo.

Na categoria de bens de produção, tem-se o gênero Minerais não Metálicos em que São Paulo mantém sua posição e o Paraná e Santa Catarina apresentam um ganho relativo; Papel e Papelão em que há ganhos consideráveis tanto para São Paulo como para o Paraná e Santa Catarina e, finalmente com relação à indústria Metalúrgica, os ganhos são pouco expressivos para os quatro estados considerados. Com relação às indústrias Metalúrgicas e de Minerais não Metálicos seus estímulos são em grande parte provenientes da construção civil que teve grande impulso em todos os Estados considerados, nesse período.

Considerando-se por outro lado a composição da estrutura industrial dos estados, ao nível das categorias de demanda, pode-se visualizar mais claramente esses aspectos, na medida em que se verifica que os estados da Região Sul tem sua estrutura basicamente assentada em bens de produção (com especialização em bens intermediários) e em bens não duráveis de consumo, enquanto em São Paulo os bens duráveis de consumo e os bens de produção (com ênfase maior para os bens de capital) vêm aceleradamente ganhando expressão na estrutura industrial (Tabela 5.3.2 (c)).

Finalmente, verificando-se a desagregação das categorias consideradas em termos de seus gêneros industriais componentes, percebe-se que a estrutura industrial do Paraná e Santa Catarina está mais fortemente assentada em alguns poucos gêneros, tais como têxtil, produtos alimentares, mobiliário, minerais não metálicos, papel e papelão, madeira e química, todos eles com estreita vinculação à existência de matérias-primas regionais, nas quais esses estados têm se especializado na transformação ou ainda, como no caso da madeira, minerais não metálicos e meta-

TABELA 5.3.2(c) - ESTADOS SELECIONADOS - VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA INDUSTRIAL SEGUNDO CATEGORIAS DE DEMANDA E GÊNEROS INDUSTRIAIS

Categorias	Paraná			Santa Catarina			Rio Grande do Sul			São Paulo			Brasil		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
Bens de Consumo	63,96	67,30	53,73	61,19	57,27	49,87	74,85	67,39	55,34	64,16	50,57	49,15	69,28	55,70	49,89
Não Duráveis	60,68	64,87	49,56	57,36	52,46	45,39	72,48	64,38	51,11	60,70	42,17	37,70	66,06	49,34	41,76
Têxtil	3,00	4,19	10,98	17,43	16,32	16,03	4,00	3,10	3,10	22,88	13,26	10,26	18,69	12,54	9,29
Vest. e Calçados	0,92	0,64	0,57	1,20	1,34	1,31	7,10	6,98	7,24	4,17	3,46	3,53	4,34	3,41	3,38
Produtos Alimentares	49,40	56,37	33,51	33,66	29,26	22,81	47,94	43,75	31,31	24,69	17,52	15,43	32,02	24,15	21,92
Bebidas	4,04	1,99	1,78	2,32	1,67	1,02	5,61	4,20	4,37	2,55	1,95	1,45	3,13	2,37	1,88
Fumo	-	-	0,47	0,30	1,48	2,74	4,17	3,41	2,56	0,92	0,68	0,52	1,38	1,12	0,96
Editorial e Gráfica	1,77	1,17	1,83	0,90	0,88	0,57	1,83	1,76	1,65	2,47	2,17	2,40	2,83	2,28	2,52
Prods. Farmac. e Veterinários	0,10	0,08	0,16	0,30	0,39	0,42	0,39	0,29	0,31	1,72	1,82	2,53	1,94	1,95	2,14
Perfum., Sabões e Velas	1,45	0,43	0,26	1,25	1,13	0,49	1,02	0,88	0,57	1,29	1,30	1,58	1,74	1,52	1,39
Duráveis	3,28	2,43	4,17	3,82	4,81	4,48	2,37	3,01	4,23	3,46	8,40	11,46	3,22	6,36	8,12
Mat. de Transporte (parcial)	0,09	0,15	0,12	-	0,21	0,11	0,07	0,09	0,03	0,05	3,17	6,09	0,05	1,83	3,53
Mat. Elétrico e Comun. (parcial)	-	0,02	0,01	-	0,09	0,16	0,02	0,40	0,96	0,30	1,56	1,78	0,28	1,40	1,22
Mobiliário	2,31	1,75	3,17	1,76	2,39	2,68	1,54	1,68	2,09	1,64	1,98	1,70	1,66	1,84	1,78
Diversos	0,88	0,51	0,87	2,06	2,12	1,53	0,74	0,84	1,15	1,47	1,69	1,89	1,23	1,29	1,59
Bens de Produção	36,04	32,70	46,27	38,81	42,73	50,13	25,15	32,61	44,66	35,84	49,43	50,85	30,72	44,30	50,11
Minerais não metálicos	3,92	3,79	4,28	2,15	3,59	3,76	2,75	3,49	2,37	4,85	4,05	3,70	4,51	4,52	4,17
Metalurgia	1,11	2,29	2,65	3,01	4,76	5,07	5,21	6,81	8,75	8,21	9,13	10,93	7,60	10,53	12,47
Borracha	-	0,01	0,66	0,03	0,13	0,25	0,50	0,74	0,79	2,83	3,89	2,49	1,61	2,53	1,70
Couros e Peles	1,86	1,11	0,72	1,46	1,04	0,71	3,58	3,63	3,45	1,02	0,64	0,35	1,52	1,08	0,66
Papel e Papelão	5,50	3,67	4,66	2,19	5,66	5,90	0,99	1,71	1,20	2,46	2,39	2,86	1,99	2,97	2,44
Madeira	19,38	17,18	18,41	20,82	20,81	18,36	7,06	5,15	3,50	2,05	1,07	0,76	3,39	2,64	2,28
Química	2,50	2,91	9,99	7,00	2,01	1,97	3,37	6,99	13,71	6,24	10,59	9,70	4,91	8,96	10,89
Prods. de Matéria Plástica	-	0,01	0,86	-	0,82	4,87	0,01	0,06	0,53	0,35	0,70	1,97	0,20	0,68	1,65
Mat. Elétrico e de Comun. (restante)	0,03	0,29	0,37	0,17	0,07	1,31	0,05	0,61	2,16	1,99	3,59	4,80	1,12	2,05	3,49
Material de Transporte (restante)	0,16	0,62	1,19	0,43	0,34	2,17	0,31	1,42	3,26	3,52	7,46	6,23	2,27	4,88	4,66
Mecânica	1,58	0,90	2,48	1,55	3,50	5,76	1,29	2,00	4,94	2,33	4,92	7,05	1,60	3,46	5,70

FONTE: dados brutos - FIBGE - Censos Industriais - 1950, 1960 e 1970.

lurgia, são gêneros que tem encontrado um mercado local em expansão, vinculado à indústria de construção civil. O Rio Grande do Sul encontra-se numa posição intermediária, em que, além de indústrias que se voltam para a disponibilidade de matérias-primas regionais (como alimentares, vestuário e calçados, bebidas, fumo, couros e peles e química) tem apresentado ganho de importância nos gêneros de mobiliário, metalurgia, material elétrico, material de transporte e mecânica, indicando que paulatinamente sua estrutura industrial se ajusta aos padrões estabelecidos para o conjunto da indústria nacional. Já a estrutura de São Paulo é consideravelmente mais diversificada com participação significativa de um grande número de gêneros industriais. Se se considera ainda que a agregação em gêneros industriais engloba uma enorme gama de atividades diferenciadas, pode-se ter ainda uma idéia mais clara da diversificação real existente, que se encontra mascarada pelo nível de agregação considerado nessa análise.³³

³³ Apenas a título de ilustração pode-se ter uma idéia da diversificação de atividades existente em São Paulo em confronto com o Paraná, para as atividades agroindustriais, partir da tabela 2.1(b) apresentada no capítulo 2.1 à página 2/18 do estudo do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social op.cit., vol.1.

ANEXO A

OBSERVAÇÕES REFERENTES ÀS INFORMAÇÕES CENSITÁRIAS

Com referência à classificação das indústrias, foi colocada a questão sob dois aspectos: Quanto às Classes de Indústrias e quanto às Subdivisões da Indústria de Transformação.

1) Classes de Indústrias

Foram consideradas as quatro classes industriais apresentadas pela FIBGE, quais sejam: Indústria Extrativa Mineral e Vegetal, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Construção Civil. No entanto, essas quatro classes industriais foram consideradas somente para os censos de 1940 e 1950, pois a partir deste ano, essa classificação restringiu-se a apenas duas classes, a Indústria Extrativa restrita apenas à extrativa mineral e a Indústria de Transformação, ficando a classe de Serviços Industriais de Utilidade Pública distribuída da seguinte maneira: a produção e distribuição de gás de iluminação foi incluída na Indústria Química, o abastecimento d'água e os Serviços de esgoto deixaram de ser pesquisados e a produção e distribuição de energia elétrica seria pesquisada à parte, porém seus resultados não foram divulgados. Quanto à classe de Indústria da Construção Civil, passou a ser publicada separadamente no Censo Predial, com outras especificações.

2) Subdivisões da Indústria de Transformação

A Indústria de Transformação foi subdividida segundo a sua estrutura por categorias de demanda, e segundo o agrupamento dos gêneros industriais em Tradicionais e Dinâmicos.

a) Estrutura Industrial por Categorias de Demanda

Neste item, era pretensão dividir os gêneros em três grandes categorias quais sejam, "Bens de Consumo" (duráveis e não duráveis), "Bens Intermediários" e "Bens de Capital". Tal pretensão porém foi frustrada, tendo em vista problemas ocorridos com os gêneros "Material Elétrico e de Comunicações" e "Material de Transporte", pois esses gêneros possuem grupos de Indústrias que se enquadram na categoria dos bens de consumo durável, na categoria dos bens intermediários e ainda como bens de capital. Tal situação se agravou porém, quando se tentou distribuir tais grupos e verificou-se que as atividades industriais que os compunham se enquadravam também em mais de uma categoria, impossibilitando assim a coleta das informações, tendo em vista a falta de identificação das mesmas.

Considerando-se o exposto e com o intuito de contornar o problema, os gêneros foram agrupados em apenas duas categorias: "Bens de Consumo" (duráveis e não duráveis) e "Bens de Produção" que originou-se da junção dos bens intermediários e dos bens de capital.

Além desta, outras generalizações e modificações tiveram de ser efetuadas, todavia como são inerentes a cada gênero e ano, estas serão apresentadas separadamente. Os anos tabulados foram os três últimos levantamentos censitários, para os Estados de São Paulo, Paraná; Santa Catarina e Rio Grande do Sul bem como o total do Brasil.

I - 1950

Para os Estados de Santa Catarina e Paraná, dada a impossibilidade de desagregação das informações do gênero Material Elétrico, e da pouca significância deste gênero no total da Indústria de Transformação, seja em número de estabelecimentos, pessoal ocupado ou valor da produção, como também da quase certeza da inexistência de indústrias de material elétrico e de comunicação voltadas à produção de bens de consumo durável (rádios, aspiradores de pó, etc...) considerou-se como hipótese mais viável, que os bens industrializados nesses estados destinavam-se exclusivamente ao sistema produtivo.

Com o gênero Material de Transporte, verificou-se o mesmo tipo de problema, só que restrito ao Estado de Sta. Catarina. Por medida de coerência, fez-se a mesma consideração acima descrita.

No Estado do Rio Grande do Sul foi possível desagregar nas duas categorias consideradas todas as variáveis referentes ao gênero Material Elétrico, exceto o número de estabelecimentos. Assim distribuiu-se o número de estabelecimentos proporcionalmente à distribuição do pessoal ocupado total.

Para São Paulo e para o Brasil os dados permitiram a classificação segundo os dois grupos considerados.

II - 1960

O gênero Material Elétrico e de Comunicações, mostrou dois entraves para a tabulação em bens de consumo durável ou de produção a nível de estado. Foram no tocante aos itens "aparelhos elétricos" e "material de comunicações", devido às suas agregações. Sabe-se que ambos possuem bens de produção (apa-

relhos eletroquímicos e aparelhos de radiotelegrafia) é de consumo durável (chuveiros e televisores) mas de impossível identificação somente com os dados do censo.

Conseguiu-se tal desagregação e conseqüente classificação mediante o uso do "Censo Industrial de 1960 - Matérias Primas e Produtos" - onde se fez o levantamento da produção física, do número de estabelecimentos e do valor da produção. A partir destes dados estimou-se, conforme o valor da produção e generalizando-se a mesma produtividade, os valores para o pessoal ocupado total e ligado diretamente à produção, bem como o valor da transformação industrial.

O gênero Material de Transporte, apresentou dados com a desejável desagregação para a classificação dos bens de produção e de consumo durável, com exceção do item "veículos automotores e autopeças". Como os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná não possuem indústria automotora, alocou-se o total das informações do referido item como destinados à produção. Já para São Paulo, utilizou-se o mesmo artifício empregado para a classificação dos itens "aparelhos elétricos" e "material de comunicação", anteriormente explicado.

Ainda com referência a Material de Transporte, foi excluído o item "tratores não agrícolas e máquinas de terraplanagem" e alocado em "Mecânica" uma vez que é neste gênero que se encontra inserido no censo de 1970.

A nível de estado e em alguns casos, as informações censitárias tanto de Material Elétrico e de Comunicações, quanto de Material de Transporte, estão incompletas para que não venha ocorrer a identificação do informante. Em função disso, e nestes casos, utilizou-se os dados disponíveis como se estes representassem o universo, visto que quando ocorria a omissão das informações

estas referiam-se quase que exclusivamente a estabelecimentos de menos de cinco pessoas ocupadas e valor da produção inferior a 640 vezes o maior salário mínimo vigente em 1970.

Entretanto, para o Estado de Santa Catarina, apesar de se utilizar da hipótese acima, mesmo assim não foi possível obter-se os dados necessários para a totalização dos bens destinados à produção e ao consumo durável do gênero Material Elétrico e de Comunicações. Fez-se então uma estimativa, a grosso modo, do valor da produção, do valor da transformação industrial e do pessoal ocupado total e ligado diretamente à produção a partir do número de estabelecimentos, única informação completa disponível, tomando-se por hipótese que estas variáveis guardavam a mesma relação entre si, ou seja, que a mesma participação encontrada para o número de estabelecimentos, no tocante aos bens de produção e de consumo durável, verificava-se também para as outras variáveis.

Procurou-se ainda, com o intuito de aumentar a série, obter informações referentes ao ano de 1965, através do Registro Industrial do Brasil, mas as informações apresentavam-se incoerentes, sendo que o somatório dos estados não era igual ao total do Brasil, com uma margem significativa de diferença, principalmente nos gêneros "Fumo", "Produtos Farmacêuticos e Veterinários" e "Metalúrgica".

Desta forma, o agrupamento dos gêneros industriais segundo categorias de demanda, assumiu a seguinte configuração:

A) Bens de Consumo

A.1) Bens de Consumo Não Durável:

Têxtil

Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos

Produtos Alimentares

Bebidas

Fumo

Editorial e Gráfica

Produtos Farmacêuticos e Veterinários

Perfumaria, Sabões e Velas

A.2) Bens de Consumo Durável

Material de Transporte (parcial)

Material Elétrico e de Comunicações (parcial)

Mobiliário

Diversos

B) Bens de Produção

Minerais Não Metálicos

Metalúrgica

Borracha

Couros e Peles

Papel e Papelão

Madeira

Química

Produtos de Matéria Plástica

Material Elétrico e de Comunicações (restante)

Material de Transporte (restante)

Definido o esquema, passou-se à coleta dos dados, quando surgiu o problema da existência de diferenças de classificação entre os censos de 1950, 60 e 70.

O levantamento censitário de 1950, apresenta "Produtos Farmacêuticos e Veterinários" e "Perfumaria, Sabões e Velas", como grupos de atividades industriais pertencentes ao gênero "Química", quando a partir do censo de 1960, são considerados como três gêneros distintos. Sendo assim, foi necessário desagregar os mesmos naquele ano, para uniformizar as informações.

Também o gênero "Produtos de Matéria Plástica", considerado isoladamente nos censos de 1960 e 1970, aparece como um grupo pertencente ao gênero "Diversos" em 1950, sendo possível estabelecer sua desagregação.

Entretanto, no que se refere aos Estados do Paraná e Santa Catarina, os produtos de matéria plástica não são fornecidos isoladamente e possivelmente pertenceriam ao grupo "outras atividades não especificadas". Mas ao se fazer o somatório dos gêneros industriais passíveis de identificação, chegou-se à conclusão de que esse gênero não apresentava valores para esses estados em 1950.

Além dos problemas citados, aparecem outros, como a não identificação do número de estabelecimentos no Estado de Santa Catarina com Material Elétrico e Comunicações (1950) e Borracha (1950). Em 1970, por problemas de identificação, não se apresentam informações referentes ao Paraná para Produtos Farmacêuticos e Veterinários e produtos de Matéria Plástica, sendo que nesse caso, utilizou-se de uma listagem complementar da FIBGE, que permitiu contornar o problema.

Os dados referentes ao ano de 1970 para "Couros e Peles" no Estado de São Paulo e "Fumo" no Paraná, foram obtidos do censo do Brasil do mesmo ano.³⁴

Com essas ressalvas, calculou-se a participação de cada categoria no total das indústrias de transformação dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Brasil; a participação dos Estados da Região Sul na própria Região; a participação da Região Sul no Brasil e a participação de cada Estado da Região Sul e do Estado de São Paulo no total do Brasil.

b) Estrutura Industrial Tradicional e Dinâmica

Foram classificados os gêneros industriais, segundo as características de crescimento dos mesmos, em duas grandes categorias: Tradicionais e Dinâmicas.

As observações feitas anteriormente, são válidas também, para este item, pois a fonte das informações é a mesma, sendo que neste caso, além da Região Sul, foram consideradas as demais regiões do Brasil e para tanto, utilizou-se as informações dos censos do Brasil, pois não se dispunha dos censos de todos os estados. Com isso, produtos de Matéria Plástica, que em 1950 pertence ao gênero "Diversos", não poderia ser identificado. No entanto, sabendo que a quase totalidade dessa atividade industrial se concentrava nos Estados de São Paulo e Guanabara, ou seja, na Região Sudeste, deduziu-se do total nacional o Rio Grande do Sul, considerando todo o restante como referente àquela Região.

³⁴ - VIII Recenseamento Geral - Série Nacional - Volume IV - FIBGE, pgs 28/29 e 46/47.

Deste modo, foi calculada a participação de cada categoria no total das indústrias de transformação, dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo e das cinco regiões; a participação dos mesmos estados no total do Brasil; a participação dos estados da Região Sul na própria Região; a participação de São Paulo na Região Sudeste e a participação das cinco regiões no Brasil, por categoria.

ANEXO B

PROCEDIMENTOS ADOTADOS NAS ESTIMATIVAS DE 1973

INTRODUÇÃO

Tendo por objetivo aproximar a Análise do Setor Industrial, à realidade atual e, ao mesmo tempo, cobrir um período de intenso crescimento no setor entre 1970 e 1973, fez-se necessário proceder a uma estimativa para estender os resultados da Pesquisa Industrial de 1973 (IBGE), referentes aos estabelecimentos com cinco ou mais pessoas ocupadas ou valor da produção igual ou superior a cento e vinte mil cruzeiros, ao total dos estabelecimentos industriais.

Deve-se esclarecer que a intenção dessa estimativa é meramente a de ampliar o universo abrangido pela análise, sem se tomar os valores estimados como exatos. Este fato, porém, não invalida o procedimento adotado, uma vez que a parcela do total que foi estimada é a de menor peso relativo dentro do setor industrial, correspondendo aos estabelecimentos que, no ano de 1973, possuíam menos de cinco pessoas ocupadas e registraram um valor de produção inferior a cento e vinte mil cruzeiros.

O presente tópico visa apenas esclarecer, os procedimentos empregados no intuito de atingir a meta estabelecida.

- Variáveis - As variáveis selecionadas foram:
- a) número de estabelecimentos;
 - b) pessoal ocupado total;
 - c) valor da produção;
 - d) valor da transformação industrial.

Observe-se que foram mantidas as mesmas conceituações adotadas pela fonte para estas variáveis.

- Fonte

A fonte dos dados básicos utilizados foi a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, através de suas publicações seguintes:

- a) Censo Industrial - 1970 (Para os estabelecimentos com cinco ou mais pessoas ocupadas e/ou valor da produção superior a 640 vezes o maior salário mínimo vigente em 1970 e para o total dos estabelecimentos industriais).
- b) Pesquisa Industrial - 1973 (Para os estabelecimentos com cinco ou mais pessoas ocupadas ou valor da produção igual ou superior a cento e vinte mil cruzeiros, em 1973).

- Área de Abrangência

As estimativas abrangem:

- As Unidades da Federação
- As Grandes Regiões
- O Total do Brasil

- Forma de Cálculo

A forma de cálculo aplicada nas estimativas pode ser resumida na seguinte relação:

$$T_1 = \frac{T_0}{G_0} \cdot G_1$$

- Onde:
- T_1 é o valor estimado da variável para o total dos estabelecimentos industriais no ano de 1973;
 - T_0 é o valor da variável para o total dos estabelecimentos industriais no ano de 1970, segundo o censo Industrial - 1970;
 - G_0 é o valor da variável para os estabelecimentos industriais com cinco ou mais pessoas ocupadas e/ou valor da produção superior a 640 vezes o maior salário mínimo vigente em 1970 (Cr\$ 187,20), segundo o Censo Industrial - 1970;
 - G_1 é o valor da variável para os estabelecimentos industriais com valor da produção igual ou superior a cento e vinte mil cruzeiros ou que possuísem cinco ou mais pessoas ocupadas no ano de 1973, segundo a Pesquisa Industrial - 1973.

Cumprе salientar que a forma de cálculo acima descrita foi adotada para as quatro variáveis empregadas no presente trabalho.

- Procedimentos Gerais

Os procedimentos a seguir relatados foram, na medida do possível, executados para todos os estados e regiões. Os casos particulares e que exigiram tratamento diferente do comum serão esclarecidos no tópico "Procedimentos Específicos" encontrado mais adiante.

- a) A linha de total corresponde à soma das linhas de indústrias extrativas e indústrias de transformação;
- b) A linha de indústrias de transformação corresponde à soma das linhas de indústrias tradicionais e dinâmicas, que, por seu turno, são obtidas através da soma dos diversos gêneros industriais que as compõem;
- c) A linha de diferença corresponde às omissões existentes nos gêneros industriais para evitar a identificação de empresas, omissões estas que estão englobadas nos valores citados para a indústria de transformação.
- d) Os dados apresentados para as regiões, referentes aos estabelecimentos industriais com cinco ou mais pessoas ocupadas e/ou valor da produção superior a 640 vezes o maior salário mínimo vigente no ano de 1970, foram obtidos a partir da soma dos estados que as formam.

Do confronto entre os dados do total do Brasil e a soma dos dados das grandes regiões obteve-se os valores correspondentes às indústrias extrativas e de transformação do Amapá e do Distrito Federal, em cujos censos haviam sido omitidos.

- e) A forma de cálculo anteriormente explicitada foi aplicada a cada um dos gêneros industriais e ao item "Diferença", chegando-se, posteriormente, aos seguintes agregados:

- Indústrias Tradicionais
 - Indústrias Dinâmicas
 - Indústria de Transformação
 - Total do Setor Industrial
-
- Procedimentos Específicos

Neste tópico encontram-se esclarecimentos sobre os casos onde, ao proceder à estimativa para 1973, fez-se necessário fugir à regra geral descrita no item anterior.

a) Procedimentos Específicos nos Estados

a.1) Paraná

Na impossibilidade de se estimar o item "Diferença", fez-se a estimativa de pessoal ocupado, valor da produção e valor da transformação industrial para o total da Indústria de Transformação e, subtraindo-se desta estimativa a soma das indústrias tradicionais e dinâmicas, obteve-se a "Diferença" existente em face às omissões de dados.

a.2) Santa Catarina

Para este Estado foi adotado procedimento idêntico ao mencionado acima, relativo ao Paraná.

a.3) São Paulo

Também para o Estado de São Paulo foi impossível estimar o item "Diferença", estimando-se então o total da Indústria de Transformação. Da subtração entre esta estimativa e as Indústrias Dinâmicas obtiveram-se os valores relativos às Indústrias Tradicionais, sendo que estas últimas incluem em seu total o item "Diferença", por serem nelas encontradas as omissões existentes nos dados básicos.

a.4) Amapá e Distrito Federal

Os esclarecimentos referentes ao território do Amapá e ao Distrito Federal serão feitos aqui em conjunto, pela profunda interdependência entre os procedimentos adotados em ambos.

Apenas nestas duas unidades da federação há omissão no gênero de Indústrias Extrativas, no ano de 1970, em estabelecimentos com cinco ou mais pessoas ocupadas e/ou valor da produção superior a 640 vezes o maior salário mínimo então vigente.

Estas omissões faziam com que o valor apresentado para as Indústrias Extrativas no total do Brasil fosse superior ao somatório das várias regiões conforme o quadro anexo:

	Nº de Esta- belecimentos	Pessoal Ocupado	Cr\$ 1.000	
			Valor da Produção	Valor da trans- formação Industrial
Brasil	1.636	60.545	1.880.793	1.533.492
Região Sul	175	12.773	173.989	140.532
Região Sudeste	915	26.913	821.355	589.373
Região Nordeste	476	11.916	125.085	104.038
Região Centro-Oeste menos Distrito Federal	39	1.192	27.898	24.103
Região Norte menos Amapá	30	492	11.821	11.043
Petrobrás *	1	6.595	615.202	566.365
Amapá + Distrito Federal	-	664	105.443	98.038

FONTE: Censo Industrial 1970 - Estáb.: c/cinco ou mais pessoas ocupadas.

* Os dados da Empresa Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás constam do total do Brasil, não sendo distribuídos pelas unidades da Federação, na fonte empregada.

Após várias tentativas para encontrar dados relativos às duas unidades da Federação em questão, calculou-se o valor da produção das Indústrias Extrativas do território do Amapá a partir da participação média do valor da produção de minério de manganês ³⁵ do Amapá no Brasil, nos anos de 1967, 1968 e 1969, 23% , segundo dados do Anuário Estatístico do Brasil-1971.

35

Sendo o Amapá o maior produtor brasileiro de Minério de manganês, deduziu-se que o único estabelecimento de indústria extrativa mineral lá existente, e cujos dados estão omitidos no Censo Industrial-1970, seja o responsável por toda a produção de minério de manganês no Amapá.

Esta participação foi aplicada ao dado de valor da produção de minério de manganês do Brasil em 1970, que foi de Cr\$119.528 mil cruzeiros, segundo o Censo Industrial daquele ano. O valor da produção assim obtido, Cr\$104.264 mil cruzeiros, representa 98,88% do somatório do valor da produção de Amapá e Distrito Federal, conforme o quadro anterior. Aplicando-se este coeficiente ao somatório das duas unidades da Federação para as variáveis Valor de Transformação Industrial e Pessoal Ocupado, admitindo-se portanto que esta proporção seja a mesma para todas as variáveis, chegou-se aos valores para o território do Amapá. A partir destes valores ajustados, por simples subtração determinou-se os valores das variáveis para a Indústria Extrativa do Distrito Federal.

Desnecessário seria dizer que os resultados obtidos através de tais procedimentos não representam uma verdade absoluta e como tal não devem ser encarados. Apenas devem ser encarados como indicativos de uma realidade e as distorções daí advindas se estendem às regiões Norte e Centro-Oeste nas Análises Futuras.

Em ambas as unidades da Federação os valores das variáveis para o total da Indústria de Transformação foram obtidos a partir da subtração entre o total das indústrias e as Indústrias Extrativas (ajustados conforme descrição acima).

a.5) Minas Gerais

Na impossibilidade de estimar o item diferença para 1973, procedeu-se à estimativa do total da indústria de transformação e, a partir dessa, subtraiu-se as Indústrias Tradicionais, obtendo-se assim as Indústrias Dinâmicas que incluem o item "Diferença", relativo às omissões existentes em seus gêneros industriais.

b) Procedimentos Específicos nas Regiões

b.1) Sudeste e Nordeste

Nestas duas regiões foram seguidos os procedimentos normais, sendo que o único item que mereceu tratamento especial foi o relativo a omissões nos estados (diferença). Havendo omissões apenas nos estabelecimentos com cinco ou mais pessoas ocupadas e/ou valor da produção superior a 640 vezes o maior salário mínimo vigente em 1970, e estando os dados omitidos incluídos no total dos estabelecimentos, não se considerou tais dados para efeitos de estimativa, evitando-se assim dupla contagem de valores.

b.2) Norte e Centro-Oeste

Já nas regiões Norte e Centro-Oeste os procedimentos normais deixaram de ser seguidos apenas no cálculo do Pessoal Ocupado onde, na impossibilidade de estimar o item "Diferença", estimou-se o pessoal ocupado para o total da Indústria de Transformação e, subtraindo-se as indústrias Tradicionais e Dinâmicas, chegou-se ao valor da variável no item diferença.

Há que acrescentar que o valor assim encontrado para a Região Norte a-

presenta-se com sinal negativo, fato este causado provavelmente por uma superestimação existente nos gêneros industriais, decorrente do próprio método de cálculo aplicado.

ANEXO C - QUADROS ESTATÍSTICOS

QUADRO 1 - BRASIL - ESTIMATIVA DA RENDA INTERNA SEGUNDO CLASSES DE INDÚSTRIA

(Em Cr\$ 1.000,00)

Anos	Indústria Extrativa de Produtos Minerais		Indústria de Transformação		Serviços Industriais de Utilidade Pública		Indústria de Construção Civil		Total	
	71*	77**	71*	77**	71*	77**	71*	77**	71*	77**
1947	645,8	-	22.928,5	-	1.812,2	-	2.669,3	-	28.055,8	-
1948	686,7	-	30.455,6	-	1.947,9	-	2.536,7	-	35.626,9	-
1949	731,2	1.093	38.896,8	43.484	2.465,7	2.254	3.315,9	9.109	45.409,6	55.940
1950	807,9	-	47.609,5	-	2.653,1	-	3.591,1	-	54.661,6	-
1951	930,4	-	52.771,0	-	2.843,0	-	4.496,4	-	61.040,8	-
1952	1.085,7	-	70.606,2	-	3.096,9	-	5.322,0	-	80.110,8	-
1953	1.495,8	-	83.474,8	-	3.276,9	-	6.217,3	-	94.464,8	-
1954	1.946,9	-	115.646,1	-	4.369,2	-	7.351,4	-	129.313,6	-
1955	1.991,4	-	114.606,8	-	6.679,6	-	9.075,6	-	162.353,4	-
1956	2.186,2	-	183.324,3	-	9.754,3	-	12.477,7	-	207.742,5	-
1957	2.942,3	-	218.084,9	-	13.901,6	-	15.415,6	-	250.344,4	-
1958	3.551,2	-	258.201,3	-	18.744,3	-	19.756,1	-	300.252,9	-
1959	6.961,2	10.197	344.465,5	479.977	27.223,8	27.304	29.199,8	107.246	407.850,3	624.724
1960	9.733,1	-	483.251,5	-	39.004,9	-	32.893,7	-	564.883,2	-
1961	14.796,5	-	733.452,4	-	54.916,1	-	51.913,7	-	855.078,7	-
1962	16.942,6	-	1.189.625,8	-	86.763,1	-	74.309,3	-	1.367.640,8	-
1963	33.681,8	-	2.336.573,3	-	169.874,4	-	141.579,0	-	2.681.708,5	-
1964	59.658,2	-	4.191.697,9	-	387.324,5	-	263.604,1	-	4.902.284,7	-
1965	89.248,6	286.467	6.296.589,8	9.091.465	633.275,6	607.586	340.493,2	1.946.031	7.359.607,2	11.931.549
1966	126.724,2	389.606	9.978.927,1	13.184.804	1.054.403,9	940.203	492.012,7	2.761.170	11.652.067,9	17.275.783
1967	160.166,7	490.754	12.856.849,1	17.173.548	1.457.818,8	1.368.558	721.782,6	3.923.843	15.196.617,8	22.956.703
1968	252.903,2	690.811	18.968.996,0	25.726.998	1.943.418,2	1.789.888	1.134.064,8	5.843.116	22.299.382,2	34.050.813
1969	383.097,8	936.132	26.050.122,2	34.649.407	2.675.115,2	2.516.202	1.443.437,7	8.083.264	30.551.772,9	46.185.005
1970	-	1.327.101	-	45.802.428	-	3.575.413	-	9.933.763	-	60.638.705
1971	-	1.739.866	-	62.154.210	-	4.775.229	-	12.554.624	-	81.223.929
1972	-	2.219.006	-	83.780.154	-	6.736.971	-	16.649.383	-	109.385.514
1973	-	2.870.955	-	118.820.288	-	8.629.628	-	22.944.426	-	153.265.297
1974	-	7.419.934	-	179.254.784	-	11.924.892	-	34.987.771	-	233.587.381
1975(1)	-	11.361.275	-	251.934.524	-	18.168.120	-	47.397.940	-	328.861.859

FONTE: Centro de Contas Nacionais-IBRE/FGV

(1) : Dados Preliminares

* Dado da Conjuntura Econômica (setembro de 1971)

** Dado da Conjuntura Econômica (julho de 1977)

QUADRO 2 - COMPOSIÇÃO DA RENDA INDUSTRIAL DO BRASIL

(em %)

Anos	Indústria Extrativa Mineral		Indústria de Trans- formação		Serviços Industriais de Utilidade Pública		Indústria de Cons- trução Civil	
	71*	77**	71*	77**	71*	77**	71*	77**
1947	2,30	-	81,72	-	6,46	-	9,51	-
1948	1,93	-	85,48	-	5,47	-	7,12	-
1949	1,61	1,95	85,66	77,73	5,43	4,03	6,57	16,28
1950	1,48	-	87,10	-	4,85	-	7,37	-
1951	1,52	-	86,45	-	4,66	-	7,37	-
1952	1,36	-	88,14	-	3,87	-	6,64	-
1953	1,58	-	88,37	-	3,47	-	6,58	-
1954	1,51	-	89,43	-	3,38	-	5,68	-
1955	1,23	-	89,07	-	4,11	-	5,59	-
1956	1,05	-	88,25	-	4,70	-	6,01	-
1957	1,18	-	87,11	-	5,55	-	6,16	-
1958	1,18	-	85,99	-	6,24	-	6,58	-
1959	1,71	1,63	84,46	76,83	6,68	4,37	7,16	17,17
1960	1,72	-	85,55	-	6,90	-	5,82	-
1961	1,73	-	85,78	-	6,42	-	6,07	-
1962	1,24	-	86,98	-	6,34	-	5,43	-
1963	1,26	-	87,13	-	6,33	-	5,28	-
1964	1,22	-	85,50	-	7,90	-	5,38	-
1965	1,21	2,40	85,56	76,20	8,60	5,09	4,63	16,13
1966	1,09	2,26	85,64	76,32	9,05	5,44	4,22	15,98
1967	1,05	2,14	84,60	74,81	9,59	5,96	4,75	17,09
1968	1,13	2,03	85,07	75,55	8,72	5,26	5,09	17,16
1969	1,25	2,03	85,27	75,02	8,76	5,45	4,72	17,50
1970	-	2,19	-	75,48	-	5,89	-	16,37
1971	-	2,14	-	76,52	-	5,88	-	15,46
1972	-	2,03	-	76,59	-	6,16	-	15,22
1973	-	1,87	-	77,53	-	5,63	-	14,97
1974	-	3,18	-	76,74	-	5,11	-	14,98
1975(1)	-	3,45	-	76,61	-	5,52	-	14,41

FONTE: Centro de Contas Nacionais - IBRE/FGV

OBS: O total utilizado para calculo refere-se ao total do Brasil

(1): Dado Preliminar

* Dado da Conjuntura Econômica de - Setembro de 1971/FGV

** Dado da Conjuntura Econômica de - Junho de 1977/FGV

QUADRO 3 - BRASIL E GRANDES REGIÕES - COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA INDUSTRIAL - 1973 - ESTIMATIVA PARA O TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS (1)

	SUDESTE				SUL				BRASIL			
	nº de esta- belecimentos	Pessoal Ocu- pado Total	Valor Produ- ção Cr\$ 1.000	Valor Transf./ Industrial Cr\$ 1.000	nº de esta- belecimentos	Pessoal Ocu- pado Total	Valor Produ- ção Cr\$ 1.000	Valor Transf./ Industrial Cr\$ 1.000	nº de esta- belecimentos	Pessoal Ocu- pado Total	Valor Produ- ção Cr\$ 1.000	Valor Transf./ Industrial Cr\$ 1.000
Indústria Extrativa	1.972	33.893	2.268.683	1.603.344	731	10.872	320.838	261.789	3.691	70.257	4.521.852	3.515.651
Indústria de Transformação	83.073	2.765.311	248.706.328	112.123.478	34.438	597.876	47.765.076	19.504.858	150.385	3.431.008	323.531.978	138.654.950
I. TRADICIONAIS	53.291	1.373.197	89.993.614	36.684.358	25.707	383.247	29.172.376	11.375.649	102.785	1.695.655	137.283.800	54.649.150
Madeira	4.092	43.858	2.516.871	1.201.431	7.178	101.421	5.619.398	2.950.931	13.723	172.639	9.027.364	4.676.793
Mobiliário	5.595	86.100	4.336.065	2.113.520	2.572	28.908	1.221.384	611.889	10.758	127.474	5.853.919	2.877.118
Couros e Peles	767	15.377	1.288.347	448.804	451	13.325	1.235.789	470.756	1.947	32.681	2.726.222	980.683
Têxtil	3.480	269.656	21.155.983	9.385.417	572	45.644	3.276.924	1.557.980	4.782	374.351	29.107.195	12.693.898
Vest. Calçados e Art. de Tecido	6.029	156.030	8.358.895	3.672.843	1.379	55.435	2.060.994	921.836	8.487	233.010	11.294.860	5.002.714
Produtos Alimentares	24.928	256.198	37.224.729	10.592.427	10.997	95.546	13.046.344	3.378.428	49.857	471.135	59.681.306	16.605.489
Bebidas	1.821	38.068	3.497.312	1.951.852	1.037	11.550	1.014.502	535.896	3.758	62.941	5.256.745	2.922.667
Fumo	25	7.436	1.552.355	1.070.744	59	5.961	638.990	287.918	429	19.689	2.607.968	1.601.878
Editorial e Gráfica	3.448	91.635	5.734.488	3.813.243	820	14.134	564.916	384.197	4.916	119.107	6.723.377	4.485.605
Diversos	3.106	66.839	4.328.569	2.434.077	642	11.323	493.135	275.818	4.128	82.628	5.004.844	2.802.305
II. DINÂMICAS	29.782	1.392.114	158.712.714	75.439.120	8.731	214.629	18.592.700	8.129.209	47.600	1.735.353	186.248.178	84.005.800
-Dinâmicas A	13.023	492.143	62.253.265	30.406.489	4.620	91.919	11.032.458	4.131.717	23.850	668.548	79.639.500	37.349.337
Minerais não metálicos	7.253	162.391	8.481.405	5.242.107	3.062	39.139	1.264.984	830.947	15.364	248.625	11.263.571	7.054.274
Papel e Papelão	951	63.880	6.818.283	3.106.388	253	17.541	1.651.257	792.215	1.272	87.364	8.810.679	4.062.478
Borracha	573	39.528	4.235.484	2.236.471	185	4.117	262.542	139.318	904	47.856	4.736.102	2.457.816
Química	1.692	102.384	28.133.585	11.218.333	609	17.812	6.886.886	1.859.067	2.841	139.049	38.633.342	14.350.680
Prods. Farmac. e Veterinários	462	42.450	6.125.393	4.326.474	60	1.567	111.394	73.252	571	45.546	6.324.721	4.452.542
Perfum. Sabões e Velas	622	20.615	3.314.607	1.615.063	240	1.948	165.534	60.128	1.147	25.579	3.728.303	1.772.132
Prods. de Matéria Plástica	1.470	60.895	5.144.508	2.661.653	211	9.795	689.861	376.790	1.751	74.529	6.142.782	3.199.415
-Dinâmicas B	16.759	899.971	96.459.449	45.032.631	4.111	122.710	7.560.242	3.997.492	23.750	1.066.805	106.608.678	46.656.463
Metalurgia	7.390	300.568	35.037.134	14.346.994	1.625	46.343	2.702.876	1.425.066	10.290	368.746	39.086.485	16.406.287
Mecânica	5.351	248.477	20.278.661	10.402.639	1.306	44.352	2.673.459	1.455.476	7.492	299.951	23.252.822	12.027.108
Mat. Elétrico e de Comunic.	2.301	155.755	14.234.809	10.709.837	425	13.825	868.681	434.674	3.096	179.558	15.795.112	7.864.852
Material de Transporte	1.717	195.171	26.908.845	9.573.161	755	18.190	1.315.226	682.276	2.872	218.550	28.474.259	10.358.216
TOTAL	85.045	2.799.204	250.975.011	113.726.822	35.169	608.748	48.085.914	19.766.647	154.076	3.501.265	328.053.830	142.170.601

FONTE: dados brutos - FIBGE - Pesquisa Industrial-1973, FIBGE - Censo Industrial-1970

(1): ver critérios adotados nas estimativas no ANEXO B

QUADRO 4 - GRANDES REGIÕES-COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA INDUSTRIAL 1973 - ESTIMATIVA PARA O TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS (1)

	NORTE				NORDESTE				CENTRO-OESTE			
	nº de esta- belecimentos	Pessoal Ocu- pado Total	Valor Produ- ção Cr\$ 1.000	Valor Transf./ Industrial Cr\$ 1.000	nº de esta- belecimentos	Pessoal Ocu- pado Total	Valor Produ- ção Cr\$ 1.000	Valor Transf./ Industrial Cr\$ 1.000	nº de esta- belecimentos	Pessoal Ocu- pado Total	Valor Produ- ção Cr\$ 1.000	Valor Transf./ Industrial Cr\$ 1.000
Indústria Extrativa	25	1.244	203.001	169.650	724	13.721	320.309	272.992	160	1.415	101.804	81.410
Indústria de Transformação	2.221	47.409	2.405.053	1.179.111	21.665	316.672	20.870.067	8.325.525	5.599	43.659	3.801.710	1.198.655
I. TRADICIONAIS	1.752	37.473	1.564.063	810.007	15.667	212.448	13.246.920	4.904.590	4.186	30.715	3.227.145	872.188
Madeira	321	10.567	445.264	306.923	1.136	8.828	230.295	124.825	914	7.644	286.445	155.485
Mobiliário	78	839	16.814	8.969	1.306	8.520	234.970	123.843	276	1.424	36.301	18.220
Couros e Peles	7	549	(x)	(x)	462	3.363	190.018	54.436	61	288	(x)	(x)
Têxtil	23	7.386	299.447	159.228	667	50.934	4.026.915	1.487.154	41	843	349.516	104.667
Vest. Calçados e Art. de tecido	24	957	38.744	20.850	642	19.484	795.890	376.691	175	1.067	39.110	11.000
Produtos Alimentares	1.087	10.900	584.099	199.722	9.780	93.477	6.452.491	1.948.341	2.490	15.460	2.357.764	485.953
Bebidas	125	2.750	110.333	68.631	722	9.479	580.968	338.495	64	1.153	54.592	28.939
Fumo	3	207	(x)	(x)	310	6.366	383.009	218.801	4	(x)	(x)	(x)
Editorial e Gráfica	63	1.902	69.362	45.684	443	8.852	255.411	177.077	142	2.561	103.417	67.924
Diversas	21	1.416	(x)	(x)	199	3.145	96.953	54.927	19	275	(x)	(x)
II. DINÂMICAS	469	10.853	827.811	360.855	5.998	104.224	7.623.147	3.420.935	1.413	12.356	544.901	303.957
-Dinâmicas A	336	(x)	(x)	(x)	4.526	67.001	5.419.277	2.367.734	1.102	(x)	(x)	(x)
Minerais não metálicos	232	3.267	133.831	88.635	3.599	34.319	1.058.340	693.941	946	7.926	344.346	220.042
Papel e Papelão	2	(x)	(x)	(x)	61	5.666	337.035	164.932	6	337	(x)	(x)
Borracha	23	1.054	161.422	38.004	80	3.035	78.511	39.993	39	464	22.694	11.638
Química	44	1.303	166.270	51.770	452	16.805	3.377.767	1.196.843	27	783	73.599	26.127
Prod. Farmac. e Veterinários	2	(x)	(x)	(x)	40	1.443	78.083	46.291	6	(x)	(x)	(x)
Perfum. Sabões e Velas	20	943	67.377	33.604	246	2.111	185.228	66.943	15	55	2.017	234
Prods. de Mat. Plástica	3	(x)	(x)	(x)	48	3.622	304.313	158.791	63	(x)	(x)	(x)
-Dinâmicas B	143	4.286	(x)	(x)	1.472	37.223	2.203.870	1.053.201	311	2.791	(x)	(x)
Metalurgia	42	1.023	71.749	30.118	789	19.026	1.196.064	572.255	184	2.028	86.552	38.587
Mecânica	8	234	(x)	(x)	325	6.135	271.584	151.535	31	236	(x)	(x)
Mat. Elétrico e de Comunic.	36	1.446	140.261	76.602	224	8.872	560.946	261.975	32	147	5.425	2.227
Material de Transporte	57	1.583	86.901	42.122	134	3.190	175.276	67.436	64	380	10.268	5.102
(diferença)	-	(-917)	(13.179)	(8.249)	-	-	-	-	-	(588)	(29.664)	(22.510)
TOTAL	2.246	48.653	2.608.054	1.348.761	22.389	330.393	21.190.376	8.598.517	5.759	45.074	3.903.514	1.280.065

FONTE: dados brutos - Pesquisa Industrial-1973-FIBGE, Censo Industrial-1970-FIBGE

(1): Ver critérios adotados nas estimativas no ANEXO B.

(x): Dado omitido na fonte

QUADRO 5 - ESTADOS SELECIONADOS - COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA INDUSTRIAL 1973-ESTIMATIVA PARA O TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS (1)

	PARANÁ				SANTA CATARINA				RIO GRANDE DO SUL				SÃO PAULO			
	nº de esta- belecimentos	Pessoal Ocu- pado Total	Valor Produ- ção Cr\$ 1.000	Valor Transf./ Industrial Cr\$ 1.000	nº de esta- belecimentos	Pessoal Ocu- pado Total	Valor Produ- ção Cr\$ 1.000	Valor Transf./ Industrial Cr\$ 1.000	nº de esta- belecimentos	Pessoal Ocu- pado Total	Valor Produ- ção Cr\$ 1.000	Valor Transf./ Industrial Cr\$ 1.000	nº de esta- belecimentos	Pessoal Ocu- pado Total	Valor Produ- ção Cr\$ 1.000	Valor Transf./ Industrial Cr\$ 1.000
Indústria Extrativa	138	2.040	39.964	32.886	101	5.976	195.505	159.666	541	2.725	85.469	68.895	1.005	7.856	407.510	290.362
Indústria de Transformação	10.623	139.546	14.105.764	5.102.886	7.357	153.559	8.831.804	4.242.944	16.440	304.767	24.858.150	10.172.514	52.412	1.757.120	186.835.128	81.245.610
I. TRADICIONAIS	8.213	95.413	9.602.336	3.306.457	5.789	102.971	5.744.879	2.625.816	11.695	183.817	13.791.364	5.430.385	31.184	683.118	63.762.805	25.537.152
Madeira	2.268	45.748	2.805.853	1.409.374	2.549	37.229	1.776.826	958.521	2.276	18.492	1.039.055	584.106	1.990	24.062	1.630.020	768.254
Mobiliário	797	9.196	428.548	212.382	675	7.620	244.915	134.360	1.089	12.088	548.068	265.161	3.468	60.048	3.297.319	1.601.415
Couros e Peles	61	1.153	71.654	27.602	59	857	64.032	18.821	315	11.267	1.098.357	423.378	433	(x)	(x)	(x)
Têxtil	102	4.811	979.269	322.422	209	29.944	1.496.321	819.092	274	10.842	802.760	416.718	2.928	194.991	16.826.300	7.094.833
Vest. Calçados e Art. de Tecido	207	2.218	77.258	29.584	218	3.832	135.640	43.980	963	49.390	1.848.687	848.601	4.500	113.185	6.496.356	2.828.469
Produtos Alimentares	4.196	23.748	4.798.374	1.049.055	1.692	16.938	1.782.653	505.494	5.189	54.833	6.476.160	1.824.393	12.590	149.700	24.643.040	7.052.389
Bebidas	159	2.593	180.780	110.304	198	1.393	60.906	32.360	681	7.571	772.523	392.941	854	20.485	2.271.913	1.157.056
Fumo	1	(x)	(x)	(x)	6	(x)	(x)	(x)	55	5.024	592.334	274.419	9	(x)	(x)	(x)
Editorial e Gráfica	280	4.408	178.431	115.713	114	1.370	42.906	27.883	426	8.340	343.647	240.630	2.153	53.984	3.561.581	2.318.604
Diversos	142	1.538	82.169	30.021	69	3.788	140.680	85.305	427	5.970	269.773	160.038	2.259	52.647	3.386.796	1.901.523
II. DINÂMICA	2.410	43.445	4.444.007	1.768.232	1.568	49.533	3.050.704	1.597.748	4.745	120.950	11.066.786	4.742.129	21.228	1.074.002	123.072.323	55.708.458
-Dinâmicas A	1.398	(x)	(x)	(x)	917	(x)	(x)	(x)	2.298	38.647	5.830.208	1.913.106	8.514	356.288	45.963.590	22.483.758
Minerais não metálicos	1.019	13.400	444.855	292.918	556	11.300	334.012	228.632	1.476	14.349	486.150	309.099	4.350	106.062	5.732.113	3.563.981
Papel e Papelão	88	4.924	710.461	303.466	82	6.086	512.298	263.491	75	6.530	428.535	225.210	717	48.316	5.543.737	2.539.006
Borracha	73	823	64.170	22.352	14	222	8.288	4.014	100	3.064	189.469	112.528	394	34.928	3.879.186	2.043.154
Química	134	5.565	2.224.375	655.154	179	2.832	304.992	119.289	293	9.417	4.359.759	1.085.229	1.211	75.000	20.121.656	8.079.049
Prods. Farmac. e Veterinários	4	(x)	(x)	(x)	10	(x)	(x)	(x)	47	1.132	79.351	53.268	254	27.405	4.200.207	2.897.808
Perfum. Sabões e Velas	24	245	26.551	11.650	48	439	27.472	11.770	180	1.267	111.521	36.744	359	13.980	2.469.023	1.257.098
Prods. de Mat. Plástica	56	2.665	155.375	78.059	28	4.258	360.006	208.385	127	2.888	175.423	91.028	1.229	50.597	4.017.668	2.103.662
-Dinâmicas B	1.012	15.823	818.220	404.633	651	24.396	1.503.636	762.167	2.447	82.303	5.236.578	2.829.023	12.714	717.714	77.108.733	33.224.700
Metalurgia	375	5.688	306.709	142.602	245	7.251	501.246	249.029	1.004	33.382	1.895.045	1.033.334	5.293	214.494	22.486.428	9.651.997
Mecânica	267	6.142	340.833	172.701	202	11.305	584.414	298.238	841	26.880	1.748.126	984.011	4.266	199.638	17.560.187	8.834.416
Mat. Elétrico e de Comunic.	89	1.004	62.395	35.331	65	3.092	132.260	70.844	266	9.682	675.895	329.556	1.804	136.419	12.606.550	6.240.877
Material de Transporte	281	2.989	108.283	53.999	139	2.748	285.716	144.056	336	12.359	917.512	482.122	1.351	167.163	24.455.568	8.497.410
(Diferença)	-	(688)	(59.421)	(28.197)	-	(1.055)	(36.221)	(19.380)	-	-	-	-	-	(14.016)	(1.649.480)	(814.609)
TOTAL	10.761	141.586	14.145.728	5.135.772	7.458	159.535	9.027.309	4.402.610	16.981	307.492	24.943.619	10.241.409	53.417	1.764.976	187.242.638	81.535.972

FONTE: dados brutos - FIBGE-Pesquisa Industrial-1973, FIBGE-Censo Industrial-1970

(1): ver critérios adotados nas estimativas no ANEXO B

(x): dado omitido na fonte.

QUADRO 6 - PARANÁ - ESTRUTURA INDUSTRIAL POR CATEGORIAS DE DEMANDA E GÊNEROS INDUSTRIAIS (1)

	1950				1960				1970						
	nº de es- tabeleci- mentos	Pessoal Ocupado		Valor da V.Transf. produção Industrial		nº de es- tabeleci- mentos	Pessoal Ocupado		Valor da V.Transf. Produção Industrial		nº de es- tabeleci- mentos	Pessoal Ocupado		Valor da V.Transf. Produção Industrial	
		L.D.P.	Total	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000		L.D.P.	Total	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000		L.D.P.	Total	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000
Bens de Consumo	2.056	10.249	13.927	2.025	676	3.381	19.788	25.988	31.567	8.721	5.613	88.433	39.049	2.290.448	739.624
Não Duráveis	1.819	7.699	10.942	1.921	612	2.768	15.575	20.806	30.425	8.037	4.546	21.421	30.005	2.112.777	659.169
Têxtil	18	1.287	1.379	95	33	43	1.958	2.141	1.964	551	151	3.623	4.351	467.951	140.471
Vest., Calçados e Artef. de Tecido	113	550	713	29	12	236	869	1.165	298	146	186	1.170	1.459	24.316	8.585
Produtos Alimentares	1.404	4.161	6.261	1.564	427	2.083	9.487	13.000	26.440	6.440	3.677	11.563	17.490	1.428.407	393.128
Bebidas	185	861	1.305	128	88	234	1.623	2.377	932	476	190	1.780	2.302	75.718	49.510
Fumo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	(x)	272	20.162	4.197
Editorial e Gráfica	71	646	1.017	56	32	140	1.410	1.796	550	311	303	2.949	3.795	78.074	52.184
Prods. Farmac. e Veterinários	3	49	57	3	2	5	83	119	39	29	6	(x)	128	7.028	5.735
Perfum., Sabões e Velas	25	145	210	46	18	26	145	208	202	84	31	156	208	11.121	5.359
Duráveis	237	2.550	2.985	104	64	613	4.213	5.182	1.142	684	1.067	7.012	9.044	177.671	80.455
Mat. de Transporte (parcial)	22	64	91	3	2	62	204	281	70	44	106	204	388	4.908	2.021
Mat. Eletr. e de Comun. (parcial)	-	-	-	-	-	9	17	22	13	6	3	5	11	223	137
Mobiliário	173	1.858	2.172	73	44	478	3.002	3.739	820	476	823	5.674	7.278	135.317	64.670
Diversos	42	628	722	28	18	64	990	1.140	239	158	135	1.116	1.342	37.223	13.627
Bens de Produção	1.366	17.353	20.262	1.141	691	2.945	34.965	41.627	15.340	8.616	5.041	60.554	72.925	1.972.562	899.389
Minerais não metálicos	582	4.352	5.261	124	94	973	5.852	7.382	1.768	1.211	1.428	9.652	12.474	182.346	119.390
Metalurgia	48	698	845	35	19	167	2.186	2.680	1.073	483	373	3.557	4.371	112.808	53.882
Borracha	-	-	-	-	-	2	14	19	7	4	67	491	681	28.323	12.947
Couros e Peles	99	753	900	59	20	114	1.063	1.272	522	235	86	1.019	1.192	30.507	13.918
Papel e Papelão	18	1.316	1.375	174	127	21	2.959	3.481	1.721	858	85	3.338	5.222	198.864	86.330
Madeira	561	8.798	10.159	614	352	1.459	19.518	22.722	8.062	4.593	2.307	32.839	37.325	784.870	373.805
Química	29	698	827	79	43	82	1.535	1.813	1.366	766	98	3.499	4.063	425.889	128.322
Prods. de Matéria Plástica	-	-	-	-	-	3	20	23	5	3	36	945	1.108	36.790	20.185
Mat. Elétrico e de Com. (restante)	3	34	44	1	1	16	296	369	136	73	104	656	851	15.695	8.798
Material de Transporte (restante)	7	75	96	5	3	63	687	861	289	150	177	1.644	1.999	50.810	27.266
Mecânica	19	629	755	50	32	45	835	1.005	422	240	280	2.807	3.518	105.660	54.546
Total-Ind. de Transformação	3.422	27.602	34.189	3.166	1.367	6.326	54.753	67.615	46.907	17.337	10.654	88.987	111.974	4.263.010	1.639.013

FONTE: FIBGE-Censos Industriais-1950, 1960 e 1970

Obs : Padrão monetário de 1967

(1) : Ver critérios de agregação no ANEXO A

(x) : não disponível

- : dado inexistente

QUADRO 7 - SANTA CATARINA - ESTRUTURA INDUSTRIAL POR CATEGORIAS DE DEMANDA E GÊNEROS INDUSTRIAIS (1)

	1950					1960					1970				
	nº de estabelecimentos	Pessoal Ocupado		Valor da V.Transf. Produção Industrial		nº de estabelecimentos	Pessoal Ocupado		Valor da V.Transf. Produção Industrial		nº de estabelecimentos	Pessoal Ocupado		Valor da V.Transf. Produção Industrial	
		L.D.P.	Total	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000		L.D.P.	Total	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000		L.D.P.	Total	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000
Bens de Consumo	2.274	18.251	22.211	1.425	611	2.377	25.711	30.558	13.559	5.767	3.787	43.143	50.701	1.414.079	608.143
Não Duráveis	2.132	15.799	19.436	1.336	556	1.820	20.620	24.436	12.419	5.026	2.825	35.482	41.379	1.287.128	535.894
Têxtil	77	9.234	9.483	406	245	138	11.632	12.433	3.863	2.052	243	20.508	21.931	454.509	256.015
Vest., Calçados e Art. de Tecido	77	617	748	28	15	112	1.040	1.214	318	173	232	2.287	2.733	37.163	16.822
Produtos Alimentares	1.665	4.449	6.577	784	229	1.244	6.014	7.961	6.929	2.215	1.905	9.667	12.703	646.931	207.759
Bebidas	198	584	906	54	34	172	624	1.005	392	227	231	724	1.169	28.810	15.630
Fumo	11	81	97	7	3	13	179	385	350	79	14	796	997	77.740	14.331
Editorial e Gráfica	73	588	844	21	14	99	726	949	208	121	154	1.015	1.282	16.238	10.706
Prods. Farmac. e Veterinários	4	66	73	7	4	5	121	153	92	47	10	213	253	11.966	8.029
Perfum. Sabões e Velas	27	180	238	29	12	37	284	336	267	112	36	272	311	13.771	6.602
Duráveis	142	2.452	2.775	89	55	557	5.091	6.122	1.140	741	962	7.661	9.322	126.951	72.249
Mat. de Transporte (parcial)	-	-	-	-	-	46	152	217	48	30	45	277	335	3.004	2.484
Mat. Elétrico e de Consumo (parcial)	-	-	-	-	-	3	4	5	22	2	7	71	82	4.548	1.502
Mobiliário	116	1.276	1.490	41	23	455	2.824	3.510	567	359	812	4.940	6.317	75.972	40.872
Diversos	26	1.176	1.285	48	32	53	2.111	2.390	502	350	98	2.373	2.588	43.427	27.391
Bens de Produção	(x)	16.129	20.032	904	529	3.491	25.682	31.746	10.118	6.077	4.994	52.938	62.574	1.421.572	760.688
Minerais não metálicos	645	2.192	2.998	50	41	781	4.190	5.180	850	615	1.003	7.603	9.853	106.700	70.122
Metalurgia	55	1.291	1.491	70	45	150	2.729	3.214	1.126	693	261	4.667	5.243	143.899	69.051
Borracha	(x)	2	3	1	0*	7	36	46	31	23	42	232	295	7.206	3.292
Couros e Peles	64	289	401	34	15	62	395	479	247	106	72	617	729	19.852	7.876
Papel e Papelão	28	913	1.050	51	29	68	1.860	2.415	1.340	780	97	4.435	4.989	167.380	100.328
Madeira	1.547	9.083	11.405	485	313	2.167	13.453	16.705	4.926	3.033	2.893	23.772	28.554	520.744	267.394
Química	46	1.157	1.344	163	56	151	847	1.112	477	234	192	1.725	2.024	55.769	29.408
Prods. de Matéria Plástica	-	-	-	-	-	2	283	317	194	100	18	2.296	2.437	138.021	84.021
Mat. Elétrico e de Com. (restante)	(x)	115	118	4	3	9	38	53	17	9	74	743	865	37.129	16.764
Mat. de Transporte (restante)	20	316	354	10	6	38	198	270	81	39	124	1.490	1.732	61.637	31.507
Mecânica	29	771	868	36	22	56	1.653	1.955	828	444	218	5.358	5.853	163.235	80.925
Total-Ind. de Transformação	4.715	34.380	42.243	2.329	1.140	5.868	51.393	62.304	23.677	11.844	8.781	96.081	113.275	2.835.651	1.368.831

FONTE: FIBGE-Censos Industriais-1950, 1960 e 1970

Obs: Padrão monetário de 1967

(1): Ver critérios de agregação no ANEXO A

* valor inferior à unidade

(x): não disponível

- dado inexistente

QUADRO 8 - RIO GRANDE DO SUL - ESTRUTURA INDUSTRIAL POR CATEGORIAS DE DEMANDA E GÊNEROS INDUSTRIAIS (1)

	1950					1960					1970				
	nº de estabelecimentos	Pessoal Ocupado		Valor da V.Transf. Produção Industrial		nº de estabelecimentos	Pessoal Ocupado		Valor da V.Transf. Produção Industrial		nº de estabelecimentos	Pessoal Ocupado		Valor da V.Transf. Produção Industrial	
		L.D.P.	Total	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000		L.D.P.	Total	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000		L.D.P.	Total	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000
Bens de Consumo	7.454	57.629	65.538	7.021	2.471	6.815	59.924	76.515	56.928	22.106	9.763	96.121	116.687	4.364.773	1.707.719
Não Duráveis	6.870	45.972	59.604	6.799	2.339	5.674	53.213	67.788	54.384	20.705	7.949	84.169	101.377	4.031.265	1.528.120
Têxtil	60	7.713	8.203	413	223	106	6.593	7.102	2.620	1.287	295	8.725	9.683	244.361	126.883
Vest., Calçados e Art. de Tecido	620	10.307	11.964	667	284	759	15.208	17.231	5.900	3.127	1.034	30.699	33.995	571.304	301.101
Produtos Alimentares	4.489	18.533	25.737	4.497	1.274	3.717	22.285	30.522	36.959	11.950	5.092	31.078	39.909	2.469.801	718.139
Bebidas	1.224	4.206	6.328	526	273	615	3.264	4.909	3.550	1.656	821	4.680	6.528	344.392	165.970
Fumo	87	1.771	2.347	391	127	57	1.876	2.481	2.878	1.222	48	2.677	3.037	202.085	91.888
Editorial e Gráfica	237	2.703	3.848	172	107	262	3.018	4.163	1.487	1.012	467	5.109	6.538	129.934	90.919
Prods. Farmac. e Veterinários	33	343	543	37	23	25	442	604	245	163	45	553	724	24.288	16.684
Perfum. Sabões e Velas	120	396	634	96	28	133	527	776	745	288	147	648	963	45.100	16.536
Duráveis	584	4.817	5.934	222	132	1.141	6.711	8.727	2.544	1.401	1.814	11.952	15.310	333.508	179.599
Mat. de Transporte (parcial)	42	127	191	6	3	192	185	407	84	52	117	68	223	2.596	1.025
Mat. Elétrico e de Comun. (parcial)	4	51	62	3	1	9	341	407	335	34	20	968	1.061	75.505	36.649
Mobiliário	356	3.020	3.683	144	82	719	3.620	4.800	1.419	860	1.276	7.249	9.415	164.799	85.746
Diversos	182	1.619	1.998	69	46	221	2.565	3.113	706	455	401	3.667	4.611	90.608	56.179
Bens de Produção	5.145	36.579	45.704	2.359	1.292	5.725	42.265	54.508	27.541	15.632	7.948	83.497	100.866	3.522.629	1.665.183
Minerais não metálicos	1.597	8.734	11.191	258	184	1.869	7.728	10.791	2.947	2.012	2.308	9.692	13.891	187.011	119.454
Metalurgia	278	7.429	8.326	489	296	515	10.394	12.620	5.749	3.352	989	21.208	23.770	690.509	359.925
Borracha	10	534	675	47	31	33	1.235	1.397	628	361	119	2.210	2.548	62.384	36.922
Couros e Peles	452	3.516	4.378	336	133	345	4.324	5.168	3.064	1.339	282	7.055	7.822	272.052	114.021
Papel e Papelão	45	1.622	1.839	93	53	62	2.372	2.691	1.447	888	80	3.863	4.188	94.859	51.314
Madeira	2.465	10.182	13.793	662	393	2.424	8.058	11.506	4.352	2.512	2.533	10.876	14.962	276.341	149.791
Química	143	1.531	1.963	316	103	146	2.184	3.097	5.908	3.165	239	5.884	6.947	1.080.994	379.724
Prods. de Matéria Plástica	4	10	17	1	0*	7	115	140	49	29	87	1.035	1.250	41.622	21.219
Mat. Elétrico e de Comun. (restante)	8	88	107	5	3	26	623	732	513	277	223	3.336	3.870	170.441	72.423
Material de Transporte (restante)	46	744	859	29	20	120	2.203	2.680	1.197	669	256	6.548	7.452	256.967	132.071
Mecânica	97	2.189	2.556	121	75	178	3.029	3.686	1.687	1.028	832	11.790	14.166	389.449	228.319
Total-Ind. de Transformação	12.599	87.358	111.242	9.380	3.763	12.541	102.189	131.023	84.469	37.738	17.711	179.618	217.553	7.887.402	3.372.902

FONTE: FIBGE-Censos Industriais-1950, 1960 e 1970

Obs : padrão monetário de 1967

(1) : ver critérios de agregação no ANEXO A

* valor inferior à unidade

QUADRO 9 - SÃO PAULO - ESTRUTURA INDUSTRIAL POR CATEGORIAS DE DEMANDA E GÊNEROS INDUSTRIAIS (1)

	1950					1960					1970				
	nº de estabelecimentos	Pessoal Ocupado		Valor da Produção Industrial Cr\$ 1.000	V. Transf. Industrial Cr\$ 1.000	nº de estabelecimentos	Pessoal Ocupado		Valor da Produção Industrial Cr\$ 1.000	V. Transf. Industrial Cr\$ 1.000	nº de estabelecimentos	Pessoal Ocupado		Valor da Produção Industrial Cr\$ 1.000	V. Transf. Industrial Cr\$ 1.000
		L.D.P.	Total				L.D.P.	Total				L.D.P.	Total		
Bens de Consumo	15.164	270.295	320.106	32.936	13.488	21.036	339.014	434.752	332.232	140.988	27.821	512.617	606.869	32.133.501	14.334.907
Não Duráveis	13.337	244.793	289.415	31.159	12.430	16.604	281.203	357.062	277.066	112.252	22.161	399.873	472.664	24.644.447	10.791.932
Têxtil	1.543	142.074	155.236	11.746	5.174	2.149	146.459	163.377	87.126	36.956	3.251	169.052	185.312	6.705.401	3.068.664
Vest., Calçados e Art. de Tecido	1.588	24.314	28.218	2.139	980	3.278	36.861	44.405	22.717	10.517	4.087	68.356	78.637	2.306.973	1.010.138
Produtos alimentares	7.914	45.644	61.468	12.676	3.444	8.590	57.204	83.730	115.110	36.221	11.102	93.388	116.797	10.087.737	3.155.253
Bebidas	957	9.008	12.079	1.309	870	689	9.606	16.040	12.834	7.262	1.025	13.828	19.233	948.880	514.756
Fumo	17	2.973	3.201	473	271	19	2.426	3.084	4.490	2.696	10	2.654	2.936	341.676	255.749
Editorial e Gráfica	945	13.133	18.299	1.269	790	1.439	18.520	25.920	14.234	8.174	2.185	32.864	41.653	1.565.674	1.028.122
Prods. Farmac. e Veterinários	152	4.965	7.534	884	623	156	6.728	14.755	11.984	6.824	207	12.713	18.694	1.653.600	1.196.643
Perfumar, Sabões e Velas	221	2.682	3.380	664	278	284	3.399	5.731	8.571	3.602	294	7.018	9.405	1.034.526	562.619
Duráveis	1.827	25.502	30.691	1.777	1.058	4.432	57.811	77.690	55.166	28.735	5.660	112.744	134.205	7.489.054	3.542.975
Mat. de Transporte (parcial)	76	426	572	28	11	242	8.977	13.430	20.820	10.240	175	29.349	33.904	3.977.647	1.536.685
Mat. Elétrico e de Com. (parcial)	71	1.849	2.121	153	85	199	8.494	11.794	10.234	4.544	186	14.323	16.722	1.163.755	602.194
Mobiliário	1.084	13.454	16.381	840	508	2.849	22.361	29.398	12.984	6.977	3.596	35.937	44.096	1.113.359	612.791
Diversos	596	9.773	11.617	756	454	1.142	17.979	23.068	11.128	6.974	1.703	33.135	39.483	1.234.293	791.305
Bens de Produção	7.910	178.789	209.438	18.397	9.792	14.552	308.707	393.457	324.716	159.867	21.958	573.326	682.208	33.238.598	16.625.923
Minerais não metálicos	3.505	44.567	51.987	2.488	1.742	5.515	54.902	67.840	26.582	17.947	6.569	78.168	95.893	2.415.738	1.563.519
Metalurgia	1.118	44.143	51.299	4.214	2.212	2.576	71.150	86.731	59.965	27.646	4.389	126.030	148.938	7.148.245	3.247.598
Borracha	57	6.014	7.513	1.454	758	181	11.254	15.144	25.559	13.850	398	20.428	23.760	1.629.861	871.725
Couros e Peles	459	4.449	5.353	522	198	547	5.684	6.926	4.219	1.748	405	6.225	7.259	227.655	95.818
Papel e Papelão	190	11.950	13.148	1.261	597	373	18.887	22.319	22.274	9.739	618	33.300	38.444	1.871.812	889.758
Madeira	1.376	12.136	15.083	1.054	542	1.926	11.476	15.258	7.021	3.583	1.768	13.576	17.360	493.833	252.597
Química	394	23.931	26.863	3.203	1.666	668	32.743	45.177	69.588	30.214	1.069	45.255	57.478	6.344.320	2.885.607
Prods. de Mat. Plástica	67	2.076	2.457	178	104	226	5.484	7.115	4.570	2.366	899	25.934	29.888	1.285.542	682.587
Mat. Elétrico e de Com. (restante)	163	8.668	9.812	1.021	516	478	21.926	28.165	23.610	10.447	1.444	59.379	69.162	3.136.656	1.661.694
Mat. de Transporte (restante)	137	6.914	9.024	1.807	741	870	34.723	46.166	48.982	24.995	1.214	72.343	84.226	4.073.231	1.902.727
Mecânica	444	13.941	16.899	1.195	716	1.192	40.473	52.016	32.345	17.332	3.185	92.688	109.797	4.611.685	2.572.281
Total-Ind. de Transformação	23.074	449.084	529.544	51.333	23.280	35.588	647.721	828.209	656.948	300.854	49.779	1.085.943	1.289.077	65.372.099	30.960.830

FONTE: FIBGE-Censos Industriais-1950, 1960 e 1970

Obs : Padrão monetário de 1967

(1) : Ver critérios de agregação no ANEXO A

QUADRO 10 - BRASIL - ESTRUTURA INDUSTRIAL POR CATEGORIAS DE DEMANDA E GÊNEROS INDUSTRIAIS (1)

	1950					1960					1970				
	nº de es- tabelecí- mentos	Pessoal Ocupado		Valor da V.Transf./ Produção Industrial		nº de es- tabelecí- mentos	Pessoal Ocupado		Valor da V.Transf./ Produção Industrial		nº de es- tabelecí- mentos	Pessoal Ocupado		Valor da V.Transf./ Produção Industrial	
		L.D.P.	Total	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000		L.D.P.	Total	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000		L.D.P.	Total	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000
Bens de Consumo	54.344	705.278	847.046	74.217	29.934	65.018	777.491	982.294	657.409	272.572	90.526	1.089.171	1.326.362	58.124.627	25.049.359
- Não duráveis	49.677	648.386	779.254	70.769	27.939	53.731	677.718	851.853	582.346	233.010	72.787	906.821	1.099.928	48.661.630	20.457.155
Têxtil	2.941	308.501	338.035	20.026	9.359	4.272	297.303	328.297	148.009	64.839	5.309	314.537	342.839	10.823.995	4.976.927
Vest., Calçados e Art. de Tecido	5.076	65.725	76.464	4.650	2.034	7.639	82.564	97.999	40.272	19.271	8.613	142.494	164.512	3.933.949	1.782.971
Produtos Alimentares	32.705	178.476	234.311	34.303	9.763	33.534	192.493	266.103	284.987	88.987	46.815	289.157	372.401	25.542.676	7.178.391
Bebidas	4.354	28.919	39.253	3.348	2.111	3.044	28.830	43.880	27.950	15.626	4.798	41.230	58.619	2.195.112	1.234.514
Fumo	252	11.539	13.008	1.474	680	278	10.832	13.169	13.167	7.049	144	12.524	14.509	1.115.677	699.831
Editorial e Gráfica	2.749	34.766	49.367	3.031	1.899	3.389	42.992	60.625	26.954	16.212	5.526	72.019	97.087	2.936.666	1.958.090
Prods. Farmac. e Veterinários	551	11.922	17.533	2.078	1.336	504	13.229	27.066	23.034	13.493	522	20.747	30.801	2.498.160	1.802.672
Perfum. Sabões e Velas	959	8.538	11.283	1.859	751	1.071	9.475	14.714	17.973	7.534	1.060	14.113	19.160	1.615.395	823.759
- Duráveis	4.667	56.892	67.792	3.448	2.001	11.287	99.773	130.441	75.063	39.562	17.739	182.350	226.434	9.462.997	4.592.204
Mat. de Transporte (parcial)	193	862	1.182	49	22	645	10.463	15.553	21.558	10.647	588	31.521	36.733	4.116.668	1.607.870
Mat. Elétrico e de Com. (parcial)	115	3.300	3.775	300	165	264	13.296	18.188	16.515	7.531	269	18.572	21.846	1.419.232	745.091
Mobiliário	2.882	32.538	38.802	1.781	1.030	8.160	48.619	63.471	21.714	11.878	13.127	80.933	105.322	2.078.768	1.116.058
Diversos	1.477	20.192	24.033	1.318	784	2.218	30.131	37.910	15.276	9.506	3.755	51.324	62.533	1.848.329	1.123.185
Bens de Produção	27.810	389.781	462.568	32.911	17.650	43.575	612.552	771.368	522.897	268.937	70.361	1.081.468	1.308.268	58.390.916	28.227.961
Minerais não metálicos	12.777	107.372	128.928	4.835	3.428	18.146	131.705	163.680	53.383	35.509	25.367	183.968	236.506	4.853.764	3.134.408
Metalurgia	2.221	89.682	102.826	8.137	4.469	4.850	146.991	174.279	124.252	63.747	9.681	227.134	266.928	14.528.696	6.158.995
Borracha	119	8.861	10.861	1.723	902	339	15.378	20.878	29.842	15.976	974	27.994	32.863	1.978.049	1.038.598
Couros e Peles	2.104	17.455	21.196	1.630	627	2.350	19.833	24.715	12.765	5.894	2.032	22.294	26.392	767.885	343.733
Papel e Papelão	441	22.261	24.959	2.132	1.072	764	34.237	40.925	35.108	16.038	1.178	57.019	66.994	2.845.516	1.364.271
Madeira	7.562	55.265	68.486	3.634	2.009	11.196	69.640	87.822	31.203	17.481	14.812	109.528	135.979	2.662.381	1.343.221
Química	1.148	38.600	44.656	5.259	2.364	1.774	54.981	76.518	105.771	46.595	2.645	81.658	104.367	12.691.813	5.330.978
Prods. de Mat. Plástica	104	2.568	3.057	214	123	295	7.432	9.683	7.988	4.617	1.311	36.598	42.566	1.925.012	999.477
Mat. Elétrico e de Comun. (restante)	226	10.639	11.999	1.201	598	695	25.388	32.268	24.156	11.210	2.886	79.481	93.639	4.063.903	2.123.545
Mat. de Transporte (restante)	346	14.797	19.000	2.428	1.040	1.415	49.601	65.246	57.605	29.948	2.731	103.187	121.603	5.434.764	2.634.532
Mecânica	762	22.281	26.600	1.718	1.018	1.751	54.580	70.671	40.824	22.022	6.744	152.607	180.431	6.639.133	3.756.203
Total-Ind. de Transformação	82.154	1.095.059	1.309.614	107.128	47.584	108.593	1.390.043	1.753.662	1.180.306	541.609	160.887	2.170.639	2.634.630	116.515.543	53.277.320

FONTE: FIBGE - Censos Industriais - 1950, 1960 e 1970

obs : Padrão monetário de 1967

(1) : Ver critérios de agregação no ANEXO A

6 - POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR COMO FATOR DE UNIFICAÇÃO DO ESPAÇO ECONÔMICO NACIONAL - INTRODUÇÃO

Após 1930, o desenvolvimento industrial da região Sudeste começou a definir a divisão regional do trabalho na economia brasileira. Em outros termos, começa a processar-se a divisão regional do trabalho nacional, em substituição ao conjunto de economias regionais com circularidades específicas de reprodução, determinadas principalmente pelas suas relações com o exterior.

Medidas de caráter político-institucional foram tomadas no sentido de "implantação de um projeto de estado nacional unificado".³⁶ A primeira delas, foi a supressão das barreiras alfandegárias existentes entre os Estados, que se consubstanciavam na forma de um imposto estadual sobre as importações provenientes de quaisquer outros Estados; instituiu-se o Imposto de Consumo sobre todas as mercadorias produzidas no país; suprimiu-se a capacidade de legislação que os Estados detinham sobre o comércio exterior, passando essa para a alçada da União. A política de gastos do Governo Federal também teve uma participação decisiva neste processo, com a implantação de estradas de rodagem

³⁶ OLIVEIRA, Francisco de, op. cit, p.65

que tornava fisicamente possível a circulação nacional de mercadorias produzidas no Sudoeste. Esse fator veio reforçar significativamente o poder de competição dos produtos manufaturados produzidos nesta região, em relação aos produtos (incipientemente) produzidas nas regiões receptoras. Por outro lado, a ampliação das comunicações inter-regionais reforçou o fluxo de matérias-primas e alimentos de outras regiões para a região que se industrializava.

Neste processo de implantação de um projeto de Estado Nacional Unificado, a Política de Comércio Exterior, desde o apogeu da guerra, foi usada com um mecanismo eficiente, principalmente no que se refere ao direcionamento dado ao objetivo nacional perseguido na época, que era o da industrialização.

O objetivo central da análise nesta etapa do trabalho, prende-se à verificação de como a Política de Comércio Exterior atuou para a unificação do espaço econômico nacional e que tipo de mecanismos foram usados na sua implementação. Pretende-se também verificar até que ponto esta política veio em prejuízo do setor agrícola interno e externo, principalmente naquelas regiões onde a base econômica ainda é agropecuária.

Tendo em vista este objetivo o período total foi dividido em seis subperíodos, caracterizados por mudanças significativas na política estudada, ou seja, 1947/53, 1953/57, 1957/61, 1961/64, 1964/68 e 1968/75.

6.1 - PERÍODO 1947/53 .

A utilização do mecanismo cambial teve como princípio básico a criação de condições externas favoráveis à industrialização. Este princípio foi muito bem retratado na manutenção de uma taxa cambial fixa, desde o período anterior à guerra até 1953. Este fato constituiu-se num grande benefício ao setor industrial, o qual podia realizar suas importações — no sentido de reaparelhar o setor defasado pela guerra — a uma taxa de câmbio irreal, se se considerar a presença de um crescente processo inflacionário interno. Por outro lado, esta política estimulou também o crescimento de outros tipos de importação (em geral bens supérfluos) — dado o pouco controle exercido pelo governo no mercado de divisas nos primeiros anos do pós-guerra — que resultaram em prejuízos imediatos para a grande maioria das indústrias que não podiam enfrentar tal concorrência.

"A política descrita não poderia ser mantida em caráter permanente, sob o risco de produzir substanciais problemas de pagamentos para o país." ³⁷ Assim, a partir de 1947, foram introduzidos maiores controles nas transações cambiais. O primeiro deles, foi a obrigatoriedade — imposta em 1947 — da transferência ao Banco do Brasil de uma parcela crescente das cambiais adquiridas por todos os bancos do país. ³⁸ A imposição des-

³⁷ VEIGA, Alberto & SCHUH, G. Eduard - Política cambial e exportações agrícolas no Brasil, 1947-68 - In Agricultura em São Paulo, IEA - São Paulo, USP/IPE - 1976 - p.4.

³⁸ Em 1947 esta parcela correspondia a 35% das cambiais, passando a 75% em 1948.

sa medida pode-se enquadrar num mecanismo de centralização de recursos, para atender os interesses localizados na região que se industrializava, uma vez que, cabia ao Banco do Brasil a distribuição dessas divisas para a importação, de acordo com a essencialidade e o interesse nacional. Sendo que esses dois tipos de importação eram considerados os mais prioritários.

Dentro do progressivo e necessário controle das transações cambiais, o governo instituiu, em 1948, o sistema de licenciamento prévio para a maioria das importações e exportações. Com as restrições quantitativas para as importações procurava-se corrigir os desequilíbrios do Balanço de Pagamentos, enquanto que para as exportações esse sistema visava a dois objetivos: "evitar o acúmulo de moedas inconversíveis e contribuir para a redução das pressões inflacionárias através do aumento da oferta para consumo doméstico".³⁹

A utilização desse sistema teve também como objetivo, além daqueles já mencionados, a criação de condições internas favoráveis à industrialização. Dessa forma, pelo lado das importações, esse sistema dificultava bastante a realização de importações de bens que já eram produzidos internamente, pois aproximadamente 85% da oferta de divisas eram destinadas a categoria de bens considerados essenciais, não disponíveis internamente. Em outros termos, esse sistema revelou-se bastante favorável ao setor industrial, pois de um lado este setor dispunha das divisas necessárias para a importação de máquinas e equipamentos e de outro ficava, até certo ponto, protegido da concorrência de pro-

³⁹ MALAN, Pedro S. et alii / Política econômica externa e industrialização (1939/52)-Rio de Janeiro, IPEA/INPES-1977-p.170.

dutos industriais estrangeiros. Pelo lado das exportações, esse sistema às limitava bastante, — excetuando-se as exportações de café, que desde o princípio estavam desvinculadas desse sistema — "pois só era concedida licença para os excedentes das quantidades consumidas e industrializadas no país no ano anterior, acrescidos de 7%. No entanto, poderia ser negada a licença, caso surgisse a necessidade de formar estoques para garantir o fornecimento do mercado interno".⁴⁰

Nota-se, portanto, que dentro daquele objetivo do sistema de licenciamento, já mencionado anteriormente, os controles quantitativos impostos para as exportações cumpriram a importante função de garantir o abastecimento interno, quer seja de matérias-primas para o setor industrial, como também de alimentos, necessários para manter baixos os custos de reprodução da força de trabalho urbana. Com isso, estava-se também combatendo a inflação, pois com a garantia de oferta interna de matérias-primas e alimentos, impedia-se, de certa forma, que os preços desses produtos se elevassem demasiadamente. Isto possibilitou, ao setor industrial, manter controlados seus custos e por conseguinte permitiu a manutenção de uma taxa elevada de acumulação no setor.

Apesar dos rígidos controles impostos pelo governo no mercado de divisas, os déficits no Balanço de Pagamentos ainda persistiam em ocorrer. Isto levou o governo, no período 1949/53, a introduzir algumas pequenas mudanças no sistema de licenciamen-

⁴⁰ VEIGA, Alberto & SCHUH, G. Edward, op.cit, p.4.

to. Sobretudo no que diz respeito às exportações. As principais mudanças foram: a introdução das "operações vinculadas" e a exclusão de vários produtos do sistema de licenciamento. As "operações vinculadas" visavam "reduzir o imposto negativo do câmbio fixo sobre as exportações, pois, através das mesmas, os exportadores vendiam suas cambiais diretamente a importadores, mediante um prêmio".⁴¹ Em síntese, "tais medidas visavam, em expandindo às exportações, conter os constantes déficits no Balanço de Pagamentos".⁴²

Resumindo, pode-se dizer que, no período 1947/53, a Política de Comércio Exterior utilizou apenas dois mecanismos de atuação, quais sejam: o cambial e o das restrições quantitativas. Estes dois mecanismos tiveram funções importantes dentro da Política de estímulo a industrialização que se desenvolvia na região Sudeste. Ambos, foram manipulados no sentido de criar as condições internas e externas favoráveis à industrialização.

Entende-se por condições internas e externas favoráveis à expansão industrial, como sendo: do lado da oferta — barateamento dos equipamentos e matérias primas importadas, contenção dos preços e dos bens de consumo e de massa, e da demanda — reserva de mercado interno às indústrias nacionais (nacionalização do mercado).

É interessante observar agora, até que ponto o setor agrícola foi prejudicado pela Política de Comércio Exterior, posta em prática no período 1947/53.

⁴¹ VEIGA, Alberto & SCHUH, G. Edward, op.cit., p.6.

⁴² ZOCKUN, Maria Helena G.P. et alii. A Agricultura e a Política Comercial Brasileira - São Paulo, USP/IPE, 1976- p.26.

Freqüentemente se afirma que a manutenção da taxa de câmbio fixa, desde o período anterior à guerra até 1953, prejudicou o desempenho do setor agrícola de exportação. Esta questão parece um tanto controversa; pois ao se tomar o caso particular do café, — que correspondia a mais de 50% do valor exportado no período — verifica-se que a decisão de não desvalorizar a taxa cambial não prejudicou o desempenho do setor. Isto porque, na medida em que se mantinha a taxa cambial sobrevalorizada, "taxava-se implicitamente as exportações de café, cuja demanda era sabidamente inelástica em relação ao preço".⁴³ Com isso impedia-se, de certa maneira, que se ampliassem os estímulos à produção interna de café, que fatalmente iriam se refletir num declínio dos preços internacionais, que haviam experimentado uma espetacular ascensão desde o pós-guerra, como se pode observar no quadro a seguir. Esta elevação dos preços internacionais do café, talvez tenha sido o principal fator de sustentação da política de não desvalorização da taxa cambial, pois temia-se que a mesma jogasse por terra o preço do produto no mercado internacional e acentuasse o processo inflacionário.

⁴³ MALAN, Pedro S. et alii, *op.cit*, p. 168.

PREÇO MÉDIO DO CAFÉ NO MERCADO INTERNACIONAL 1945/63

ANOS	PREÇO MÉDIO POR SACCA 60kg - U\$
1945	16,18
1946	22,41
1947	28,17
1948	28,05
1949	32,61
1950	58,34
1951	62,79
1952	66,07
1953	70,05
1954	86,83
1955	61,61
1956	61,27
1957	59,05
1958	53,36
1959	41,98
1960	42,37
1961	41,86
1962	39,24
1963	38,27

Fonte: IBC (Anuário Estatístico do Café)

"No tocante a outras exportações que não as de café, a evidência aparentemente indica que a decisão de não desvalorizar teve efeitos negativos. Seu quantum declinou de um índice de 100 em 1948 para um índice de 46 em 1952".⁴⁴ Isto ocorreu talvez, em decorrência da própria política cambial (fixa), que na presença de um crescente processo inflacionário, tendia a eliminar progressivamente da falta de exportação aqueles produtos de menor rentabilidade.

Por outro lado, se se considerar que a captação de di-

⁴⁴MALAN, Pedro S. et alii, op.cit, p. 169.

visas no mercado internacional — necessárias para a importação de máquinas e equipamentos para o setor industrial — dependia basicamente do setor agrícola, parece muito pouco provável que a política cambial viesse a prejudicar sensivelmente este setor. O que efetivamente pode-se pensar é que a taxa cambial foi realmente manipulada para atender os interesses localizados na região que se industrializava, mas sempre procurando resguardar um suposto limite mínimo de remuneração ao produtor de produtos primários, pois sem isto, seria muito difícil manter a atividade.

É importante destacar que, apesar dos desestímulos a determinadas exportações agrícolas, representados pela taxa cambial fixa e pelos controles quantitativos, o setor agrícola em geral foi beneficiado pelo desvinculamento concedido às importações de insumos e equipamentos agrícolas do regime de licenciamento prévio. Estes produtos tinham alta prioridade no critério de alocação de divisas, o que lhes conferia disponibilidade de recursos a custo subsidiado.

6.2 - PERÍODO 1953/57

Este período pode ser caracterizado como de transição da Política de Comércio Exterior, no qual várias modificações foram introduzidas, no sentido de adequar a Política às novas condições da economia, decorrentes do processo de industrialização e das alterações no mercado internacional.

No início de 1953, foi introduzido o sistema de taxas múltiplas de câmbio, que veio substituir o sistema de licenciamento prévio, em vigor até então. De acordo com esse sistema,

"a demanda de divisas era atendida por duas taxas de câmbio: a oficial, para a importação de bens essenciais e remessas do governo e a de mercado livre, para as demais importações".⁴⁵ Partindo-se do pressuposto que a taxa cambial no mercado livre fixava-se (naturalmente) sempre acima da taxa oficial, pode-se inferir que esta alteração veio em benefício do setor industrial interno, uma vez que, elevava o custo de determinadas importações, estimulando a sua produção internamente, ao mesmo tempo que mantinha baixos os preços das importações essenciais ao setor.

Outra modificação ocorreu no final do ano de 1953, com a introdução do sistema de leilões de câmbio para as importações. "As taxas efetivas para as importações se obtinham nestes leilões onde a oferta de divisas era determinada pelas autoridades monetárias de acordo com a essencialidade das categorias, que eram em número de cinco. Esse sistema implicava num ágio às importações igual à diferença entre a cotação do dólar no leilão e a taxa oficial de câmbio".⁴⁶ Por outro lado, havia importações que podiam ser efetuadas sem a necessidade de se recorrer aos leilões, quais sejam: importações governamentais, importações de material de impressão, trigo, filmes, livros, revistas, petróleo e seus produtos, carvão, etc. Estas importações pagavam pela divisa somente o que se denominou "o custo de câmbio".⁴⁷

Este sistema de leilões de câmbio para a maioria das im-

⁴⁵ZOCKUN, Maria Helena G.P. et alii, op.cit, p.19.

⁴⁶ZOCKUN, et alii, op. cit, p.19.

⁴⁷O "custo de câmbio" se situava em torno da taxa média para as exportações, que representava a menor taxa cambial nesse sistema.

portações, também revelou-se bastante favorável à industrialização no período. Isto porque, sendo o governo responsável pela alocação de divisas nas categorias de importações sujeitas a leilão, ele poderia ofertar a maior parcela das divisas disponíveis para aquelas categorias consideradas essenciais para o desenvolvimento industrial. Com isso, impedia-se, de certa forma, que as taxas de câmbio para essas categorias se elevassem e onerássemos custos desses tipos de importações. Por outro lado, a importação daqueles bens, enquadrados nas categorias consideradas não essenciais, tornavam-se bastante difíceis e onerosas. Isto porque, na medida em que se restringia a oferta de divisas para essas categorias, acirrava-se a competição para a obtenção das mesmas no leilão, resultando numa substancial elevação da taxa cambial final para a importação desses bens, tornando-as, por conseguinte, desestimulantes.⁴⁸ Isto de certo modo, protegia as indústrias internas produtoras desses bens.

Pelo lado das exportações, várias alterações na Política de Comércio Exterior foram introduzidas, no sentido de atenuar os entraves que impediam a manutenção de um volume adequado de exportações, necessárias para o desenvolvimento do país.

O regime de taxas múltiplas de câmbio, instituído em princípios de 1953, consistia em quatro taxas cambiais, quais sejam: "a oficial para os produtos tradicionais (cacau, café e alguns outros), e outras três taxas flutuantes obtidas como resultado

⁴⁸ Segundo cálculos apresentados pelo Conselho de Política Aduaneira (1973), a taxa de câmbio para as categorias de importações não essenciais, chegava a ser até sete vezes superior à taxa mínima representada pelo "custo de câmbio".

da combinação, em proporções diferentes, da taxa fixa oficial e a de mercado livre, para as demais mercadorias".⁴⁹ Contudo, esse sistema não trouxe os resultados esperados, isto porque os exportadores fizeram grandes pressões no sentido de igualar as taxas de câmbio ao nível da mais elevada, e essa expectativa provocava retenção indesejada de estoques.

Em decorrência disto, em outubro de 1953, a Política Comercial foi novamente reformulada. Voltou-se ao sistema da taxa cambial fixa suplementada por bonificações. As exportações foram divididas em duas categorias: uma para café e outra para os demais produtos exportáveis, sendo que a bonificação para os outros produtos era o dobro daquela para o café. No entanto, esta alteração não trouxe os resultados esperados, — de diversificação da pauta de exportação — pois devido a inflação interna as bonificações perdiam seu valor real rapidamente.

Em 1955, nova alteração foi introduzida na forma da divisão dos produtos exportáveis em quatro categorias, de acordo com a necessidade de maior ou menor bonificação. Por esta sistemática, aqueles produtos tradicionais da pauta, como café, cacau, etc, obtinham um nível de bonificação menor, enquanto aqueles produtos mais elaborados obtinham um nível de bonificação mais elevado.

De 1955 a 1957, dentro do processo de liberalização das

⁴⁹ZOCKUN, et alii, op. cit, p.26.

exportações, era contínuo o fluxo de transferências de produtos para categorias com bonificações mais elevadas e dessas para o mercado livre de câmbio, sempre tendo como limite a categoria de bonificação mais elevada. Contudo, essas alterações não suprimiram as restrições quantitativas, que continuaram em vigor, devido a preocupação do governo com o abastecimento interno.

É importante salientar que essas bonificações eram pagas com parte da receita proveniente dos leilões de câmbio para as importações.

Em síntese, pode-se dizer que, apesar das modificações introduzidas na Política de Comércio Exterior, esta não perdeu as características básicas do período anterior, ou seja, o da criação das condições internas e externas favoráveis à industrialização.

Pelo lado das importações, o mecanismo cambial, neste período, revelou-se o mais importante na seletividade das compras externas. Função esta, que era desempenhada pelos controles quantitativos no período anterior, uma vez que, a taxa cambial era fixa e valorizada em termos reais. A função de controlar as importações, nesta fase, foi desempenhada pelo mecanismo cambial, sob a forma de: taxas cambiais mais elevadas para determinados bens, já produzidos internamente e também da restrição da oferta de divisas para categorias de bens considerados não essenciais, sujeitas a leilão de câmbio.

Quanto às exportações, apesar da manutenção dos controles quantitativos do período anterior, — pois temia-se que a su-

pressão dos mesmos, prejudicassem o abastecimento interno, gerando pressões inflacionárias — pode-se dizer que houve uma certa liberalização das mesmas, uma vez que, era interêsse do governo manter um volume adequado de exportações, necessárias ao desenvolvimento do país. Para tanto, várias alterações foram introduzidas na Política Cambial, no sentido de estimular as exportações, principalmente aquelas não tradicionais da pauta. O principal estímulo utilizado foi sem dúvida as bonificações, que variavam de acordo com a categoria de produtos que se pretendia estimular. É importante ressaltar que, as bonificações para as categorias de produtos mais elaborados eram sempre superiores as categorias de produtos "in natura". Isto talvez, em decorrência da baixa competitividade que apresentavam estes produtos no mercado internacional; constituindo-se — as bonificações — num autêntico subsídio a este tipo de exportação.

No entanto, estas bonificações pagas aos exportadores não se constituíram em estímulos suficientes a esperada diversificação da pauta, pois as mesmas eram fixas e frente ao processo inflacionário, perdiam rapidamente seu valor real. E mesmo depois, quando eram reajustadas periodicamente, não surtiram efeito, pois quando tais ajustamentos eram efetuados, os produtores já haviam vendido suas colheitas.

6.3 - PERÍODO 1957/61

Em 1957, dentro do processo da gradual simplificação do sistema de taxas cambiais vigentes, o governo agrupou as importações em duas categorias: especial e geral, suplementadas pela incidência de novas tarifas "ad valorem", com alíquotas diferen-

ciadas entre as duas categorias.

A categoria especial de importação era basicamente constituída de bens que já eram produzidos internamente, enquanto que na categoria geral predominavam as matérias-primas, equipamentos e outros bens de produção e também bens de consumo em geral, que ainda não fossem produzidos internamente. À primeira categoria, estava sujeita a tarifas que se situavam em torno de 150%, enquanto que na segunda, as tarifas incidentes raramente ultrapassavam 80%. Por outro lado, a taxa cambial para a categoria especial poderia se situar duas ou três vezes acima da taxa para a categoria geral, uma vez que, quem controlava a alocação da oferta de divisas era o governo.

Esta alteração no sistema de importação, revela, mais uma vez, o caráter protecionista dispensado às indústrias internas, quer na forma de impedir a concorrência com produtos manufaturados estrangeiros, quer na forma de possibilitar importações essenciais a custos menores.

É importante ressaltar que, neste período, um outro mecanismo de defesa esteve em ação, ou seja, o tarifário, que veio substituir o das taxas múltiplas de câmbio do período anterior. Este mecanismo aliado ao cambial, foram os responsáveis pela manutenção das condições externas e internas favoráveis à industrialização. A Política tarifária, atuou como um mecanismo de reserva de mercado nacional às indústrias aqui instaladas. Verificando-se ao longo do período, alterações nas tarifas daqueles produtos que começavam a ser produzidos internamente.

Quanto às exportações, de acordo com o gradual processo de liberalização das exportações, já mencionado anteriormente, foi sendo permitido aos produtos das categorias mais altas (com maior nível de bonificação) se processarem no mercado livre de câmbio. Resultando no final de 1961 toda a pauta de exportação era convertida à taxa livre de câmbio. Esta medida melhorou substancialmente a situação dos produtos exportáveis em comparação com a fase anterior, pois a conversão das divisas, oriundas da exportação, no mercado livre de câmbio, elevava substancialmente a remuneração dos exportadores. No entanto, deve-se ressaltar que o regime de licenciamento ainda vigorava neste período. "No âmbito fiscal não se concedia praticamente nenhuma isenção à exportação, que ficava sujeita a toda gama de impostos internos incidentes sobre as atividades do mercado interno, além de estar sujeita ao imposto de exportação".⁵⁰

6.4 - PERÍODO 1961/64

Antes de proceder-se a análise do período em estudo, faz-se necessário retrocedê-la um pouco aos períodos anteriores, no sentido de facilitar a interpretação das alterações ocorridas na Política de Comércio Exterior neste período.

Desde o pós-guerra até 1961 o mecanismo cambial foi manipulado no sentido de viabilizar a Política de Industrialização

⁵⁰ZOCKUN, et alii, op.cit, p.28.

Substitutiva, posta em prática ao longo do período. Em outros termos, o câmbio foi manipulado no sentido de possibilitar a importação de bens de capital e insumos básicos a custos menores, necessários ao desenvolvimento industrial do país. "Ao assegurar câmbio de forma privilegiada aos importadores de equipamentos e insumos industriais em geral, o governo restringia a capacidade de importação de bens finais de consumo. A elevação conseqüente dos preços destes últimos, no mercado interno, estimulava a sua substituição por produtos locais. Os recursos para o financiamento das indústrias substituidoras de importações eram, assim retirados ao setor exportador, mediante taxas diferenciais de câmbio, e ao conjunto da população, em conseqüência da elevação dos preços relativos dos bens cuja oferta estava sendo restringida".⁵¹

Sem dúvida, os exportadores de café poderiam ter sido os principais opositores à Política Cambial do período, pois os demais grupos exportadores não detinham peso importante no processo de decisão política da economia. O principal fator que reprimiu a manifestação desta oposição foi, sem dúvida, a espetacular elevação do preço internacional do café, iniciada em 1948/49 que estendeu-se até 1954 (vide quadro da p.). "Devido aos ganhos de intercâmbio, a renda real cresceu rapidamente e o café não cedeu renda em termos absolutos aos importadores. Unicamente não se apropriou integralmente dos ganhos oriundos da melhoria na relação de trocas, o que atenuou suas reivindicações".⁵²

⁵¹ FURTADO, Celso - Análise do "Modelo" Brasileiro; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 24 e 25.

⁵² LESSA, C. op.cit, p.9.

De 1954 em diante os preços internacionais do café começaram a declinar e em decorrência disto, toda e qualquer alteração na sistemática cambial teria forçosamente que resguardar um suposto limite mínimo de remuneração ao setor, pois sem isto seria muito difícil manter a atividade. É importante ressaltar que este setor era e continua sendo muito importante em termos de mercado internacional, pois dele dependia, em grande parte, a captação de divisas, necessárias às importações de máquinas, equipamentos e insumos industriais, prioritários ao desenvolvimento do processo de "Substituição de Importações".

Em 1961, com a reforma cambial, ocorre uma importante alteração na Política do Comércio Exterior. A partir deste ano, o mecanismo cambial, perde sua importância como instrumento de fomento à industrialização e de seleção do investimento, ou seja, os artificialismos cambiais amplamente utilizados no período de "Substituição de Importações", neste ano foram suprimidos. "Em síntese, a reforma eliminou a concessão de subsídios, via sistema cambial, unificou os tipos de câmbio e fundiu os antigos mercados estaques, estabelecendo mecanismos mais automáticos para a determinação da taxa de câmbio".⁵³

A reforma cambial para se realizar, encontrava apoio nos seguintes fatores: necessidade de conter os déficits do Balanço de Pagamentos; necessidade de promover e estimular as exportações deprimidas pela queda dos preços internacionais; necessidade de reforçar financeiramente o Tesouro Nacional e combater a inflação interna. É importante ressaltar que ao desvalorizar-se

⁵³ Ibidem, p. 80.

a taxa cambial, estava-se elevando o custo de todas as importações, inclusive daquelas consideradas essenciais à industrialização nos períodos anteriores. Isto veio em benefício das indústrias internas produtoras de máquinas e equipamentos, pois neste período já se fazia presente um importante setor supridor deste tipo de bens.

Antes ainda de entrar na análise do período propriamente dito, faz-se necessário verificar, ainda que sumariamente, em que condições encontrava-se a economia do país.

O triênio 1962/64 é caracterizado como um período de aguda crise na economia brasileira. O ritmo de crescimento começa a diminuir, atingindo seu nível mais baixo neste triênio. "O ritmo de inflação não mais estava sob controle, tendo-se observado taxas anuais de mais de 100% em meados de 1964. O Balanço de Pagamentos revelava dificuldades devido à estagnação e desorganização das exportações e ao baixo nível das entradas de capitais privado e públicos".⁵⁴

A crise, como não poderia ser de outra forma, afetou a formulação da Política de Comércio Exterior, tornando-a bastante instável no período, principalmente no que se refere às exportações.

Em março de 1961, através da instrução 204 da SUMOC, pro-

⁵⁴ BAER, Werner - A recente experiência brasileira de desenvolvimento: uma interpretação - in. Pesquisa Planejamento econômico 3 (2), p.267.

cedeu-se a uma reforma na Política Cambial, que tinha como principais motivações: o agravamento do desequilíbrio externo e a necessidade de reforçar financeiramente o Tesouro.

De acordo com essa reforma, as importações da categoria geral, com raras exceções, passaram a se processar pelo mercado de taxa cambial livre, eliminando-se com isso, o âgio cambial para essa categoria. Por outro lado, a categoria especial continuava na dependência da aquisição de certificados de compra de câmbio nos leilões e também sujeita ao licenciamento prévio.

Outra alteração, decorrente da reforma cambial, foi a introdução do "depósito prévio" para a maioria das importações. Esta medida visava aumentar a receita governamental para fazer frente à súbita perda de receita proveniente dos âgios e ajudar a controlar a inflação interna.

Quanto ao mecanismo tarifário não houve alterações significativas neste período, ocorrendo somente modificações nas alíquotas de alguns produtos, no sentido de as adequar às novas indústrias que vinham sendo estimuladas.

Nota-se, portanto, que a reforma cambial ocorrida no período, além de possibilitar o aumento da receita governamental, reprimiu também a tendência a expansão das importações subsidiadas que se delineava no início dos anos 60. Isto ficou evidenciado na introdução do "depósito prévio" e na passagem da categoria geral de importações para o mercado livre de câmbio, pois estas alterações, elevavam substancialmente o custo das importações, mesmo daquelas consideradas essenciais anteriormente.

Os objetivos da reforma cambial, sob o ponto de vista da industrialização, são muito bem delineados por LESSA, que diz: "Assim, a reforma estabeleceria reserva de mercado mais eficiente para a indústria nacional de bens de capital, ao aumentar os preços relativos dos equipamentos. Tais consequências, que num passado não remoto ao elevarem o custo do investimento teriam sido negativas para o processo de industrialização a estimular, eram particularmente atraentes para uma economia na qual já se fazia presente um setor importante supridor de bens de capital. O nível de atividade e ritmo de crescimento deste setor estavam, sem dúvida, em parte dependentes de preços relativos favoráveis à concorrência do equipamento produzido internamente a reserva de mercado interno que a reforma, parcialmente, viria atender".⁵⁵

Do lado das exportações, em maio de 1961, um novo sistema foi aplicado às negociações das cambiais provenientes da exportação do café, estas não mais seriam integralmente negociadas no mercado de câmbio livre. Por esta nova sistemática, os exportadores de café entregariam ao Banco do Brasil, sem compensação, U\$ 22,00 (ou seu equivalente em outra moeda) por saca de 60 Kg, sendo o restante negociado no câmbio livre. A essa operação denominou-se "quota de contribuição", que estava sujeita a ajuste caso a taxa livre de câmbio ultrapassasse certos limites mínimos e máximos. "Esses recolhimentos, seriam empregados para atender às despesas com a execução da política de defesa dos preços externos, expansão do consumo e os encargos relativos ao aperfeiçoamento

⁵⁵ LESSA, C. op.cit, p.81.

mento da lavoura ou de sua parcial substituição por outras mais mais aconselháveis".⁵⁶

"O estabelecimento das quotas de retenção correspondeu à montagem formalizada de uma tributação diferencial das exportações, providência imprescindível para a unificação do processo de formação da taxa de câmbio. No passado, a impossibilidade de tributar as exportações, via imposição fiscal dado o preceito constitucional, conduziu ao estabelecimento de taxas múltiplas de câmbio, aplicadas às exportações. A elevada diferença de produtividade das diversas atividades de exportação no Brasil possibilita a política de retenção de excedentes, financiada com recursos do setor exportador de alta produtividade e obrigando uso de distintos níveis de conversão de divisas, segundo a natureza de produto de exportação".⁵⁷

Em outubro de 1961 o mercado cambial seria dividido em dois: para as transações financeiras, envolvendo serviços e capitais, e para transações comerciais, para exportações e importação. "Entretanto, essa separação acabou provocando o aparecimento de um terceiro mercado, o "mercado paralelo", no qual era feito um grande número de operações comerciais e financeiras".⁵⁸ Em consequência disso, em dezembro reunificaram-se os dois mercados, vigorando para o mesmo uma única taxa fixa de câmbio, valorizada frente à inflação interna. Esta reunificação dos mercados resultou no surgimento da figura do "boneco", que consistia numa bo-

⁵⁶ Conforme Instrução 204, ítem VII (a).

⁵⁷ LESSA, C. op.cit, p.80.

⁵⁸ VEIGA, Alberto & SCHUH, G. Edward, op.cit, p. 29.

nificação paga aos exportadores pelos importadores, tendo como intermediários os Bancos particulares. Esta instrução foi, de certa forma, um retorno à Política Cambial anterior a 1953, quando vigorava uma taxa de câmbio única e fixa.

A partir de maio de 1962, ocorreram sucessivas desvalorizações da taxa cambial, no sentido de reduzir a pressão sobre as exportações. Em agosto do mesmo ano, passou-se a um sistema de câmbio "livre" controlado, onde o dólar era cotado segundo sua posição relativa no mercado. Em síntese, pretendia-se ao reajustar-se as taxas cambiais — assegurando um processo de formação da taxa tendente a acompanhar o ritmo da inflação — atender à necessidade de um estímulo à ampliação das exportações e também reforçar o mecanismo defensivo da indústria nacional produtora de equipamentos.

Em princípios, estas medidas resultaram numa redução da importância do mercado paralelo [e] do "boneco". No entanto, dada a lentidão dos reajustes nas cotações, mantendo-se a situação de supervalorização, o "boneco" tornou-se uma parte permanente do mercado, prevalecendo até fevereiro de 1964. ⁵⁹

A taxa cambial, que se encontrava fixa desde abril de 1963, foi liberada somente em 19 de fevereiro de 1964, através da instrução 263. Esta instrução, estabeleceu taxas fixas para a exportação de café, açúcar e petróleo, enquanto que as demais ex-

⁵⁹As taxas de câmbio de Cr\$ 0,46000/US\$ e Cr\$ 0,47500/US\$, introduzidas em setembro de 1962, foram reajustadas para Cr\$ 0,60000/US\$ e Cr\$ 0,62000/US\$ somente em abril de 1963.

portações deveriam ser efetuadas a taxas livremente estabelecidas. Essa medida resultou numa rápida elevação da taxa cambial que dobrou já no próprio mês de fevereiro, próxima ao nível em que se encontrava no mercado paralelo. Esta instrução revelou-se bastante favorável as exportações não tradicionais, pois elevava substancialmente a remuneração das mesmas.

Portanto, pode-se dizer que, no período 1961/64 as tendências gerais da Política de Comércio Exterior dirigida ao setor exportador foram bastante instáveis, alternando medidas restritivas com medidas liberalizadoras. Isto talvez em decorrência das mudanças porque passou a vida política do país durante esse período.

Concluindo, convém ressaltar que a reforma cambial, processada neste período, — eliminando a concessão dos subsídios — suprimiu o poder orientador do mecanismo cambial, ou seja, o câmbio perde sua importância como instrumento de fomento à industrialização e de seleção do investimento. Esta função passa a ser desempenhada pelo mecanismo de depósitos prévios, os quais através de tratamentos diferenciados (a princípio importações realizadas por entidades públicas; de trigo, petróleo e derivados, papel e artigos de imprensa, fertilizantes, inseticidas, e bens de produção sem similar nacional, estavam isentas desse recolhimento, no entanto, posteriormente foi reduzida a gama de produtos isentos deste recolhimento) disciplinam as importações. Como foi constatado anteriormente, a instituição dos depósitos prévios, também cumpriram as funções de reforçar financeiramente o Tesouro Nacional e proteger a indústria nacional de bens de capital interna.

Portanto, a captação de recursos financeiros neste período não mais seria processada através das taxas diferenciais de câmbio. Esta função seria desempenhada basicamente pela instituição dos depósitos prévios e pelos confiscos cambiais do café e cacau

6.5 - PERÍODO 1964/68

Neste período, a economia brasileira ainda encontrava-se em crise, só dando mostras de recuperação a partir de 1968. "Nenhum analista jamais será capaz de explicar com certeza se o declínio da taxa de crescimento a partir de 1962 se deveu a diminuição das possibilidades da "substituição de importações" ou à inquietação político—social dos primórdios da década de 60. A apreciação retrospectiva corrente sugeriria que a continuação da estagnação nos anos de 1964/67 deveu-se a vários fatores: as medidas de estabilização adotadas nesses anos; a inevitável defasagem entre a aplicação das várias reformas no mercado de capital e financeiro e seus efeitos, bem como entre a realização dos vários estudos de viabilidade para a expansão da infra-estrutura das indústrias pesadas e a implantação desses projetos; e, finalmente, o hiato de tempo necessário para convencer os investidores internos e externos (oficiais e privados) de que o novo regime e o controle que exercia sobre a economia eram suficientemente estáveis para assumir compromissos substanciais".⁶⁰

⁶⁰ BAER, Werner, 1973, op.cit, p.272.

Para FURTADO, a alteração do esquema de financiamento do setor público teria sido o principal responsável pela extensão da crise até 1967. Afirma que: "Tudo indica que o setor público teve nesse período responsabilidade fundamental, tanto na redução do nível de emprego, quanto no aumento da pressão inflacionária. O ponto de partida desse processo parece estar na reforma cambial de 1961, a qual provocou fundo de desequilíbrio, que somente será eliminado anos depois, mediante progressivas reformas fiscais. O salto para alcançar a "verdade cambial", dado pelo Presidente Quadros sem as precauções necessárias, acarretou um desequilíbrio no esquema de financiamento do setor público, cujas conseqüências não foram percebidas na época. No triênio 1958-1960, o saldo dos ágios havia representado para o governo federal uma fonte de recursos tão importante quanto o Imposto de Renda, ou seja, cerca de um terço da renda tributária da União. Sua eliminação provocou, em 1961, uma queda em termos reais de 15 por cento na receita da União (tributária mais saldo de ágios). Em 1964 a União não havia recuperado o nível de receita (não consideradas as autarquias) de 1960".⁶¹

A instável política econômica posta em prática desde 1961 resultou em grandes déficits no Balanço de Pagamentos e crescente dívida externa. Diante desse quadro, o novo governo organizou-se no sentido de suprimir gradualmente todos os controles artificiais sobre o mercado de divisas.

⁶¹ FURTADO, Celso, 1975, op.cit, p.32.

Em novembro de 1966 foram tomadas duas importantes medidas no sentido de liberalizar a política de importações e de tornar a tarifa aduaneira o instrumento mais atuante na seleção das importações.⁶² A primeira medida extinguiu a categoria especial de importações, levando toda a pauta a se processar pelo mercado de taxa cambial livre. A segunda proporcionava uma redução geral das tarifas aduaneiras.

Em decorrência dessas alterações, os bens que estavam incluídos na categoria de câmbio especial perderam relativamente a proteção proporcionada pelas tarifas aduaneiras, pois a faixa de tarifas que os protegiam caiu de 180 a 220% para uma de 60 a 100%. Esta redução de tarifas, resultou num aumento significativo das importações dessa categoria de bens (em geral bens de consumo). "A idéia geral era de aumentar a eficiência da indústria brasileira por meio de uma competição real ou uma ameaça. Depois que algumas indústrias começaram a sentir essa competição, foram restauradas algumas medidas protecionistas, muito embora o nível geral das tarifas tenha sido mantido baixo".⁶³

Pelo lado das exportações a política cambial, adotada a partir de 1964, transferia para o regime de taxa livre de câmbio todas as exportações, embora mantivesse a "quota de contribuição" do café e introduzisse essa modalidade de imposto sobre a exportação de outros produtos não manufaturados. Isso ocorreria, por exemplo, com carne, entre 1965 e 1967 e com a exportação de couro, entre 1966 e 1968.

⁶² Resolução nº 41 do Banco Central e Decreto-Lei nº 63 de 1/03/67.

⁶³ BAER, Werner, 1977, op. cit., p.211.

Durante esse período, várias medidas foram tomadas no sentido de ampliar as possibilidades de comércio de manufaturas de produção nacional. "O parque industrial brasileiro já se apresentava bastante desenvolvido em relação aos anos 40 e possuía, aos custos vigentes na época, uma capacidade de produção superior àquela correspondente ao poder aquisitivo do consumidor. A abertura para o exterior poderia, talvez, num período de ressessão interna, contribuir para aliviar as pressões econômicas que se faziam notar".⁶⁴

A razão da não participação do Brasil no mercado internacional de manufaturas antes de 1964 é esclarecido por SINGER, que diz: "O fato se explica pela orientação geral dada à industrialização brasileira desde os seus primórdios, qual seja, a de substituição de importações no mercado interno. Também as multinacionais, ao investir na indústria brasileira, visavam sobretudo a conquistar posições no mercado interno do país".⁶⁵

Nesta explicação, FURTADO vai mais além, afirmando: "É sabido que a industrialização baseada na substituição de importações tende a desqualificar as indústrias para a exportação. A substituição avança pela cota de elevação dos preços internos com respeito aos dos produtos importados. No Brasil a diferença entre os dois níveis de preços foi sempre considerável em razão de que, mesmo as indústrias com efetivas vantagens comparativas (decorrentes dos preços internos das matérias-primas e da mão-de-

⁶⁴VEIGA, Alberto & SCHUH, G. Edward, op.cit, p.38.

⁶⁵SINGER, Paul - A crise do "Milagre", 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e terra, 1977 p.90.

obra) passaram a ser fortemente protegidas a partir da introdução de controles quantitativos das importações e das taxas de câmbio diferenciais. A essa situação se deve que a substituição de importações tenha sido levada tão longe e que o avanço considerável da industrialização não haja capacitado nenhum setor manufatureiro a penetrar nos mercados exteriores".⁶⁶

Voltando a Política de estímulos à exportação de manufaturas, implementada neste período, pode-se dizer que, construiu-se todo um aparato político-institucional que possibilitassem o aumento e a diversificação das exportações de manufaturas, consideradas essenciais para o crescimento e proteção da economia contra os efeitos de flutuações de preços de alguns produtos. Nos seus traços mais sumários, esta política consistiu: na supressão do imposto estadual sobre exportações; na simplificação dos procedimentos administrativos exigidos dos exportadores e na adoção de vários incentivos fiscais para a promoção das mesmas. Cabe ainda destacar, que a Política Cambial mais realista, adotada em princípios da década de 60, foi também de grande importância dentro do esquema promocional montado no período. "Essa política consistiu na desvalorização do cruzeiro em intervalos frequentes, porém não previsíveis. Esse expediente evitava que a taxa cambial se tornasse supervalorizada em virtude da inflação interna, além de conter a especulação contra o cruzeiro e impedir, efetivamente, que a taxa cambial constituísse uma questão política!"⁶⁷

⁶⁶FURTADO, Celso, 1975, op.cit, p.54.

⁶⁷BAER, Werner, 1973, op.cit, p. 272.

É interessante observar que em nenhum momento esta política faz referência à exportação de produtos primários, permanecendo sobre estas as mesmas condições que vigoravam nos períodos anteriores. No entanto, produtos de origem agrícola que sofressem qualquer processo de transformação, poderiam usufruir dos benefícios decorrentes desta política.

Concluindo o período, convém destacar a instabilidade do mecanismo tarifário, pois o mesmo perde a característica básica dos períodos anteriores, ou seja, o da proteção dispensada às indústrias internas. Isto se verificou na forma de uma redução geral das tarifas aduaneiras, que resultaram em prejuízos imediatos para a maioria das indústrias internas, que não poderiam enfrentar a concorrência com produtos importados, dada a grande diferença de custo que sempre existiu entre ambos. No entanto, apesar de posteriormente serem novamente elevadas, as tarifas nunca chegaram a recompor a proteção verificada nos períodos anteriores, pois foram mantidas a níveis mais baixos.

Quanto às exportações, a Política de Comércio Exterior, no período, volta-se completamente à promoção das exportações de manufaturados, pois estas eram consideradas essenciais para o crescimento da economia. Esta vinculação do crescimento da economia à política promocional de exportação de manufaturados é enfatizada por FURTADO que diz: "Em tais condições, indústrias que se confrontavam com mercados internos menos dinâmicos — como são as produtoras de bens de consumo corrente — e que operavam com capacidade ociosa, encontrariam nas exportações uma forma de reduzir os custos médios, o que por seu lado poderia acarretar uma

ampliação do próprio mercado interno".⁶⁸

Por outro lado, as exportações agrícolas ficaram marginalizadas do processo promocional dirigido às manufaturas. No entanto, apesar de persistirem os confiscos, contingenciamentos, entre outros, incidentes na exportação desses produtos, pode-se dizer que os mesmos foram beneficiados, pela política promocional, de uma forma indireta, uma vez que, as sucessivas desvalorizações da taxa cambial configuravam-se numa elevação da remuneração do setor exportador em geral (mais cruzeiros por dólar exportado).

6.6 - PERÍODO 1968/75

Este período, sob a ótica do crescimento econômico, pode ser dividido em dois subperíodos distintos. O primeiro, que vai de 1968 a 1973, é caracterizado como um período no qual a economia experimentava altas taxas de crescimento, o qual foi denominado de fase do "Milagre Brasileiro". Nesta época, o país se defrontou com condições extremamente favoráveis no comércio internacional, experimentado uma elevação de 25% nas relações de troca. O nível de preços das exportações brasileiras se elevou em 75% enquanto o índice de preços de importação acusou um crescimento de apenas 35%. O segundo período, que se inicia em fins de 1973 e estende-se até o presente, é caracterizado como de crise na economia, pois não mais se observava altas taxas de crescimento, em comparação com o subperíodo anterior. As condições fa-

⁶⁸FURTADO, Celso, 1975, op.cit, p.55.

voráveis no mercado internacional deixam de existir, em decorrência da recessão mundial, por sinal, muito própria do sistema capitalista mundial, do qual o Brasil é integrante. Essas condições desfavoráveis se consubstanciaram, basicamente, em drástico aumento de preços dos produtos de grande peso em nossa pauta de importações e redução da demanda mundial por produtos brasileiros de exportação. Essas novas condições colocaram o país frente a sério problema no Balanço de Pagamentos.

Essas condições distintas da economia afetaram sensivelmente a formulação da Política de Comércio Exterior, principalmente no que se refere as importações, tornando-a mais agressiva no período de crise. Em outros termos, procurava-se adequar a política as novas condições impostas pela conjuntura internacional. No que diz respeito às exportações, a evidência aparentemente indica que não houve grandes modificações na política promocional implementada desde o período anterior. O que ocorreu de fato, foi a intensificação do sistema promocional como alternativa viável para amenizar os déficits na conta corrente do país.

Passa-se agora ao exame da Política de Comércio Exterior, relativa as importações no período.

"Em janeiro de 1968 todas as alíquotas do imposto de importação foram elevadas de 5 pontos de porcentagem. Um ano mais tarde o Decreto-Lei nº 398 elevava em 100 pontos a tarifa de numerosos bens que até março de 67 faziam parte da categoria especial. Compensava-se, desta forma, a perda de proteção representada pela extinção dos âgios. Essas medidas, contudo, não repuseram, de uma forma geral, a proteção tarifária de 1966. Manteve-se ao longo do período o sentido algo liberalizador da legis-

lação sobre importações como consequência da ação deliberada do governo no sentido de atingir rapidamente altas taxas de crescimento da renda. Poucas foram as restrições não tarifárias às importações, ocorrendo tão somente alterações de alíquotas, cuja média se manteve de 1968 a 1973 em torno de 48%".⁶⁹

Esse sentido algo liberalizador da política de importações, no período, deve estar relacionado a fase de expansão da economia, já referido anteriormente, na qual esta política só foi possível de ser mantida, graças ao acentuado crescimento das exportações e às facilidades do financiamento externo, decorrente das perspectivas favoráveis do sistema capitalista internacional. Por outro lado, esta política liberal parece ter repercutido negativamente na indústria interna, produtora de bens de capital.

Esta posição é defendida pelo trabalho "A Política Brasileira de Comércio Exterior e seus Efeitos: 1967/73, que diz: "O fato é que o sentido liberal da Política de Comércio Exterior predominou, como já ressaltado, pelo menos em relação a novos segmentos industriais. A política de isenções ou reduções tarifária praticada pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, do Ministério da Indústria e Comércio, é bem significativa nesse sentido. Pode-se, mesmo argumentar que a indústria nacional de bens de capital sofreu, em consequência dessa orientação, algum desestímulo ao seu crescimento".⁷⁰

⁶⁹ZOCKUN, et. alii, op.cit, p.22.

⁷⁰DOELLINGER, Carlos Von, et alii, - A política brasileira de comércio exterior e seus efeitos: 1967/73 - Rio de Janeiro - IPEA/INPES - 1974, p.53.

De fins de 1973 em diante, altera-se completamente o panorama na economia brasileira, como já foi mencionado, as condições favoráveis no mercado internacional modificavam-se voltando-se contra o país, as elevadas taxas de crescimento deixam de ser observadas, os déficits no Balanço de Pagamento elevam-se de forma exagerada, enfim a economia entra em crise. Essas condições adversas, tanto interna como externa, exigiram da Política de Comércio Exterior maior agressividade, nos últimos anos.

Em 1974, tomaram-se providências na forma de elevação em 100 pontos nas alíquotas de numerosos ítems, dada a perspectiva desfavorável quanto a evolução do comércio internacional. Todavia, com o agravamento da crise do Balanço de Pagamentos, outras medidas mais drásticas foram tomadas. "Em dezembro de 1975 foi estabelecido o depósito prévio para todas as importações, em montante equivalente a 100% do valor importado, que seria retido pelo prazo de 360 dias. Apenas ítems mais essenciais, ou aqueles provenientes de áreas em que o Brasil houvesse firmado acordos, ou ainda aqueles vinculados às exportações, ficaram livres do licenciamento. Em fevereiro de 1976 foi proibida pelo prazo de 4 meses a importação de 300 produtos considerados supérfluos".⁷¹

É oportuno destacar, que os insumos agrícolas importados continuaram recebendo tratamento preferencial: eram pouco tributados pelo imposto de importação ou estavam isentos. No entan-

⁷¹ ZOCKUN et alii, op cit. p.24

to, alguns desses insumos, cuja produção doméstica é estimulada, ficam eventualmente, sob algum regime especial de importação, quando os preços internacionais estiverem abaixo do custo interno. (por exemplo, fertilizantes fosfatados e nitrogenados).

Pelo lado das exportações esse início de período é considerado o marco da abertura econômica, no qual se deixava um longo processo de substituição de importações e ingressava-se vigorosamente no caminho da promoção às exportações. Fortalecia-se a Política Fiscal como instrumento de incentivo às exportações, criando mecanismos que visavam elevar o poder de concorrência dos produtos manufaturados nacionais no mercado externo. Desta forma consolidava-se a Política de Estímulos a exportação de manufaturas implementada no período anterior.

"Por outro lado, esse programa ativado a partir de 1968, teve o efeito de ampliar a discriminação contra os produtos agrícolas "vis a vis" os manufaturados. A persistente queda verificada na taxa cambial em termos reais é atenuado (ou até mesmo compensado) pelo prêmio fiscal, ao qual os produtos agrícolas ("in natura") não têm acesso. Todavia, sofrendo algum processo de industrialização, esses produtos passam a ser taxáveis pelo IPI no mercado interno, e desse modo adquirem automaticamente o direito ao crédito fiscal do imposto, na exportação, que é a forma pela qual se concede grande parte do prêmio".⁷² "Contudo, a situa-

⁷² Ibidem, p.39 e 40.

ção extremamente favorável no mercado internacional nos últimos anos (1971/72), em relação a muitos produtos agrícolas, tem compensado em parte esta possível desvantagem. Argumenta-se, por outro lado, que esta desvantagem seria apenas aparente, já que a agricultura, ao contrário da indústria, disporia de vantagens comparativas no mercado externo, em termos de custo de fatores".⁷³

Neste esquema promocional, dirigido às exportações de manufaturados, o mecanismo cambial teve papel relevante, com a introdução da Política de "Cambio Flexível" a partir de agosto de 1968. Antes desta implantação, o câmbio permanecia constante por longos períodos, acarretando quedas significativas da taxa de cambio real, devido as substanciais elevações de preços resultando em desestímulos a expansão das exportações, enquanto nova desvalorização não viesse corrigir a situação. Esta defasagem, observada acima, foi corrigida com a introdução da nova sistemática de desvalorização (conhecida como minidesvalorizações cambiais). De acordo com essa sistemática as alterações cambiais deveriam ser feitas com maior frequência e em menores percentuais, de forma que possibilitasse manter a relação razoavelmente constante entre o valor real da moeda nacional e o dos demais países com os quais o Brasil mantém o grosso de suas relações comerciais.

6.7 - CONCLUSÃO

A análise até aqui desenvolvida prendeu-se na verifica-

⁷³ DOELLINGER et alii, op. cit, p.47.

ção de como a Política de Comércio Exterior contribuiu para a industrialização do país. É oportuno agora, estendê-la um pouco mais e verificar o que isso significou para as outras regiões, que não o Sudeste que se industrializava.

Antes de iniciar-se o processo de desenvolvimento industrial do país, localizado basicamente em São Paulo, a nação era constituída de um arquipélago de economias, com pouca comunicação entre si, nas quais a acumulação era determinada basicamente pelas suas relações com o Exterior. Em síntese, ainda, não existia uma divisão regional do trabalho nacional na economia.

Em linhas gerais estas economias funcionavam da seguinte maneira: basicamente, o fluxo de exportação para o exterior era constituído de um ou dois produtos, que se revelavam setores dinâmicos dessas regiões, dos quais a renda era dependente. Do outro lado, o fluxo de importação do exterior era constituído de manufaturas em geral e alimentos, excetuando-se aqueles incipientemente produzidos internamente (por exemplo, produtos oriundos da indústria têxtil nordestina).

Com a expansão industrial verificada na região Sudeste, ocorre um processo de destruição da forma de reprodução do capital naquelas regiões já constituídas, inclusive o Sudeste. "Não se nota o mesmo efeito em relação a uma região como o Centro-Oeste: aqui, a redivisão regional do trabalho comandada pela expansão capitalista do Sudeste tomou claramente as formas de "criação" e não de "destruição": é a expansão pecuária em direção a Minas e Goiás, a do café e da pecuária em direção a Mato Grosso; é a expan-

são do café sobre o Paraná". ⁷⁴

Como ficou evidenciado, na análise até aqui desenvolvida, a Política de Comércio Exterior foi muito importante para a expansão industrial da região Sudeste. Esta evidência foi constatada pela criação de mecanismos político-institucionais, que possibilitavam a imposição do interesse industrial (do Sudeste) ao conjunto do país.

Este processo teve início com a supressão das barreiras alfandegárias existentes entre os Estados, que se configuravam num imposto estadual de importação. Esta medida possibilitava uma ampliação considerável de mercado para os produtos produzidos na região Sudeste. Também foi de grande importância neste processo, a supressão da capacidade de legislação sobre o comércio exterior que cada estado detinha. A imposição dessa medida pode-se enquadrar num mecanismo de centralização das decisões sobre comércio exterior, que tinha como objetivo, atender os interesses localizados na região que se industrializava.

Uma vez consolidada a centralização das decisões sobre Política de Comércio Exterior, vários mecanismos de política foram utilizados no sentido de estimular e promover as indústrias substituidoras de importações, que se instalavam na região Sudeste, e também no sentido de reservar o mercado nacional a essas indústrias.

⁷⁴ OLIVEIRA, Francisco de, op.cit, p.67.

O mecanismo cambial, foi sem dúvida, muito importante neste processo, pois desde o pós-guerra até o início da década de 60, o câmbio foi manipulado no sentido de viabilizar a política de industrialização substitutiva, posta em prática neste período. Primeiramente, foi a manutenção da taxa cambial fixa que permitiu ao setor industrial do Sudeste realizar importações a custos irreais, — considerando-se o crescente processo inflacionário que se fazia presente — necessárias a sua expansão. Os recursos necessários a essas importações eram retiradas do setor exportador, não só do Sudeste como também das demais regiões. A proporção destes recursos regionais se deu na forma da obrigatoriedade — imposta em 1947 — da transferência ao Banco do Brasil de uma parcela crescente das cambiais adquiridas por todos os Bancos do país. Estava-se, em verdade, na presença de um mecanismo de centralização de recursos; que tinha como finalidade, atender a demanda de divisas proveniente do setor industrial da região Sudeste.

O câmbio fixo mostrava-se, ao mesmo tempo, ser favorável ao setor industrial do Sudeste e desfavorável ao setor exportador das demais regiões. Isto porque, na medida que se mantinha a taxa cambial fixa na presença de inflação crescente, reduzia-se a remuneração dos exportadores de produtos primários, ou seja, menos o cruzeiro por dólar exportado. Excessão seja feita ao café, no qual a evidência aparentemente indica, que a decisão de não desvalorizar o câmbio não prejudicou o desempenho deste setor, como já foi discutido anteriormente.

A expropriação de recursos regionais, aliada a introdução

do licenciamento prévio; em 1948, para a maioria das importações, impedia que as regiões, exceto o Sudeste, pudessem realizar sistematicamente suas importações do exterior. Com a imposição destas medidas, estas regiões teriam forçosamente que se abastecer de produtos manufaturados oriundos da região que se industrializava, a custos mais elevados, em comparação com os produtos vindos do exterior. Em outros termos, com essas medidas procurava-se reverter o fluxo normal de importações de manufaturas do exterior — que supria praticamente a totalidade dos mercados regionais, inclusive o do Sudeste — para o setor industrial do país, basicamente localizado em São Paulo. No fluxo de exportação, das regiões constituídas para o exterior, pouca alteração ocorreu, permanecendo a predominância de produtos primários com mercado externo garantido, uma vez que, este setor era muito importante para a captação de divisas, necessárias às importações do setor industrial. Todavia, as exportações daqueles produtos primários considerados essenciais à expansão industrial (basicamente matérias-primas e alimentos) eram bastante limitadas pelos controles quantitativos, que tinham como função principal garantir o abastecimento interno desse tipo de produtos.

Nota-se, portanto, que a redivisão regional do trabalho nacional atribui às regiões uma certa especialização na produção de valor, ou seja, uma região polo - na qual se faz presente um importante setor industrial - especializando-se na produção de manufaturas para atender o mercado nacional, enquanto que as demais regiões especializando-se na produção de alguns produtos primários de exportação e também produtos de mercado interno (basicamente matéria-prima industrial e alimentos para abastecer os

grandes centros urbanos). O fato da região Sudeste especializar-se na produção de manufaturados, não significa que a mesma deixe de produzir produtos primários. O que ocorre de fato, é que esta região passa a dedicar-se a uma produção mais capitalizada, que não só permite o abastecimento do amplo mercado regional, como também possibilita a que os excedentes sejam exportados para as demais regiões, com vantagem comparativa de custos, por exemplo, produção de algodão, de cana-de-açúcar, de produtos pecuários, entre outros.

Os efeitos da "Integração Nacional", sobre as economias regionais antigas, são relacionadas por Francisco de Oliveira, que afirma: "As disparidades são, concretamente, o sinal do movimento diferencial de acumulação nas relações entre os "Nordestes" e o Centro-Sul, e assiste-se à destruição ou fechamento de fábricas, à invasão de produtos agrícolas do Centro-Sul, a ritmos de acumulação diferencial que implicavam, no final, no predomínio das mercadorias do Centro-Sul sobre as do "Nordestes", em todos os setores. "Nordeste açucareiro" perde posição de forma alarmante, o próprio setor têxtil entra em decadência, o próprio "Nordeste algodoeiro-pecuário" começa a perder terreno para o algodão herbáceo produzido no Centro-Sul". O efeito inicial destruidor sobre os "Nordestes" somente ocorrem porque nestes existiam "economias regionais", com circularidades específicas do processo de reprodução".⁷⁵ O que não ocorre com as regiões no-

⁷⁵ OLIVEIRA, Francisco de, op.cit, p.66.

vas de expansão de fronteira agrícola, nas quais a expansão capitalista, comandada pelo Sudeste, tomou claramente as formas de "criação" e não de "destruição". Neste grupo inclui-se a região Norte do Paraná, praticamente desabitada e com quase nenhuma comunicação com o Sul, na qual a expansão cafeeira, oriunda de São Paulo, encontra pouca resistência. Esta expansão é nitidamente comandada, por São Paulo, quer na forma de criação de um sistema de produção e comercialização, como também na implantação de estradas e ferrovias, que completava a ligação umbilical do Norte do Paraná com São Paulo. Isto não só possibilitava a exportação da produção através do Porto de Santos, mas também permitia a que os produtos paulistas tivessem acesso ao mercado da região em constituição. Tanto isto é verdade, que por longo período, caracterizava-se a região Norte do Paraná como um segmento da economia paulista.

Ao longo da década de 50, as alterações ocorridas na Política de Comércio exterior - decorrentes das novas condições de economia, tanto interna como externa - vieram reforçar o processo de Unificação do Espaço Econômico Nacional, através da introdução de mecanismos que possibilitavam a manutenção da imposição do interesse nacional (industrialização) ao conjunto do país.

Pelo lado das importações, os mecanismos utilizados nessa década foram: taxas múltiplas de câmbio; leilões de câmbio e tarifário. A utilização destes mecanismos tinham como princípio básico, possibilitar importações essenciais ao setor industrial, a custos reduzidos e também impedir que produtos estrangeiros, já produzidos internamente, tivessem acesso ao mercado na-

cional. Nota-se, portanto, que essas alterações na Política de Comércio Exterior, relativas as importações, vieram dar continuidade ao processo de reversão do fluxo de importações para o setor industrial do Sudeste, uma vez que, as demais regiões encontravam dificuldades na realização de importações do exterior, dado o rígido controle exercido pelo governo no mercado de divisas.

Nesta década, a Política de Comércio Exterior, relativa às exportações, sofreu várias alterações, no sentido de atenuar os entraves que impediam a manutenção de um volume adequado de exportações, necessárias ao desenvolvimento industrial do país, pois o processo de "Substituição de Importações" avançava pela cota de substituição dos bens de capital, que exigiam uma vigorosa captação de recursos para sua continuidade. Além disso, a partir de metade dos anos 50, os preços internacionais dos principais produtos de exportação começam a declinar, exigindo a criação de mecanismos de política que viessem a promover e estimular às exportações, não permitindo que se reduzisse o nível de atividade neste setor.

As principais alterações foram: introdução do regime de taxas multiplas de câmbio em princípios de 1953; substituição em outubro do mesmo ano pelo regime de taxa cambial fixa suplementada por bonificações e finalmente, em 1955, divisão dos produtos esportáveis em quatro categorias, de acordo com a necessidade de maior ou menor bonificação. O principal estímulo utilizado foi, sem dúvida, as bonificações, que variavam de acordo com a categoria de produtos que se pretendia estimular, Com a

introdução deste mecanismo pretendia-se diversificar a pauta de exportação, pois aqueles produtos tradicionais, como cacau e café, obtinham um nível de bonificação sempre inferior aos daqueles produtos não tradicionais e mais elaborados. A necessidade de diversificação da pauta, estava em decorrência da concentração do setor exportador em apenas dois ou três produtos, que tornavam este setor muito vulnerável às flutuações de preços no mercado internacional. Contudo, este sistema não trouxe os resultados esperados, - de diversificação da pauta - pois as bonificações pagas aos exportadores eram fixas e frente ao processo inflacionário perdiam rapidamente seu valor real. Somente no final da década dos 50, quando foi sendo permitido aos produtos das categorias mais altas (com maior nível de bonificação) se processarem no mercado livre de câmbio, é que se pode dizer que houve uma certa diversificação da pauta, pois a conversão das divisas neste mercado elevava substancialmente a remuneração dos exportadores. No entanto, o regime de controles quantitativos, relativo às exportações consideradas essenciais ao desenvolvimento, continuaram em vigor nesta década, pois temia-se que a supressão dos mesmos, prejudicasse o abastecimento interno, gerando pressões inflacionárias.

Nota-se portanto, que a preocupação do governo nesta década, era de impedir que os desestímulos, decorrentes da queda dos preços das exportações no mercado internacional, viessem deprimir as exportações, reduzindo seu nível de atividade, pois este setor era muito importante na captação de divisas, necessárias à continuidade do processo de "Substituição de Importações". Por outro lado, sob o ponto de vista regional, este setor era extremamente importante, pois dele dependia a renda regional e uma re-

dução no nível de atividade do setor exportador implicaria numa queda do nível de renda, que fatalmente se refletiria numa redução de demanda das regiões por produtos manufaturados do Sudeste.

Na década de 60, as alterações mais importante na Política de Comércio Exterior foram: a reforma cambial, processada em março de 1961 e a política promocional à exportação de manufaturas, implementada a partir de 1964. Em síntese, a reforma consistiu na eliminação da concessão de subsídios, via sistema cambial, unificação dos tipos de câmbio e agregação dos antigos mercados estanques, estabelecendo mecanismos mais automáticos para determinação da taxa de câmbio. Em decorrência disto, o câmbio perde sua importância como instrumento de fomento à industrialização e de seleção do investimento. Com a reforma, as importações da categoria geral (anteriormente subsidiada) passaram a se processar pelo mercado de taxa de câmbio livre, eliminando-se assim o ágio cambial para essa categoria. Esta alteração, aliada à introdução do mecanismo de "depósito prévio" para a maioria das importações, elevavam substancialmente o custo das importações, mesmo daquelas consideradas essenciais anteriormente. Estas modificações, proporcionadas pela reforma, que num passado não distante eram consideradas altamente negativas ao processo de industrialização a estimular, nesta década, eram particularmente atraentes para uma economia na qual já se fazia presente um importante setor produtor de bens de capital. Este setor estava dimensionado não apenas para atender o mercado regional do Sudeste, mas também o nacional, pois a expansão capitalista comandada pelo setor industrial do Sudeste criava oportunidades de inversões nas demais regiões, que já se constituíam em mercado rela-

tivamente amplos, que permitiam a instalação de novos ramos industriais, notadamente, complementares a produção industrial do Sudeste, por exemplo, instalação de ramos agroindustriais.

Nesta década, portanto, a captação de recursos financeiros não mais seria processada através das taxas diferenciais de câmbio. Esta função seria desempenhada basicamente pela instituição de "depósitos prévios", posteriormente substituído pelas tarifas aduaneiras e pelos confiscos cambiais do café e cacau.

Pelo ano das exportações, os anos 60 são caracterizados pelas medidas que foram tomadas no sentido de ampliar as possibilidades de comércio de manufaturas de produção nacional, pois o parque industrial nacional já se apresentava bastante desenvolvido e possuía aos custos vigentes na época, uma capacidade de produção superior àquela correspondente ao poder aquisitivo do consumidor, e talvez, num período de recessão interna, a ampliação das possibilidades de comércio das manufaturas viessem aliviar as pressões econômicas que se faziam sentir.

A política promocional de exportação de manufaturados, implementada nesta década, constituiu basicamente: na supressão do imposto estadual sobre exportações; na simplificação dos procedimentos administrativos exigidos dos exportadores e na adoção de vários incentivos fiscais para promoção das mesmas.

É importante destacar, que as exportações de produtos primários ficaram à margem da política promocional, permanecendo sobre estas as mesmas condições que vigoravam nas décadas anteriores. Entretanto, se esses produtos sofressem qualquer pro-

cesso de transformação, poderiam usufruir dos benefícios decorrentes desta política. No entanto, apesar de persistirem os confiscos, contingenciamentos, entre outros, incidentes na exportação desses produtos, pode-se dizer que os mesmos foram beneficiados - pela política promocional - de uma forma indireta, uma vez que, as sucessivas desvalorizações da taxa cambial, nesta década, configuravam-se numa elevação da remuneração do setor exportador em geral.